

MAIS VALIA 5

ABRIL—JULHO 2009

ANO III Nº 5 R\$ 10,00

Embraer, Amsted e GM

Operários falam
da luta contra as
demissões

O suicídio de Maiakóvski

Leon Trotsky



MAISVALIA

ABRIL — JULHO 2009 ANO III Nº 5

© Copyright 2009 by Týkhe Editora

MAISVALIA Nº 5
ISSN 1982-6761
ABRIL — JULHO 2009
SÃO PAULO — BRASIL

MAISVALIA é uma publicação quadrimestral

CONSELHO EDITORIAL

Aldo Xavier Monteiro
Carlos Alves do Nascimento
Eliéser Spereta
Fábio Sobral
Fernando Dillenburg
Hector Benoit
Julio Mariutti
Jadir Antunes
Jair Antunes
José de Lima Soares
Luiz Renato Martins
Marcela Souza
Ricardo Melo
Rodrigo Brancher
Rodnei Nascimento

Editora Týkhe

5511 3929 4391
www.maisvalia.org
fale@maisvalia.org

“Das Kapital ist verstorbne Arbeit, die sich nur vampyrmässig belebt durch Einsaugnung lebendiger Arbeit, und um so mehr lebt, je mehr sie davon einsaugt.”

(Marx, *Das Kapital*, MEW, livro I, “Der Arbeitstag”, p. 247)

“O capital é trabalho morto que, como vampiro, somente vive sugando trabalho vivo, e vive mais quanto mais trabalho vivo suga.”

(Marx, *O capital*, livro I, “A jornada de trabalho”, p. 247 da edição alemã)

ÍNDICE

6 EDITORIAL

Unidade total diante da agonia do capitalismo

8 DOSSIÊ CRISE:

Entrevistas sobre luta contra a crise e as demissões

Guido Carvalho, João Teles e Marcela Souza

10 “FOI REVOLTA TOTAL”

Entrevista com trabalhador demitido da Amsted

16 “É A NOSSA MÃO-DE-OBRA QUE FAZ O LUCRO DELES!”

Entrevista com metalúrgico da Embraer

22 “GRANDES TRANSFORMAÇÕES IRÃO OCORRER”

Entrevista com Mancha, do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos

30 ARQUIVOS DO MARXISMO: LIÇÕES DO GOLPE DE 1973 NO CHILE

Comitê Internacional da Quarta Internacional

38 O OUTUBRO ALEMÃO:

A revolução perdida de 1923

Peter Schwarz

52 BRASIL:

As contradições da produção do etanol
por trás do discurso ecologicamente correto

Carlos Prado

60 MARX E A CRISE GLOBAL DO CAPITAL

Jadir Antunes

72 OS GRUNDRISSE DE MARX:

Programa revolucionário e crítica ao reformismo

Fábio Sobral

86 O SUICÍDIO DE MAIAKÓVSKI

Leon Trotsky

89 O POETA DA REVOLUÇÃO

Alexandre Benoit

91 A PLENOS PULMÕES

Vladimir Maiakóvski



Tod der
Marxism

EDITORIAL

Unidade total diante da agonia do capitalismo

Diante da atual agonia do capitalismo—quando já faliram vinte e dois bancos somente nos EUA, quando empresas como a GM ameaçam pedir concordata ou mesmo falência, quando as instituições financeiras que atuam no Brasil revisaram para baixo, pela sexta semana consecutiva, sua previsão para o PIB (Produto Interno Bruto) do país em 2009, quando, segundo a imprensa, a nova projeção é de uma retração de 0,3% do PIB, que seria o pior desempenho da economia brasileira desde 1992, quando vivemos a maior crise do capitalismo desde 1929—mais do que nunca a classe operária e a juventude revolucionária devem procurar a unidade total através da tática de Frente Única.

Como advertiu Trotsky no começo dos anos 30 do século XX, em tais situações de crise extrema do sistema capitalista o ultra-esquerdismo somente serve para abrir o caminho para o fascismo.

Foi assim na Alemanha. Hitler chegou ao poder graças ao ultra-esquerdismo do Partido Comunista Alemão que se recusava a realizar uma política de Frente Única com a Social-Democracia.

Como escrevia Trotsky nos anos 30: “A tática de frente única é, por conseguinte, não qualquer coisa de ocasional e artificial, não uma manobra manhosa qualquer—não; ela decorre inteiramente das condições objetivas do desenvolvimento do proletariado”. E acrescenta, logo em seguida, recordando a teoria clássica: “As palavras do *Manifesto Comunista*, afirmando que os comunistas não se opõem ao proletariado, que não têm outros objetivos e outras tarefas senão os do proletariado, exprimem o pensamento de que a luta do Partido pela maioria da classe não deve, em caso nenhum, entrar em contradição com a necessidade que têm os operários da unidade das suas fileiras de combate”¹. Mais do que nunca essas palavras são verdadeiras. A burguesia mundial, diante da crise, vai construindo

governos bonapartistas e semifascistas: Lula, Chávez, Berlusconi, Sarkozy e Obama se unem para combater o proletariado. Lula, nos EUA, após ser elogiado por Obama (“Esse é o cara!”), declarou que ele próprio, como ex-metalúrgico, tem autoridade para recomendar ao proletariado que, em época de crise, não reivindique reajuste salarial!

Com essa declaração vergonhosa, Lula selou definitivamente o seu destino de classe: Lula é um aliado da burguesia!

Mais do que nunca, contra essa aliança internacional dos governos burgueses bonapartistas e semifascistas é necessária a tática de frente única dos diversos setores da classe operária e da juventude: bater juntos, ainda que caminhando separados!

Como disse ainda Trotsky nos anos 30: “Ao operário que quer entrar nas fileiras comunistas o Partido tem todo o direito de dizer: Precisamos reconhecer o nosso programa, os nossos estatutos e a direção dos nossos organismos eleitos”. Ou seja, dentro do Partido deve existir a disciplina do centralismo democrático. Porém, acrescenta Trotsky de forma clara e lúcida: “Mas é insensato e criminoso impor-se esta mesma condição *a priori*, ou mesmo uma parte desta, às massas operárias ou às organizações operárias, quando se trata de ações comuns em nome de tarefas de combate determinadas”. E explica Trotsky de forma precisa tal atitude sectária: “Isso é o mesmo que minar o próprio fundamento do Partido, que só pode preencher a sua função tendo relações recíprocas com a classe” (p. 193).

Construir a frente única no Brasil e no mundo!

Levantar o programa único de todos os trabalhadores: escala móvel de salários! Escala móvel de horas de trabalho!

1. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*, p. 191-192, Unitas, SP, 1933.



DOSSIÊ CRISE:

Entrevistas sobre a luta contra a crise e as demissões

Guido Carvalho, João Teles e Marcela Souza

Em meio às demissões e ao aumento do desemprego em todo o mundo, iniciamos um dossiê sobre a crise: metalúrgicos contam como a crise chegou às fábricas do Brasil.

O primeiro entrevistado é um operário demitido da Amsted em Osasco que não quis se identificar para preservar a possibilidade de conseguir outro emprego. Ele fala sobre as demissões e as condições de trabalho na fábrica. No final de 2008 a Amsted de Osasco demitiu cerca de 600 funcionários, quase metade dos trabalhadores da fábrica. Ocorreu uma greve em protesto contra as demissões, mas, após acordo entre sindicato [vinculado à Força Sindical] e empresa, durante as férias coletivas, as demissões foram aceitas. 2009 entrou e as demissões continuaram, com boatos sobre o fechamento da fábrica. No mês de março, nas fábricas de Osasco e de Cruzeiro, a empresa propôs a redução da jornada com redução do salário. Em Cruzeiro cerca de 300 demissões estão prestes a ocorrer.

Entrevistamos também um metalúrgico da Embraer que vivenciou o processo de demissões em março. A Embraer cortou 4.270 trabalhadores alegando que seus pedidos caíram por causa da crise. Depois de processo na justiça, as demissões foram julgadas “legais” e os trabalhadores demitidos receberam um pacote de “benefícios”. A Embraer continua ameaçando com novos cortes e novas demissões. O entrevistado conta como a empresa não teve dúvida ao descontar o preço da crise nas costas (e no pescoço) do trabalhador.

O último entrevistado é Luis Carlos Prates, conhecido como Mancha, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e coordenador da Conlutas. Ele discute um programa nesse momento de crise econômica e

fala também da situação da GM em São José.

A exploração nas fábricas e a violência das demissões aparecem em todas as entrevistas como uma constante. Em tempos de crise, o capital não mede esforços para tentar se sustentar e os primeiros a sentir os efeitos são os trabalhadores, que durante anos foram explorados. Em todas as entrevistas a necessidade de organização e a força da classe trabalhadora aparecem como o caminho para os trabalhadores diante da crise. ■



“FOI REVOLTA TOTAL”

Entrevista com trabalhador demitido da Amsted

MAIS VALIA Como aconteceram as demissões na Amsted? Como foi o anúncio para os trabalhadores?

J Anúncio mesmo não houve, nenhum momento falaram que ia acontecer. Na verdade, eu descobri sobre as demissões com uma pessoa conhecida lá dentro, que também foi mandada embora. Ela disse que seriam várias demissões, seriam demissões-monstro até. Eu não acreditei na primeira hora, mas depois botei uma fé. Até comentei com o pessoal. Eu perguntava pra eles: “Quantas demissões vocês acham que vai ter?” Eles diziam: 15 ou 16. E eu dizia: não, vai ser muito mais, vai ser monstra. Ninguém acreditou, ninguém.

Mas no dia que começaram a ter as demissões eles esperaram acabar o horário de trabalho para começar a fazer as demissões. Até aquele momento ninguém acreditava ainda que ia acontecer. E os poucos que achavam que ia ter mesmo demissões esperavam só pra fevereiro, março, depois das férias.

Foi em cima das férias que eles demitiram! Tudo isso foi matematicado. Teve uma pessoa que ficou ali só pra isso: “Vamos pensar uma forma de demitir o maior número de trabalhadores possível sem que ninguém levante a voz, sem que ninguém tente nem debater”. Antecedia as férias, antecedia o final de ano. Férias, dinheiro no bolso, tava todo mundo entorpecido. Final de ano todo mundo quer o dinheiro, quer ir viajar e passear. E que venham as demissões!

Muito tempo antes das demissões a empresa já vinha tratando o pessoal com diferença. Era tapinha nas costas pra lá, “chapinha” pra cá, não tinha a rigidez que sempre teve, tava todo mundo trabalhando tranquilo. Tinha tido o fechamento do PRO [participação nos lucros] com um valor que era bom pra gente. Tava todo mundo contente e, de

repente, veio essa rasteira. Todo mundo ficou assustado. Mas aí já era, já tava acontecendo. Quando todo mundo tentou levantar, notou que não tinha mais nem canela, não tinha pé. Como você vai se manter de pé sem ter pé? Quando todo mundo foi querer levantar já tinha acontecido.

Se tivesse começado antes, se tivesse tido uma luta, não teria tido tanta demissão.

mv Qual foi a reação às demissões?

J Eles chamaram os supervisores da área e falaram: “Esses nomes vocês deixam do seu lado, os que não forem chamados vão ser mandados embora”. Pra ver a quantia enorme que foi mandada embora da empresa. Normalmente, na empresa, eles chamam quem vai ser demitido e não quem vai ficar. Foi muita gente mandada embora, o refeitório antigo é enorme e não coube todo mundo lá. Isso em um só dia.

Não houve anúncio, “olha, é a crise que tá pegando”. Não! Foi covardia, trabalhou o dia inteirinho pra depois chegar assim e demitir.

O pessoal da noite que chegou tinha o crachá bloqueado, e eles diziam: “Nem precisa se trocar, vai direto pro refeitório antigo”. Não ia nem pro setor. Era mais fácil eles colocarem um fita que encaminhasse direto pro refeitório. Quem não tivesse o crachá bloqueado podia passar por baixo, era tão pouca gente. O guarda chegou a falar que ficou com a garganta ruim de tanto que ele teve que repetir isso.

mv Teve uma resistência pra assinar a carta de demissão?

J Tinha gente que não queria assinar não. Mas a empresa chegava dizendo que não tinha outro jeito, tinha que

Operários em assembleia na Amsted Maxion. O sindicato, controlado pela Força Sindical, quebrou a mobilização dos trabalhadores e deixou as demissões passarem.

assinar a folha da demissão e enquanto não assinasse não podia ir embora. Eles começaram a acuar os trabalhadores. Eu ouvi falar que a polícia foi chamada.

Teve um certo tumulto, a grande maioria das pessoas se recusava a assinar. A polícia chegou e todo mundo foi obrigado a assinar.

A cena era de tragédia, tinha gente chorando, teve gente que destruiu tudo dentro do vestiário, teve gente que voltou pra seção e destruiu todas as peças que podia. Foi revolta total! A polícia foi chamada nesse momento para obrigar todo mundo a assinar.

mv E o sindicato?

J No dia seguinte eu cheguei com a idéia de parar. Os “nossos coleguinhos”, o sindicato, já estava lá na frente. Não houve nem condição de a gente chamar: “Olha gente, vamos paralisar”, porque o sindicato já estava lá. Ai eles começaram.

mv Quando já tinha a suspeita das demissões na fábrica, onde tava o sindicato?

J O sindicato simplesmente se omitiu, não compareceu de forma nenhuma. E bem antes a gente procurou o pessoal do sindicato e o sindicato não tava presente. E eu tenho certeza absoluta que não foi por ocupação nenhuma, foi por pura tática. Eles estavam nas outras empresas cuidando de eleições.

A empresa tava dando advertência à toa, você tropeçou... Tomava advertência. Isso não existe, você faltar e tomar advertência, você faltou no emprego, não toma advertência! Pode ser uma advertência verbal, por escrito não pode. Isso não existe! Teve um rapaz que faltou e tomou advertência. A gente procurou o pessoal do sindicato pra tirar a dúvida, foi a única coisa que eu podia fazer, porque eu já havia notado que não tinha ninguém do sindicato lá. A gente saiu, procurou o cara... E cadê? Não achamos de forma nenhuma. A gente procurou na quinta, sexta, segunda, terça, quarta, quinta, sexta...

E eu já vinha falando: “Olha, vai ter demissões, vai ter demissão, vai ter demissão... Então vamos procurar o pessoal do sindicato”. Procurei, cadê o pessoal do sindicato, não achei. Procurei, procurei, procurei e não consegui achar ninguém. Eles apareceram lá na sexta à tarde! Ai falei: “Pô, precisava falar com você cara, tirar uma dúvida... “Ô, to com pressa cara, to fazendo um negócio aí, ô”. Vazou. Quando foi na segunda-feira não achamos ele durante o dia... E aí começaram as demissões. E depois que começaram as demissões, na terça-feira de manhã quem tava lá? Lá na porta da empresa? O próprio. O nosso coleguinha do sindicato.

Como que esse cara me some, cara, tanto tempo e me aparece na terça-feira pra paralisar. Depois das demissões!?

“Pô vamo pará, vamo liga o som aí, o pessoal do sindicato não tava sabendo...”, “Você não tava sabendo?”, “É, não tava sabendo”, “Pô, eu falei com você mais de mil vezes que ia ter demissão, você me enrolava, me enrolava e não dizia nada”. O presidente até falava: “A gente não tem bola de cristal pra adivinhar quando vai ter demissão”.

mv Na terça, teve a assembléia e parou a fábrica inteira...

J A fábrica inteira não, alguns trabalharam. Alguns pararam e depois outros foram aderindo à paralisação. Só que depois o pessoal começou a notar que era palhaçada aquilo ali. Não era nada mais nada menos que areia nos olhos. Ai o pessoal começou a entrar.

mv Palhaçada por quê?

J O pessoal do sindicato começou a se desculpar muito. Todos queriam respostas, respostas positivas, respostas de readmissão e eles só se desculpavam. Ninguém tá querendo saber se você é pecador ou não, se você cometeu um crime ou não. Se você sabia ou não sabia. Todo mundo queria saber o que ia acontecer, o que tava acontecendo lá dentro. Porque as carteiras tavam sendo preenchidas com baixa, mas ninguém falou sobre isso. Ninguém falou sobre carteira, ninguém falou sobre vaga, ninguém falou sobre a sua posição dentro da empresa.

E eles só diziam: “Vocês desculpam o sindicato isso, o sindicato aquilo... Que fulano aqui tem que passar lá”.

A gente queria saber das nossas vagas, o que vai ser da nossa família, mas não. Eles não falavam nada do que a gente queria saber. Portanto, o pessoal virou as costas e voltou a trabalhar. No último dia, 100% levantaram as mãos para aderir à paralisação. Eles começaram com a baboseira de novo, a maioria virou as costas e voltou a trabalhar.

mv Por que ninguém acreditava mais no que eles estavam fazendo ali?

J Ficavam numa enrolação o dia todo, até fingiram que foram pra Hortolândia, foi uma palhaçada mesmo, porque eu fiquei sabendo que o pessoal foi lá pro sindicato. Chegou e enrolou lá, tomou um cházinho, um cafezinho... Foi nesse tempo que a empresa completou as demissões com os telegramas.

mv E o julgamento?

J Foi durante a paralisação que houve a audiência. Eu participei e vi a indignação do juiz, vi a indignação do pessoal em geral lá dentro do tribunal.

Só que três meses que eles deram, três meses não é nada. Você vai ser readmitido, vai trabalhar três meses e vai ser mandado embora novamente. Ia ser readmitido, ia trabalhar três meses e depois ir pra porta da fábrica de novo, lutar pelo seu emprego.

mv No dia seguinte teve a assembléia lá na porta da fábrica, com o Paulinho [da Força Sindical].

J Ali foi a carta na manga da empresa com o sindicato. Eu notei que haviam pessoas ali que não eram da empresa e que eles opinaram por acabar com a paralisação. Ele foi uma das pessoas que ajudaram a opinar, você há de convir comigo que se os nossos camaradas do *Corneta*, ou qualquer outro camarada que estivesse passando no local e que não fizesse parte do quadro de empregados da Amsted Maxion, tivesse opinado por continuar com a paralisação, todo o pessoal do sindicato teria notado. Mas, então, por que que o pessoal do sindicato opinou se eles não fazem parte da empresa? É injustiça isso. Pequena observação: tiveram pessoas que opinaram por continuar com a paralisação, levantaram um braço apenas, os que opinaram por não continuar levantaram os dois braços e ainda por cima não pertenciam ao quadro de funcionários da Amsted-Maxion.

mv Você tem idéia de quantas pessoas eles levaram lá?

J Não tenho, mas eu fiquei chocado com aquilo ali, foi muita gente. Olhei pro lado e perguntei, “mas você trabalha na Amsted?”, “Não, mas eu to aqui pra ajudar o pessoal”. Na primeira hora, continuar com a paralisação ganhou. Quando eles perceberam... o esquema era esse: se o pessoal que votou a paralisação ganhasse, ia ter outra votação e o pessoal que veio de fora, da galerinha, opinava também. E foi isso que aconteceu. Eles diziam do caminhar: “Junta aqui, junta um pouco mais na frente que a gente não tá conseguindo tirar foto”. E votou de novo. Pelo amor de deus, é muita areia, muita areia nos olhos. A primeira vez ganhou a nossa, continuar parado.

mv Eles tavam propondo que a paralisação fosse suspensa sem nenhuma garantia, só com a indicação da reunião do Tribunal?

J Eles usaram a tática da previdência social: ganham você pelo cansaço. Você vai lá, o médico olha pra você e fala “você tá bom”, aí te manda pra empresa e a empresa fala “não, você não tá bom pra trabalhar”, você tem que voltar pro INSS, aí você volta pro INSS. Ai, no INSS, ele vai olhar pra você e vai falar “você tem que trabalhar, rapaz, tá forte. Volta lá”. Ai



Assembléia realizada no dia das demissões.

you volta e fica assim, até um dia você ficar de saco cheio do médico da empresa e falar “olha, eu não aguento mais, eu preciso trabalhar” e ele te empurrar um termo de responsabilidade. “Então você assina esse papel dizendo que você tá sendo responsável por você”, e aí você tem que assinar e perde tudo.

mv E a decisão no Tribunal, qual foi?

J Três meses e só. O sindicato e a empresa tinham que entrar num acordo, e voltaram às negociações. Na assembléia, eles falavam com um tom de conquista, só se for pra eles... Você olhava no rosto das pessoas, dos trabalhadores e não via vitória. A vitória só é conquistada dessa forma: você conseguir a sua estabilidade e seu emprego de volta, sem determinar tempo.

mv Na negociação do sindicato com a empresa isso mudou?

J Foram cinco propostas e infelizmente escolheram a pior. Tem 6 meses de uma cesta de 60 reais e eu fiquei sabendo por cima que os doentes e as pessoas que tinham estabilidade vão ser readmitidas.

mv E a reunião foi feita durante as férias, quando ninguém podia participar?

J É, isso foi um golpe. Assim como foi tudo. Se você analisar foram várias as falhas que eles deram, foram tropeçando, tropeçando, tropeçando, eles mal levantavam e tropeçavam. Por exemplo, não pode haver dispensa, não pode haver demissão com paralisação e a empresa demitiu. Eu fui demitido durante a paralisação, não devia, isso não existe. É greve, como que você demite na greve? Isso não existe.

Teve a reunião durante as férias, teve cara que viajou e não tinha dinheiro pra voltar porque ele contava com o pagamento e o pagamento não tava na conta. Um amigo foi visitar a mãe dele em Presidente Prudente. Chegando lá, não havia dinheiro pra voltar, teve que pegar dinheiro com a mãe! Pelo amor de deus, isso é palhaçada!

mv O acordo que o sindicato fez e aprovou nessa reunião acabou sendo pior que a decisão do tribunal?

J Pior, muito pior. Você veja, eles procuraram todas as formas de acuar todo mundo. Eles já matematicaram, tem um cara ali que sobrevive disso. Ele vai e faz uma matemática: “vamos fazer isso, isso e isso, que aqui a gente quebra as pernas deles e acabou”.

E toda vez que a gente tentou alguma coisa, que tentaram alguma coisa, eles

já estavam um passo à frente pra quebrar as nossas pernas. Tanto o sindicato quanto a empresa. O sindicato começou a quebrar nossas pernas desde o início. Eles sumiram da empresa. Quando a gente ligava, eles estavam sempre em reunião, a gente ia lá e nunca tinha ninguém pra atender, só o coitado do vigia que nem sabia o que eles faziam. A gente chegava no RH e ninguém sabia explicar nada. Tudo como uma cama de gato.

mv Foram 680 demitidos. É a metade das pessoas que trabalhavam lá?

J Eram 1200 funcionários que trabalhavam lá, mais da metade foi demitido.

mv Durante o ano passado inteiro tinha uma produção muito acelerada?

J Tinha, a gente chegou a fazer hora extra, 12h de hora extra e final de semana.

mv E a produção acelerada o ano inteiro... Como que de repente eles dispõem mais da metade dos trabalhadores?

J Eles previam isso, eles já tinham tudo armado. Eles pensavam: “Olha gente, a gente tem que demitir antes das férias coletivas, antes do final do ano. Porque todo mundo vai querer festejar no final

do ano. Ninguém vai querer esquentar muito a cabeça com isso. Todo mundo quer dinheiro no final do ano”.

Só que tinha muita produção, ainda tinha muita coisa pra ser feita, então eles jogavam hora extra. “Essas demissões tinham que acontecer no final do ano. Tem que acontecer antes de janeiro, tem que acontecer essas demissões. Se não ocorrer essas demissões aí depois o pessoal vai ter força, o pessoal vai ficar revoltado, pensando: ‘Início de ano vou ficar desempregado’, ninguém vai querer. Então tem que ser antes, antes das férias, antes do PRO, antes de janeiro, antes do natal”. O pessoal tá demitido, pegou férias, vai curtir o natal, ano novo, carnaval... Depois do carnaval todo mundo vai acordar e ver a merda em que se meteu.

O que que fizeram? Muita produção, muita coisa. Tacaram serviço em cima, 12 horas direto! Direto, direto. Muita gente tinha trabalhado 12 horas direto, sábado, domingo, direto. Esmerilhadeira trabalhava sábado e domingo direto. Não folgava não. Folgar como? E eles diziam: “Olha gente, hora extra é bom!” Esse ritmo foi até uma semana antes das demissões.

mv Eles aceleraram bastante mesmo pra conseguir demitir?

J Pra conseguir demitir. Fechar todas as entregas, fechar tudo. Fechar os containers... Fechar o que tinha... Roda guia, a pressa era tanta que a roda guia teve que fazer três caminhões. Foram três caminhões de roda guia! São peças pra caramba! É peça demais!

E tudo de reposição de peça que deu problema. Porque é assim, se eu te acelerar... Por exemplo, essa letra é sua? Sua letra já é meio puxadinha, aí se eu chegar em você: “Vamo, vamo cara!”, você vai fazer ela mais puxada ainda. De repente, no futuro você não vai mais conseguir entender ela.

Você há de convir comigo que se você estiver descendo correndo uma ribanceira, se eu chegar e te empurrar, você vai cair, cara. Essas rodas, se você fizer com pressa, vai sair com má qualidade. Saiu com má qualidade, vai voltar. Por que você acha que a roda guia tá lá até hoje?

É tudo questão de parar e analisar. Tudo o que tá acontecendo é decorrente... Senão, cara, sabe quantos iriam ser mandado embora de início? Mil, mil e cem. Por que não foi demitido os mil e cem da empresa? Porque foram muitas peças com problema. Inclusão de areia, peça que vazou errado, a caixa abriu, buraco, faltou óxido de ferro. Muita coisa! Muita coisa! Quer dizer, muita peça ficou pra trás. Não houve aquele monte de demissão que eu havia dito porque deu muito problema nas peças. Se não houvesse muito desses problemas,

pode ter certeza, cara, esse pessoal que tá lá dentro hoje esperando pra ser demitido ainda, já taria aqui na rua, comigo.

mv Durante 2008 o ritmo acelerado da produção também aumentou o número de acidentes, de doenças de trabalho?

J Na esmerilhadeira, a gente chama lá de favelinha, tem aquele fogo enorme batendo nas suas costas... E aquilo ali queima de dar bolha. Inclusive, um dia desses apareceu um cara com o pescoço todo queimado. Antes das demissões o apelido de lá virou senzala, só faltava o chicote. Porque o capitão-do-mato já tava lá. Capitão-do-mato é aquele que vai atrás dos escravos fugidos. No caso, ele ia atrás do pessoal lá no banheiro. E lá era isso. Era não, ainda é! Porque ele falou que o serviço que era pra tá todo o pessoal fazendo, eles estão fazendo em poucas pessoas agora. Se antes era eu cinco e você cinco, se você vai embora eu tenho que fazer o serviço dobrado.

mv E você acha ali no momento das demissões que tinha alguma coisa pra fazer pra evitar as demissões que não foi feito, você acha que tinha alguma saída?

J Olha, pelo que eu sei, eu acho que sim. Um tempo atrás, a Cobrasma tava afundando. Ela já tava num funil e segurou o pessoal, durante dois anos, em casa. Eu fico indignado com isso! A Amsted não segurou ninguém! Ela mandou todo mundo embora!

Ficou muita gente desempregada. Muita gente que precisava, gente que estuda, tá pagando carro, casa, casou recentemente. Tava a vida do cara ali, e os caras mandam embora assim, até por telegrama? Não tem como explicar, eu queria ter filmado lá dentro da Amsted.

Eu acho que teria condição da gente continuar trabalhando. Eles mandaram quem tinha contrato, quem não tinha, quem tinha estabilidade, quem não tinha, eles mandaram todo mundo! Eles podiam esperar o vencimento dos contratos, dispensar os contratos e permanecer com as pessoas que lá estavam. Não havia necessidade de fazer isso. Pra quê pedir tanta hora extra? Não tinha nenhum serviço atrasado. Não havia necessidade de tanta correria.

A pressa deles foi a seguinte: “Vamo mandar embora, porque tá aí, a gente vai ter que dar férias coletivas. A gente inventa isso aí antes das férias ou no meio a gente demite todo mundo?”. Isso é palhaçada, né? Eu acho que a idéia foi essa. Acho não, tenho certeza!

mv Sugaram tudo o que podiam sugar pra depois mandar embora.

J Eles começaram a cortar gastos. Isso foi uma forma que eu comecei a analisar.

Porque você pegava antes duas camisas, você sempre pegava mais, aí tinha que pegar só uma. Você pegava dez máscaras, quem num precisava de máscara pra química, pra pó, eles tavam dando cinco. Eu pegava aquela minha máscara, aquela de dois filtros, eu já não podia mais pegar filtro, já não tinha filtro. Eu tinha que pegar aquela de pózinho, de trabalhar normal. A sessão que eu trabalhava tem sílica, é muito pesada. Aquilo penetra, aquilo é horrível, impregna, é cancerígeno. E aquela máscara ali não pára nada, não melhora nada, não funciona nada. Você respira. Se você respirar, respira toda aquela química.

A botina, davam botina estourada. Diziam: “Tá boa, vai usando aí”. Boné, o bonézinho, porque a cabeça ficava cheia de óxido de ferro, o cabelo vai caindo. Eles não tavam dando mais boné. Então começaram a cortar gasto pra caramba.

mv Mas o corte de gasto era sempre prejudicando a saúde de quem trabalhava.

J O outro jeito era a empresa repartir o serviço de lá de Cruzeiro, de Hortolândia. “Olha gente, vamos por uma balança aí e deixar tudo certinho”. Sei lá, trabalha de segunda à quinta, sei lá, trabalha meio período aí.

Mas então, o certo eu acho que seria primeiro de tudo anunciar: “A crise, a dificuldade, o que tá acontecendo... A gente devia fazer o seguinte: vamos juntar todo mundo aqui, vamos ver as propostas, as melhores idéias, vamos tentar sair disso da melhor forma possível, sem que ninguém saia prejudicado, sem que ninguém seja demitido. O pessoal do contrato, infelizmente a gente não vai poder segurar. O pessoal que já tá aqui, que já tem estabilidade, que já trabalha há um determinado tempo. Vamos estudar a gente uma proposta que seja melhor pra gente”. Recíproco. Eu garanto pra você que eles teriam segurado. A gente teria conseguido uma forma de se esquivar desses problemas todos.

mv É, teve acordos que foram fechados em outras fábricas que é isso. Tem várias fábricas que fizeram a redução da jornada mas com redução do salário. Você acha isso justo?

J É injusto, é injusto mas daria chance pra gente, pelo menos.

mv Mas mesmo assim eles não estão garantindo o emprego. Eles aproveitaram, conseguem reduzir o salário dos trabalhadores e mais pra frente ainda aproveitam e demitem da mesma forma que eles demitiriam antes.

J É, mas eu diria assim, o importante é estar dentro da empresa. O importante

é sentir a brasa chegar perto da pele. O importante é se sentir ameaçado, porque a pessoa, se sentindo ameaçada vai querer se defender. O importante é se manter lá dentro. Se você se manteve lá dentro, você tem força pra que ninguém te tire de lá, você sabendo o que pode acontecer. Quando você se assusta com a corda no pescoço, você põe... Se você conseguir olhar a corda no seu pescoço, você vai ver que o susto que você tomou é porque tava te faltando alguma coisa nas férias. Porque... O quê aconteceu com a gente? Quando assustaram, já era! Quando chutaram o banco, você tá com a corda no pescoço, já era! Acabou!

mv Você acha que se continuasse seria uma chance de organizar uma discussão...

J Eu acreditava nas demissões, só que não acreditava que ia ser agora. Primeiro viriam as férias, depois das férias viriam as demissões. Geralmente é assim. Mas não, fizeram as férias e demissões tudo misturado.

mv Qual é a perspectiva, tanto dentro do caso da Amsted como na situação geral, qual é a perspectiva pros trabalhadores se defenderem desses ataques?

J Olha, primeiro de tudo é união. Todo mundo tem que ver que o problema tá aí. Não tem como você fazer vista grossa, ou você luta... Ou você luta, não tem outra saída. É o mesmo que uma onça acuada. Tenta acuar uma onça, ela não sabe a força que tem até o momento que ela tá acuada. A mesma coisa é o colaborador, é o empregado, é o chão de fábrica. A maior parte dos operários não sabe a força que tem. E os que sabem são poucos. A partir do momento que todos se unirem e descobrirem a força que têm, essa crise vai passar como se fosse um sopro.

Tem que mostrar pras pessoas, tem que mostrar pra maior parte possível que a força tá aí, pô! Que a união traz isso aí, traz a força. E se todo mundo aderir a isso daí, a gente vai conseguir. E não é o empresário que vai por o que ele quer que seja feito aqui. É o empregado que vai mostrar o que tem que ser feito. Não é ele que vai falar assim: "Olha eu vou segurar aqui o meu dinheiro, o empregado, se quiser, se vira lá fora", pro empregado baixar a cabeça e sair. O problema aqui tá sendo esse. Todo mundo tá de cabeça baixa. E se esquecendo que o desemprego no Brasil, nos dias atuais aí, tava de massa. E agora começou a engatinhar um pouco e vem a crise de novo... Até parece que o pessoal esqueceu isso aí.

Eu acho que é o seguinte, a minha posição é essa. A minha posição é procurar

mostrar o máximo possível, *O Corneta* tem essa possibilidade de mostrar e procurar fazer com que os cegos enxerguem. E eles têm a possibilidade de vencer só com a união. Se não for unido, sem chance. ■



EMBRAER:

“É a nossa mão-de-obra que faz o lucro deles!”

MV A Embraer é uma das principais empresas do país, responsável por uma parcela gigantesca do PIB brasileiro. De repente, ela anuncia...

BETO Ela nem anuncia, né? Nem anuncia, ela demite!

MV Isso, de repente ela *demite* 20% do seu quadro de funcionários. Como foi isso dentro da fábrica?

BETO A princípio sempre existiu dentro da empresa um clima de demissão, sempre existiu. É uma empresa que sempre manteve uma linha de repressão sobre os trabalhadores. Sempre existiu um boato, “tá demitindo” mas à contagotas, sempre meio devagar, perdendo companheiros, 10 por semana, às vezes 15 em um dia...

MV Isso foi antes da crise?

BETO Antes da crise, quando anunciava que ia se abrir uma crise econômica e tal. Aí eles começaram a demitir. E a gente procurava o sindicato, tentava falar para a empresa que isso a gente não queria, tentava saber o que estava acontecendo, porque os trabalhadores estavam batendo recordes. E a gente nunca tinha uma resposta da empresa. Os trabalhadores nunca obtiveram uma resposta da empresa. A empresa falava: “Não, nós estamos bem e tal”. De repente, em 4 de fevereiro, ela anuncia 4.270 demissões.

O clima na empresa, que já era ruim, imagina como ficou? Já trabalhava com terrorismo, agora então! Até algumas gerências foram colocadas em xequê. Os trabalhadores perguntavam “Ó, a empresa está demitindo, como é que vai ficar e tal?” E a gerência sempre se esquivando da ação dos trabalhadores. De que forma? “Não... Esse é um quadro

diferente, isso é pra resolver um problema de produção...”

Mas a gente sabia que os gerentes sabiam, eles sabiam que poderiam vir demissões. Já sabiam como certos quadros seriam remanejados, sabiam que certas áreas seriam enxugadas.

MV Como foi o dia das demissões?

BETO Por volta de 14h45, entre 14h45 e 15h, eu presenciei isso, alguns supervisores de área começaram a chamar os trabalhadores para salas específicas, salas de reuniões. Isso foi à portas fechadas, eu não tive acesso porque eu tava trabalhando normal. Eu comecei a observar, o pessoal entrava e saía, e já saía chorando, e não era um ou dois três não, eram 40, 50 trabalhadores! Eles saíam de uma sala onde recebiam uma carta dizendo que a empresa ia demitir e que você era um deles. Teve supervisores que o emocional deles tomou conta, choraram também, os supervisores não acreditavam naquilo porque eles também se identificam muito com aqueles trabalhadores, com aquela equipe, e também acham aquilo injusto.

MV A gente poderia dizer que de certa forma o supervisor está na mesma situação?

BETO Ele apenas cumpre um papel do lado da empresa, mas já foi trabalhador do chão de fábrica, ele apenas tá cumprindo um papel que tem que ser cumprido.

MV Mas isso foi no final do turno e isso inclusive parece que não é regular, o trabalhador tem que ser demitido no início da jornada, né?

BETO Exatamente, nós vamos analisar isso também. Mas enfim, as demissões

ocorreram dessa forma, começou às 14h50. Começaram com a demissão do primeiro turno. Foram demitindo e esse pessoal começou a sair da fábrica.

O pessoal que estava sendo demitido saía e dava de cara com o pessoal do segundo turno, que estava entrando. O pessoal do sindicato na porta, com o carro de som, tava avisando o pessoal sobre as demissões e dizendo que precisava ter assembléia para discutir. Aí eles começaram a entrar e, da mesma forma, entraram e foram convocados pelos supervisores e foram demitidos.

mv Esse pessoal do segundo turno já nem trabalhou a jornada?

BETO Já não trabalharam a jornada deles, já entraram e foram demitidos. E a empresa já tinha feito todo um esquema de segurança pra isso. Já sabia que podia ter alguma confusão. Ela pensou como os trabalhadores iam voltar pra casa. Colocaram um ônibus dentro da empresa e tudo. O pessoal do sindicato, que distribuía o jornal da categoria, eles já barraram a entrada. A segurança foi reforçada no dia...

Uma empresa, que há uns tempos dizia que ela tava fazendo toda uma reestruturação na segurança, enxugando gastos e tal e no dia você vê toda aquela vigilância? Quer dizer, ela pediu para a empresa de vigilância reforçar seu quadro porque haveria alguma coisa diferente. E os funcionários sentiram isso, perceberam, viram que alguma coisa ia acontecer naquele dia.

E realmente aconteceu. Foi uma coisa muito triste. Em nove anos de categoria eu nunca vi algo do tipo, tinha pessoas desesperadas. Eu tenho um companheiro que me pediu para levar ele embora. Eu fui levar ele embora e, aí, dentro do carro, ele falou: “Agora começa minha maior batalha, enfrentar a família e duas crianças pequenas”. Então eu conversei, e falei para ele: “Não termina aí, não vai terminar aí”. Falei que os trabalhadores tem que perceber que o que tá acontecendo são os patrões numa época de crise, indo à falência.

Aqueles trabalhadores de quem a empresa cobrava hora extra em 2008, que ralaram pra caramba, falando que a gente tinha que se juntar, se unir e tal. O trabalhador já tem esse entendimento. A empresa, na hora que precisou, exigiu hora extra, mas num momento desses: “Eu tinha uma projeção para 2009 que eu teria um bilhão de lucro a mais. E agora eu vejo que não tenho”.

Pera aí, quem que vai pagar a conta? É o trabalhador!? Isso não funciona assim, não deve funcionar assim!

Vários trabalhadores me procuraram, amigos: “Faça isso acontecer, estamos lá fora, mas estamos juntos!” E eu, graças a deus, tenho uma relação de amizade, não só de trabalho, mas como ser

humano, de trabalhador. Amizades que eu nunca vou esquecer.

mv E como foram os dias na empresa depois do que aconteceu? Rolou uma revolta geral, o pessoal ficou assustado?

BETO O pessoal ficou assustado com as demissões, se vinha mais, se não vinha mais. O que iria acontecer com quem ficou, existem locais onde trabalhavam 11 pessoas, ficaram dois trabalhadores! Existem outros que eram 33 em um turno e ficaram 11! É complicado.

Daí o trabalhador fica assim. Quer dizer, a empresa anunciou um lucro imenso em 2008, ela não fala que teve corte de pedido, que houve apenas uma redução na projeção dela. Então ela anuncia, são 242 aeronaves. Ela estimava 320 aeronaves, mas ela confirma, ela vai entregar 242. Todo trabalhador sabe disso, podia aumentar pra 320. Esse número poderia aumentar, seria uma opção dos clientes. Ele faz um pedido firme: “Eu quero quatro aeronaves, mas vou deixar duas em aberto”. Aí depois ele decide o que vai fazer. Esses pedidos em aberto são aqueles que não foram confirmados.

Aí o trabalhador pensa, “mas se eu vou continuar na fábrica para produzir 242 aeronaves, eu vou ter um esforço muito maior, vou fazer o mesmo que eu já fazia, só que dobrado”, porque o companheiro que trabalhava com ele foi demitido.

Em algumas áreas existem boatos que seriam colocados 3 gabaritos pra produção de uma certa aeronave. Aí a empresa falou: “Não, mas agora a gente está com o quadro reduzido, vamos instalar só dois gabaritos e aí a gente vê uma maneira desses dois gabaritos suprirem aquele que foi excluído. Ou seja, vão explorar mais ainda aquele trabalhador. É complicado, porque quem vai pagar o preço mais uma vez é aquele trabalhador que fica dentro da empresa. Paga o preço quem sai e quem fica. O cara vai ter que trabalhar muito mais, quer dizer, a empresa não pensa. Aquele cara vai ter uma condição muito pior de trabalho, vai ser mais um lesionado, ele pode se afastar, e aí vai reduzindo mais ainda o quadro da empresa. A administração da Embraer é assim: “Vamos cortar! Vamos cortar!”

Não é assim! Vamos parar, vamos pensar, existe a possibilidade do trabalhador se lesionar. Isso é ruim pro trabalhador, pra empresa, pra a sociedade, para todo mundo. Tem que parar e negociar.

O sindicato dos metalúrgicos não foi convocado para uma reunião ou algo do tipo, porque a empresa poderia chegar diante do sindicato e dizer: “A situação da empresa é essa, vamos ter que demitir”. Tenho certeza que o sindicato teria resposta para isso. Uma principal

proposta é a redução da jornada. Já saiu no jornal da categoria que a empresa deu 50 milhões em bonificação para os executivos. Dinheiro que poderia ser pago em salário, um ano, um ano e meio de salário pra esse pessoal que foi demitido.

Então acho que, mais uma vez, a empresa acredita que ela é a poderosa. E não é assim. Muitos trabalhadores que foram demitidos ainda têm a esperança de voltar. Mas também tem aquele que, numa próxima vez que a empresa chamar, não vai voltar.

Porque hoje o trabalhador sabe que ela não é aquela empresa que se dizia preocupada com a qualidade de vida do trabalhador. Se uma empresa se diz preocupada com a qualidade de vida do trabalhador, ela ao menos pensaria na redução da jornada de trabalho.

mv Como é que foram aquelas semanas depois das demissões? Como foi a ação do sindicato? Teve alguma repercussão dentro da empresa, você falou que o pessoal ficou assustado. O que as lideranças propuseram naquele momento?

BETO De imediato ocorreu de manhã cedo, no dia 19, às 6h da manhã, o pessoal do sindicato foi lá, foram pessoas guerreiras, logo que amanheceu eles foram lá, anunciaram no boletim que a empresa ia demitir e tal. E pediram pro o pessoal já pensar, porque poderia vir assembléia, paralisação, manifestação e tal.

mv O pessoal do sindicato estava contando com algo mais demorado ou não? Já sabia que iam demitir de uma vez?

BETO Saber que ia demitir a gente já sabia. Agora, como seriam feitas as demissões a gente não sabia. Poderia vir numa pancada só, que foi o que aconteceu. Mas a gente tava preparado, o pessoal do sindicato, o grupo, a diretoria do sindicato estava preparada para pancadaria. Porque a empresa não senta para discutir nada. Então a gente e o pessoal do sindicato já se preparou.

O que eu ouvi da própria diretoria do sindicato é que eles estavam dispostos a ir conversar com os trabalhadores e falar: “Vamos parar, vamos fazer uma assembléia, a empresa vai demitir”. Isso ficou mais claro especificamente no segundo turno, porque os trabalhadores já estavam vendo o pessoal demitido sair.

Houve uma repressão pelo pessoal do RH, eles estavam filmando tudo. O sindicato já estava avisando o pessoal na entrada: “A Embraer tá demitindo, vamos parar e conversar”.

E algumas pessoas do RH da empresa diziam: “Vocês não podem fazer isso!” Eles tentaram fazer uma filmagem,

mas eles alegam que a filmagem não é para eles fazerem uma pressão em cima dos trabalhadores, eles falam que é para ver o tempo que pode durar a paralisação (para depois ver no vídeo e abonar as horas do trabalhador). E a gente sabe que na verdade não é isso, é mais um meio de reprimir, falar: “Ó, você tá sendo filmado, você tem que entrar!”

Naquele momento a gente sabia que ia começar uma batalha pelos direitos dos trabalhadores. Porque 200 demissões não é a melhor forma da empresa retribuir o esforço do trabalhador em 2008. E o clima ficou bem tenso.

Aí, no terceiro turno, ela praticamente ia cortar o turno, turno reduzido que a gente chama, que já é um turno menor, provavelmente ela ia cortar. É assim: o primeiro turno é das 6:00 às 15:36, 15:36 à 1:12. Tem o terceiro turno que seria o normal, entra às 21:00 e sai às 6:30. Daí, nesse meio tempo tem um turno que a gente chama de reduzido, que a empresa criou em 2008, que eles entram 12:15 e saem às 6:30. E esse turno foi o que mais foi afetado, que foi o que ela criou. A empresa diz que esse turno é um turno excedente, que a empresa criou em 2008 pra suprir a demanda de aeronaves. E aí? Quer dizer, contratou e agora demite?

Não deveria demitir, foi o que eu falei, deveria reduzir a jornada, 43 horas semanais! Nenhuma empresa faz mais isso hoje no país. Agora o clima do trabalhador do terceiro turno, a gente conversou, a diretoria atual do sindicato explicou a situação, porque já havia tido uma repercussão na mídia dos 1º e 2º turno. Mas ainda o trabalhador ficou com aquele sentimento, “não, eu vou entrar!” É difícil porque, como te falei, a empresa reprime muito as pessoas, faz uma pressão psicológica imensa nas pessoas.

Mas o pessoal entrou, em 5 ou 10 minutos o celular do companheiro que ficou de fora tocou e ele falou: “É, realmente a empresa tá demitindo”.

mv Conta um pouco como foi essa mobilização. Foi articulado dentro da empresa? Os demitidos foram acionados?

BETO Quem tava dentro da fábrica já sabia que tinha que se mobilizar pra parar a empresa, tentar uma negociação, falar com a empresa que esse caminho não dá. Que os trabalhadores não podem pagar por esta crise que a empresa não quis pagar.

Agora o sentimento que a gente tem, do chão de fábrica, que trabalhador comum tem que passar para o trabalhador, é que só a mobilização pode trazer algum tipo de reversão. O trabalhador que estava dentro da empresa perguntava: “E agora? O que podemos fazer?”

E a gente tinha uma responsabilidade grande para fazer alguma coisa, dar

informação, fazer passeata, ir para Brasília, como a gente fez. E a empresa não acreditava muito nisso, que os trabalhadores seriam capazes de ir lá, reivindicar seus direitos. Reivindicar que toda essa produção da empresa é o sangue e o suor dele! Os trabalhadores mais uma vez mostraram que é possível.

mv Como foi a repercussão desse ato? Saiu bastante na mídia?

BETO A repercussão na mídia foi ótima, a nível mundial, e o sentimento dos trabalhadores foi: “Nós somos capazes!” Aquele sentimento que é: “Eu to fazendo o máximo possível, to fazendo a coisa certa”.

O trabalhador passou por uma experiência de luta. Por que a empresa não fez uma proposta: quem concorda ou quem não concorda? Ela impôs isso. Chegou com as demissões: “Assina aqui!” Então o cara passou por isso. No momento em que a empresa teve lucro ele trabalhou dobrado, agora, a margem está diminuindo e o trabalhador tem que pagar por isso?

mv Depois que a questão foi para o tribunal, você acha que o foco da luta se voltou para uma saída judicial?

BETO À medida que o trabalhador da Embraer foi pra porta da empresa e tal, a outra saída seria ir pro jurídico. Por que a empresa não pode demitir? Qual seria a maneira dela demitir? O governo tem poder de veto na Embraer, que são as ações de ouro, as “golden shares”. Tudo foi feito da maneira correta, todos fizeram sua parte e a empresa ainda se acha invencível? Então vamos pro tribunal, é direito do trabalhador. Seria uma ação paralela à mobilização.

mv A Embraer tem um histórico de vínculos com os órgãos militares, tem uma presença forte do Estado, que tem um ex-sindicalista na presidência. Como é isso dentro da empresa?

BETO Em primeiro lugar você vê a presença dentro da empresa. Em muitos setores existe realmente uma disciplina militar, uma exigência muito forte dos trabalhadores. E o trabalhador também vê isso dentro da empresa, no dia-a-dia várias pessoas de entidades militares transitando dentro da empresa etc.

Em relação ao que você falou, um ex-sindicalista na presidência, o pessoal foi lá, conversou com ele no início das mobilizações e ele se dizia indignado e tal. E aí deveria ele como presidente, uma esperança do povo, do trabalhador, como líder do Partido dos Trabalhadores, assim, como eles dizem, né, ele deveria ter pensado, o BNDES investiu milhões na Embraer, com dinheiro público. Quer dizer, o trabalhador investe seu

próprio dinheiro numa empresa que demite os trabalhadores, quer dizer, o lucro de todo esse dinheiro do trabalhador foi pros acionistas fora do país, não teve nenhum retorno.

O sentimento é de que se poderia fazer muito mais. Como sindicalista, ele já esteve na porta da Embraer na época que o pessoal não queria sua privatização. E ele esteve na porta e tal, defendendo isso. Por que não uma medida provisória? Por que não? Não só pra Embraer, mas pras outras empresas metalúrgicas, de outros setores.

mv No início da crise, o Lula dizia que era só uma “marolinha” e que isso não ia afetar as empresas. Depois, quando as demissões foram anunciadas, ele disse que ficou surpreso e que não sabia de nada. Como que é o sentimento da categoria em relação à figura do Lula, que de certa forma ainda permanece como mito do sindicalista no poder? Vocês se sentiram traídos?

BETO Há tempos atrás ele esteve dentro da Embraer, conversou com alguns trabalhadores, pegou na mão de alguns trabalhadores... Então, naquele momento ele trazia uma grande esperança pro trabalhador dentro da empresa, fazendo a compra de algumas aeronaves. Então, quer dizer, o trabalhador pensou: “Tão olhando aqui pra Embraer”.

Então, no momento em que ocorreram as demissões e o presidente se dizia indignado, mas, no momento depois, onde se tem o anúncio de que ele já sabia, o próprio BNDES dizia que chegou a avisar o pessoal da presidência, do governo, e tal, que haveria demissão dentro da Embraer, e ele já sabia! Foi traição! Se o presidente já sabia por que ele não fez nada? Por que isso? Ele não diz ser do Partido dos Trabalhadores? Quer dizer, o sentimento foi de que, realmente, uma pessoa máxima no país que a gente poderia confiar nesse momento, que há 8 anos atrás dizia: “Sou do Partido dos Trabalhadores, vou defender os trabalhadores na presidência, vou fazer de tudo...” É traição, né?

mv E isso ficou escancarado? O pessoal comentava isso?

BETO Comentavam... E alguns perguntam: “E o que poderia realmente se fazer?” Intervir! Vai lá, intervém! “Ó, o BNDES, um órgão do governo, investe dinheiro na Embraer... Vamos segurar isso”.

Igual a gente vê no caso da Petrobrás. A Petrobrás anuncia que os seus investimentos não serão parados. Uma empresa de alta tecnologia, tem que investir pro país crescer, da mesma forma é a Embraer. Por isso, hoje a gente vê que a privatização da Embraer não foi a

melhor saída. É uma empresa que vinha numa crescente. Naquele tempo, de 90 pra cá, começou todo esse processo e, aí, a partir de 94, passa a ser privatizada.

Agora, é esse o sentimento, ela vinha numa crescente. Hoje você tem alta tecnologia do governo, um investimento muito grande. Então, quer dizer, é um sentimento que a privatização realmente não foi a melhor saída. Uma empresa do porte da Embraer, se o governo se dedicasse, como uma empresa de alta tecnologia se desenvolvendo mais, investindo muito mais dinheiro na época, ao longo do tempo, hoje ela seria uma mega-empresa, a nível mundial como ela é. Ela tem um nome lá fora só que num estágio menor, eu acredito que ela seria muito mais uma potência.

mv Que propostas que surgiram na época? Você falou da redução da jornada, mas isso é um negócio polêmico, porque existem muitas reduções da jornada. Por exemplo, a Força entrou com redução da jornada e com redução dos salários. A CUT falava de redução da jornada sem redução dos salários, mas fechava acordo em várias empresas onde existia banco de horas. Então, como é que era a proposta da direção do sindicato? O que se pensava no chão de fábrica?

BETO O sindicato da categoria hoje em São José dos Campos defende redução da jornada de trabalho e não de salários. Mesmo porque se você pegar a Embraer em si, ela paga pouco em relação às empresas do mesmo porte dela a nível mundial. Então, ela tem trabalhadores muito bem qualificados e ela não reconhece isso financeiramente. Então, não vamos admitir que ela faça uma redução de jornada de trabalho com redução de salário. Vamos sim fazer uma redução de jornada, mas não com redução de salário. E banco de horas, nem pensar! Isso não funciona. Isso é mais uma maneira de explorar os trabalhadores, isso não funciona.

Agora, o que podia ter sido feito é sentar e conversar redução de jornada, quem sabe aí? A gente sabe que o PDV não é a melhor saída também, mas quem sabe alguns trabalhadores poderiam optar por isso. Isso aí é a vontade do trabalhador que ia dizer, né? Por que não umas férias coletivas? Férias remuneradas pros trabalhadores até entrar num consenso ideal.

Se propõe aí a redução da jornada, de repente você entra com umas férias coletivas, umas férias remuneradas, a longo prazo se ela reduziu 4 mil funcionários, por que ela não dá férias pra 4 mil, volta 4 mil, sai mais 4 mil, ela vai manter o quadro que ela tem hoje. E aí, você ganharia aí o quê? Quase 6 meses, um ano, dá 2 meses de férias remuneradas, entra, volta. É uma suposição.

mv E como é que isso foi levado pra categoria? Chegou a ser reivindicado com uma proposta da categoria?

BETO É, então, a questão foi a seguinte, como a gente vê que empresa não sentou pra negociar e já fez a demissão, o sentimento do trabalhador é que realmente deveria ter sentado e negociado a redução da jornada, porque no ano passado a gente trabalhou, o pessoal trabalhou aí uma hora a mais. Então, a jornada foi estendida mais uma vez, dizendo que seria compensada no carnaval. Mas nas vésperas do carnaval o pessoal é demitido! Então, a gente teria que, no caso, ter sentado pra negociar. Fica complicado você falar em negociação quando a empresa vem e demite de uma vez.

Então, quer dizer, talvez o mais correto seria fazer mobilização e diante da mobilização a empresa chamar pra discutir. O sindicato foi muitas vezes: “Ó, vamos negociar e tal” e a empresa nunca se pronunciou. Agora, vamos levar propostas diante das autoridades, que é no tribunal.

mv Como foi a negociação no Tribunal?

BETO Primeiro a readmissão, isso é fundamental! Reintegrar todos os trabalhadores, mesmo porque foram muitos lesionados, então reintegra e aí, a partir desse momento que todos estão reintegrados, a gente senta e conversa a redução da jornada, como que pode ser feito.

mv Chegaram a cogitar uma paralisação?

BETO É, ficaria difícil. Todo mundo que ficou ainda tem um sentimento de que ela pode vir com mais. E realmente ela pode vir com mais demissões. Já existiram passeatas e outras reivindicações da entidade sindical pro trabalhador onde houve 20 minutos de atraso e esses trabalhadores foram punidos, foram chamados por seus supervisores e foram punidos. Mesmo porque nós não podemos expor tanto o trabalhador dessa maneira. Nós, como trabalhador não podemos ficar expostos, nós temos que trabalhar dentro da possibilidade. Mas o ideal seria paralisação, mobilização.

A empresa tem que começar a ver que quem mais depende dos trabalhadores é a empresa, e não o contrário. Porque é a nossa mão-de-obra que faz o lucro deles. É a nossa mão-de-obra! O trabalhador começa a ter esse sentimento de que precisamos nos valorizar. O capital que criou um sentimento no trabalhador de que: “Não, tem muita gente lá fora, nós devemos...” Não! Pelo contrário, eles dependem muito mais da gente. Isso aí é um trabalho que nós vamos construir, nós trabalhadores um a um vamos construir, isso daí você pode ter certeza, tá aí pra isso.

Uma mobilização é o que? É o trabalhador mostrar pra empresa, o trabalhador tem que dizer: “Peraí, exploração aqui dentro não! Vamos sentar, vamos procurar mostrar a melhor saída. É isso”.

Agora diante da mobilização, tudo, eu acho que os trabalhadores tão de parabéns. Foram pra Brasília, tão indo pra Campinas. Acho que não tem o que se falar. Trabalhadores de outras empresas na região apoiaram a atitude da entidade sindical, apóiam os trabalhadores que tão lá, muitos já procuraram amigos, os companheiros já estão comentando: “Nossa, no que precisar da gente, estamos aí. Vamos parar lá... É isso mesmo, vocês estão de parabéns, os trabalhadores da Embraer estão de parabéns...” Começa bem por aí. Porque os trabalhadores de outras fábricas aí também são exemplo. Quando tem alguma tentativa de demissão eles vão e param! Porque um dia de paralisação numa empresa é um prejuízo enorme! E o patrão e o trabalhador sabem disso.

mv E aí, vocês têm alguma esperança de que judicialmente isso possa ser revertido?

BETO Eu, como trabalhador, tenho grande esperança que isso seja revertido. Na luta ele já sabe que ele tem que continuar. Isso aí, a luta do trabalhador tem que continuar todo dia, não só na mobilização mas dentro da própria empresa, conversando com outro trabalhador, dizendo pra ele que ele tem que tá junto, não importa se é corinthiano, se é palmeirense, se é são paulino, né? A luta da categoria, ela é única. Os trabalhadores, eles que vão lutar. Agora, judicialmente eu acredito, eu, como trabalhador, acredito que ainda pode se reverter. Mesmo pelo que a gente vê aí dizendo. Todos dizendo aí fora que mais uma vez o governo não interveio, quer dizer, a esperança é a justiça. Pode vir uma surpresa pra Embraer porque se você pegar os balanços dela de 2003, ela vem de lucros. Não tinha porque ter demissão.

Pelo que dizem sobre a redução de salários, que as outras entidades colocam até, é que não se pode reduzir salários sem o consentimento do trabalhador. Mesmo porque a empresa tem que provar que ela não tem dinheiro pra pagar o trabalhador, e isso não condiz com a verdade. A gente tem como verdade que tirar 50 milhões da empresa e dar pros executivos como bonificação de um período de lucros é o maior exemplo que ela tem condição de manter os empregos. E mesmo porque hoje, também, a gente sabe que na empresa tem hora extra. Em alguns setores tá tendo hora extra.

mv Como é que funciona isso, você tem alguns dados?

BETO Eu tenho uns dados por cima, a gente sabe que alguns companheiros falaram: “Demitiram um pessoal nosso, e eu tô entrando às 3 da tarde, 3 e meia, saio às quatro da manhã.” Quando na verdade ele teria que sair a uma e doze. Daí, no sábado ele chega na empresa às 5 horas da tarde e sai à uma hora da manhã. Agora, o cara tem todo direito de fazer hora extra, todo seu direito, mas é um absurdo você demitir, tendo outros trabalhadores fazendo hora extra. É meio complicado isso aí. Você tá pagando hora extra com o salário de outro companheiro. É complicado.

Mas agora o sentimento nosso é de que as coisas vão mudar. Eu acho que esse ato que teve repercussão no Brasil da Embraer serve como exemplo pra todos os trabalhadores, porque só eles que podem fazer essa mudança, só eles. Depende deles, eles são a força maior. O cara pode dizer: “Pô, eu não tenho força, eu sou um simples trabalhador”. Exatamente! É esse “simples trabalhador” que tem a maior força nas suas mãos. Porque se ele apertar o botão pra parar a máquina e parar a máquina, a empresa não produz mais.

É a força na mão dos trabalhadores. Eu acho que o exemplo que ficou foi na manifestação que teve, e toda a vigilância teve dentro da empresa. Eles sabiam que podia acontecer qualquer coisa desse tipo. Então eles sabem que eles podem correr esse risco.

Quer dizer, ela teve toda uma preocupação de parar todo o transporte externo pra que não chegasse próximo da empresa. Teve toda uma preocupação. É, o transporte externo que viria de outros lugares, de Taubaté, por exemplo, ele foi parado. Porque eles sabiam que ia haver uma manifestação e quem sabe uma tentativa de ocupação. Esse talvez tenha sido o pensamento da inteligência da Embraer. Todos os materiais que deveriam chegar naquele dia não chegaram.

Eles foram parados a partir do meio-dia mais ou menos. Várias transportadoras. Tem material que vem de Botucatu, CPX etc. Um painel, por exemplo. O painel do avião, ele vem de Botucatu. Então, teve toda essa preocupação, a partir de tal hora. Então, o trabalhador tem que saber que esses pequenos detalhes mostram o medo da empresa e a força dos trabalhadores. ■



“GRANDES TRANSFORMAÇÕES IRÃO OCORRER”

Entrevista com Mancha

MAIS VALIA Estamos em meio a uma profunda crise do capital, a maior desde 29 ou talvez até maior que a crise de 29. Apenas alguns dados de janeiro: as 600 mil demissões nos Estados Unidos; ontem mesmo a GM e a Chrysler anunciaram ainda mais demissões, mais de 10 mil demissões só na GM.

Ao mesmo tempo, a gente vê no Brasil uma série de acordos sendo feitos, principalmente em janeiro, quando as demissões em massa se aprofundaram. Os acordos acontecem sempre para tentar manter o lucro dos patrões, da burguesia, deixando os trabalhadores à própria sorte.

Como vocês vêem o posicionamento das centrais sindicais, principalmente da CUT e da Força Sindical? Como vocês vêem a atuação delas hoje, quando a Força Sindical vem defendendo a redução salarial abertamente e a CUT diz ser contra a redução salarial?

MANCHA Primeiro, nós vivemos uma crise do sistema capitalista, uma crise que nós achamos que é uma crise de superprodução, uma crise clássica, a maior desde 1929. Todo mundo já reconhece a extensão e o tamanho dessa crise. Uma crise que atinge a economia no mundo todo, com maior desenvoltura em um país, menor em outro, mas, com a globalização da economia, ela atinge a todos os locais. E a saída que têm as grandes empresas para a crise, no sistema capitalista, é descarregar nas costas dos trabalhadores, com queima dos empregos, redução salarial e, às vezes, pagamento da dívida interna e da dívida externa, levando à bancarrota todos os países.

Então, a primeira questão dessa crise é que ela é uma crise que está no seu início e que, portanto, vai ter uma duração mais ou menos prolongada. Nesse sentido, as centrais sindicais, no caso tanto a CUT quanto a Força Sindical, fazem uma avaliação de que essa crise é passageira e que por isso

basta fazer acordos que em 3 ou 4 meses ela seria superada. É uma política de perder os anéis para não perder o dedo. É uma política traiçoeira porque ela vai fazer que os trabalhadores tenham redução de salário.

No caso, a Força Sindical defende abertamente a política de reduzir os salários em troca de estabilidade de dois, três, quatro meses. E o que as empresas fazem é aproveitar esse período de crise, aproveitar a redução salarial, para reter o salário e guardar verbas para depois fazer a demissão, ou seja, o trabalhador acaba ele mesmo pagando sua demissão. É uma política que desarma os trabalhadores frente à crise e que não tem nenhum tipo de resultado.

A CUT, apesar de dizer que está contra essa política de redução dos salários e direitos, pelo seu apoio ao governo acaba tendo uma política que também ajuda as empresas, porque levanta reivindicações que só interessam às empresas, como desviar recursos para as empresas para garantir a produção, diminuir os juros e diminuir os encargos das empresas. E ao mesmo tempo que eles se dizem formalmente contra a redução salarial, nas suas bases, nos sindicatos, defendem acordos que flexibilizam direitos como implantação do banco de horas e redução salarial. Existem vários sindicatos da CUT que têm feito redução salarial. Então essas duas políticas são políticas que desarmam os trabalhadores para enfrentar a crise, desmobilizam os trabalhadores para fazer esse enfrentamento e acabam auxiliando os patrões.

mv Nesse sentido, como a Conlutas se diferencia, qual o programa da Conlutas e do Sindicato dos Metalúrgicos de São José, qual é a ação em relação às demissões e à pressão dos patrões sobre os trabalhadores?

m Nós partimos, tanto a Conlutas quanto o Sindicato dos Metalúrgicos de São



Mancha: "As montadoras tiveram seus melhores anos nesse últimos dois anos, não têm motivo para demitir".

José dos Campos e Região, do entendimento de que essa crise tem de ser enfrentada sob o ponto de vista dos trabalhadores, sob uma ótica classista.

Existe uma crise e, em uma crise, alguém tem que perder. Eles querem que os trabalhadores percam. Nós achamos que os trabalhadores não devem perder, então quem deve pagar a crise são os patrões, são os banqueiros e são os grandes empresários. Portanto, partimos do pressuposto de que é necessário resistir a todas as medidas que fazem as empresas. Em primeiro lugar, às demissões e também às propostas de reduzir salários e direitos.

Nós estamos encaminhando esse debate desde meados do ano passado, preparando as diversas categorias para o enfrentamento, ou seja, preparando as diversas categorias para resistir ao processo de demissão. Então, é bom lembrar que desde essa época o próprio governo dizia que essa crise era passageira, que era uma marolinha que não atingiria o Brasil, que isso era coisa do Bush. As centrais sindicais repetiam o discurso do governo, diziam que a crise era uma coisa armada pela grande imprensa, pela mídia. Inclusive o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, por exemplo, chegou a publicar nos seus materiais que para entender a crise bastava desligar a televisão e entrar na conversa do Lula de consumir para evitar o aprofundamento da crise.

Hoje a realidade já se impõe, eles são obrigados a ver que existe uma crise. Então, esse período anterior foi o período que nós, contra a corrente desses setores do movimento sindical, defendemos a preparação dos trabalhadores para enfrentar essa crise e para resistir à crise. Então essa é a nossa política, em primeiro lugar a resistência às demissões. Onde houver demissões nós achamos

que os trabalhadores devem fazer mobilização, fazer paralisação, se possível fazer ocupação das fábricas que demitem e, ao mesmo tempo, exigir dos patrões a estabilidade no emprego e também fazer uma exigência ao governo.

O governo Lula tem uma posição muito cômoda porque muitas vezes ele fala contra as demissões, dizendo que os empresários não têm necessidade de demitir, com o que nós concordamos porque os empresários ganharam muito dinheiro nos últimos dois anos, em particular no Brasil, em todos os setores, mesmo nos setores que ameaçam demitir, como a Vale do Rio Doce. Ganharam muito dinheiro durante esse último período. As montadoras também tiveram seus melhores anos nesses últimos dois anos. Não têm motivo, melhor, não têm necessidade de demitir porque eles têm muito recurso, têm muito dinheiro para manter essa mão-de-obra empregada por um bom tempo.

E o governo faz simplesmente comentários, como se fosse comentarista político, e não toma ações para poder garantir a estabilidade de emprego dos trabalhadores. Nós achamos que temos que levantar como reivindicação que o governo edite uma medida provisória que garanta a estabilidade de emprego dos trabalhadores. Porque a legislação, aqui no Brasil, é absolutamente flexível, os empresários podem mandar embora a pessoa, fazendo só um pagamento simbólico de 40% do Fundo de Garantia. Eles calculam o custo benefício, então fica muito mais fácil o empresário mandar o trabalhador embora e o trabalhador fica totalmente desprotegido. Então, nós achamos que temos que fazer essa reivindicação de estabilidade para os trabalhadores, fazer uma exigência ao governo que edite uma medida provisória.

Nós achamos também que o governo não deveria socorrer os bancos que estão falindo, as empresas que estão falindo, ele deveria socorrer os trabalhadores. Nesse sentido, as empresas que demitem em massa, nós defendemos que elas sejam estatizadas sob controle dos trabalhadores para poder garantir o emprego e a produção.

Nós defendemos também a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários para poder dividir a produção que existe nas empresas entre todos os trabalhadores que estão dispostos, que estão precisando do emprego. A redução da jornada de trabalho permitiria que mais gente pudesse trabalhar sem que houvesse algum tipo de redução dos salários.

E também um plano de obras públicas, na medida que o desemprego cresce. Por mais que a gente tome medidas de resistência, ele está crescendo, foram demissões em novembro, demissões em dezembro, agora demissões no mês de janeiro. É necessário que tenha um audacioso plano de obras por parte do poder público para poder construir escolas, hospitais, creches, tudo que é de necessidade para a maioria da população, para poder inclusive movimentar a economia.

MV Em São José vimos várias demissões, mais de 800 só na GM. Como foi essa preparação que você falou, essa preparação de cada categoria para resistir às demissões? Como foi isso na região de São José, onde vocês estão no sindicato? Como foi a resistência, a mobilização, a paralisação para resistir a essas demissões?

M Então, nós começamos desde o ano passado a realizar essa campanha, a fazer essa campanha contra as demissões, nós espalhamos por vários pontos da cidade o outdoor dizendo: "Nenhuma demissão, estabilidade no emprego", no sentido de mobilizar não só as categorias mas também alertar a população. Realizamos assembleias nas portas das diversas empresas e fizemos uma campanha como se fosse uma campanha salarial. Mandamos reivindicação para as empresas, reivindicando estabilidade no emprego e fizemos essa campanha, desde novembro, dezembro, ser uma campanha preventiva, ou seja, chamando as empresas para a negociação, para discutir estabilidade dos empregos e chamando os trabalhadores para se mobilizarem na defesa de seus postos de trabalho.

A primeira grande demissão em massa foi na General Motors, demissão dos chamados trabalhadores temporários. Sempre que ocorrem essas demissões é muito difícil abrir um processo de resistência, porque são trabalhadores mais flexíveis, são trabalhadores que



Ato dos trabalhadores da Volks Anchieta organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, vinculado à CUT.

são contratados por tempo determinado, já com um contrato mais precarizado, é difícil fazer uma resistência. Ainda assim conseguimos fazer essa resistência. Houve duas paralisações na General Motors durante um período que colocou essa questão em evidência nacionalmente. Porque não foi só a GM que fez grandes demissões. Outras grandes empresas fizeram grandes demissões.

Por exemplo, na região, a LG demitiu 600 pessoas em Taubaté. Ela demitiu 600 trabalhadores, porém não houve nenhuma reação, porque o sindicato pelego de Taubaté, da CUT, simplesmente lamentou que a empresa tinha demitido sem procurar antes alguma alternativa, porque eles mesmos diziam que não existia crise. A Fiat em Betim demitiu mais de 3 mil trabalhadores durante todo esse período. A Scania no ABC também dispensou 500 trabalhadores contratados por tempo determinado e estagiários no mês de dezembro. E os sindicatos sequer comunicaram ou denunciaram todas essas demissões.

Na GM foi o contrário, houve um movimento de resistência, em primeiro lugar por parte dos trabalhadores, dentro da empresa, que repercutiu no conjunto do país. Foram organizados atos contra as demissões na cidade de São José e na FIESP. É um processo que se iniciou com a resistência por parte dos

trabalhadores. E essa resistência conquistou uma vitória parcial, porque, junto com esse processo da mobilização direta nós entramos com uma ação na Justiça do Trabalho para reivindicar a reintegração desses trabalhadores aos seus postos de trabalho. A Justiça não concedeu a reintegração, no entanto, ela concedeu uma indenização de todo o período que eles teriam que trabalhar. O contrato vencia em agosto, então a empresa teria que pagar até o final do contrato. Uma vitória parcial, mas ainda insuficiente, porque o que nós queremos são os empregos. Esse processo de mobilização foi importante, ele às vezes leva até que tenha fissura no setor do Judiciário e acaba tendo essas decisões.

mv A CUT, principalmente, também organizou atos. Em São Bernardo teve o da Mercedes há um mês e o da Volks na semana passada [11 de fevereiro], com uma presença grande de trabalhadores. Você acabou de comentar as diferenças que existem entre a CUT e a Conlutas. Como você acha que essas diferenças aparecem na grande imprensa, nos jornais, para a grande massa?

m A CUT reflete a política do governo. Então ela teve dois momentos. Um primeiro momento onde eles não fizeram

absolutamente nada... Nenhum dos sindicatos filiados à CUT fez alguma coisa, não fizeram nada e ainda diziam que a crise não existia. Exatamente a política que o governo fazia naquele momento.

Depois, o segundo momento, com a pressão vinda do acirramento da crise e do que acontecia nas fábricas, onde muitas pessoas foram demitidas. Eles passaram, pressionados pela base, a fazer algum tipo de mobilização, mas com um programa que procurava conciliar ou atender os interesses das empresas. Um programa de mais produção, um programa de redução dos juros, um programa de redução dos impostos, do IPI. Muitas vezes recursos que deveriam ser destinados à educação, à reforma agrária, dinheiro do BNDES que é dinheiro público, dinheiro que é do povo, que cai nas mãos dessas grandes empresas que acabam realizando demissões. Nós temos uma divergência em relação ao programa porque o que nós defendemos é a garantia de emprego e principalmente a exigência ao governo que faça uma medida provisória para garantir o emprego. A CUT é absolutamente omissa em relação a isso.

Eu acho que eles fazem algumas mobilizações e o sindicato busca controlar essas mobilizações, sempre esconde o governo ou protege o governo, como se o governo não tivesse nenhuma

responsabilidade. Eu acho que esse é um diferencial que começa a aparecer, obviamente não para todo mundo, talvez não para maioria. Mas um setor importante começa a ver essa diferença, ver que o governo tem condição de agir e o governo não age, e que a CUT protege o governo.

Eu diria que, em relação ao discurso contra a redução de direitos, eles fazem esse discurso formalmente mas protegem o governo, não têm independência em relação ao governo. Também tem a prática, e são anos e anos de parceria com as empresas. Eles acabam assimilando as reivindicações dos empresários e não atendem as reivindicações dos trabalhadores. Para levar o movimento até o fim, e apontar uma perspectiva estratégica diferente, precisa estar independente do governo, independente dos patrões. Sob esse sistema capitalista, as medidas tomadas podem simplesmente ignorar o sofrimento dos trabalhadores, as condições de vida que ficam cada vez mais difíceis nos tempos de crise. E a tendência é ficar cada vez pior.

Nós procuramos, na Conlutas, juntar as lutas imediatas a uma perspectiva estratégica de transformação dessa sociedade e, para transformar a sociedade, não dá para fazer aliança com empresários, com patrões ou com o governo. Então, tem que manter uma total independência, para buscar um projeto de transformação, para buscar um projeto socialista. Na verdade, essas são as diferenças que vão ficar cada vez mais claras.

mv Nesse sentido, houve alguma articulação na GM daqui do Brasil, em São Caetano e Gravataí?

m É isso que estamos querendo fazer. Infelizmente, os dois sindicatos são dirigidos pela Força Sindical, mas nos dois sindicatos nós temos oposição, temos inclusive dirigentes sindicais que são da Conlutas, e nós queremos, independente dessas divergências que existem, chamar uma unificação para termos bandeiras comuns de estabilidade no emprego, para garantir o emprego, para não ter redução salarial, para garantir as conquistas nas diversas categorias, não só aqui no Brasil como também internacionalmente, nós queremos fazer uma articulação internacional dentro da fábrica da GM para resistir a essa situação.

mv Uma das reivindicações centrais que vocês colocam é a questão de exigir do governo Lula uma medida provisória de estabilidade no emprego. Vocês acreditam que ele pode ceder e fazer alguma lei nesse sentido?

m Não. Essa é uma discussão importante, porque obviamente o governo tem condições de fazer isso. Ele já editou



“Ao exigir do governo uma medida provisória, nós queremos atingir diretamente a figura do Lula”.

várias medidas provisórias, por exemplo, para proteger os interesses dos banqueiros, do agronegócio. Ele tem condição, tem poder para fazer isso, para baixar uma medida. Não pode falar: “Não, o governo não pode fazer nada, isso é coisa do Legislativo, isso é coisa do Congresso Nacional”. O governo pode fazer isso.

Agora, para fazer isso tem que ter vontade política. Vontade política no momento de crise, no momento emergencial. Nessa situação tem que ter medida de emergência, que garante estabilidade por um determinado período, nós reivindicamos que seja dois anos. Ao não fazer isso, o governo mostra descaradamente de que lado está na crise.

Infelizmente, o governo Lula ainda tem o apoio de uma parte importante dos trabalhadores. As pesquisas de opinião pública revelam isso, mas nós sentimos isso no dia-a-dia dentro da fábrica. O governo Lula através do seu discurso tem conseguido se safar da crise sem baixar tanto a sua popularidade. Então, o fato da gente exigir isso é exatamente para demonstrar aos trabalhadores de que lado está o governo Lula, que não é do lado dos trabalhadores, apesar dos trabalhadores acreditarem nisso, mas sim do lado das empresas. Se ele vai fazer isso ou não, vai depender da capacidade do movimento de forçá-lo a tomar medidas favoráveis aos trabalhadores.

Eu acho importante esse processo de mobilização pelos dois lados. Se ele quisesse, o que nós achamos pouco provável, obviamente os trabalhadores estariam em melhores condições porque estariam protegidos. Com uma proteção ao seu emprego, o temor ao desemprego seria menor e a nossa classe teria mais condições de lutar. Se ele não faz, o que é mais provável, vai ser desmascarado perante a classe trabalhadora.

mv Mas por outro lado ele poderia usar a medida provisória para reforçar a popularidade dele, mesmo entrando em conflito com os empresários.

m Poderia, mas entraria em conflito com os empresários aos quais ele está, até agora, ligado umbilicalmente. Portanto, é incapaz de tomar qualquer medida em favor dos trabalhadores. E através de seu próprio movimento, os trabalhadores vão aprendendo a confiar na sua própria força, na sua independência, vão vendo a necessidade de ter o poder próprio, o poder dos trabalhadores.

mv O governo Lula usou diversas vezes o recurso da medida provisória, como você mesmo comentou, driblando as instâncias ditas democráticas do país. A crise de 1929 foi sucedida por uma onda de fascismo, com governos autoritários em diversas partes do mundo. Organizar o movimento de massas em torno justamente dessa reivindicação da MP, que de certa forma reforça a idéia do Lula como um bonaparte que se eleva acima de todas as instituições, não é uma forma de legitimar esse autoritarismo que pode estar surgindo?

m Bom, na verdade, o centro da discussão que nós fazemos, que nós queremos fazer, não é o uso ou não da medida provisória. As medidas provisórias que o governo tem editado, na sua maioria, são quase todas impopulares, são medidas que sempre favorecem ao grande capital, às grandes empresas. O governo tem feito isso muitas vezes e não só ele faz, como depois consegue aprovação do Congresso Nacional, do Senado etc. São poucas as vezes que ele não conseguiu e, quando não conseguiu, por exemplo em relação à CPMF, fez depois outro tipo de negociação.

mv Mas, ao reivindicar uma medida provisória, o movimento não estaria legitimando essa forma de atuação do governo?

M Então, é nesse ponto que eu queria chegar. Esse é o fato que ele utiliza, da medida provisória. A grande questão ao exigirmos isso, ao lutarmos no movimento para que ele assuma essa bandeira, é exatamente colocar a responsabilidade na mão do governo. O governo procura nesse momento se esquivar da sua responsabilidade e dizer: "Isso depende do Congresso Nacional, e no Congresso Nacional tem uma maioria de empresários, tem uma maioria disso, tem uma maioria daquilo. Isso depende de que você negocie com os patrões, negociem com os empresários. Eu sou a favor que tenha estabilidade, no entanto, tem que ser através de negociação".

Então, em todas as medidas que o governo toma, o Lula, em particular, se mantém por fora desses conflitos e não assume para si a responsabilidade. Então, ao exigir do governo, ainda que seja uma medida provisória, que é o que ele pode fazer nesse momento, nós queremos atingir diretamente a figura do Lula, que é aquele que desperta a ilusão dos trabalhadores, que pensam que Lula está governando para eles.

É uma maneira que nós achamos de atingir diretamente, sem entrar na discussão de como vai ser feito, mas é preciso que faça, através de uma comissão de trabalho, uma comissão de todos os encargos legislativos e tal, que é o que ele poderia fazer. Você pode falar então: "Bem, vocês arrecadam um milhão de assinaturas e entram com um projeto de iniciativa popular pro Congresso, pro Parlamento aprovar", muitas vezes a CUT faz isso, a Força Sindical. Mas a questão é mostrar a cara mesmo, para a opinião pública, principalmente pros trabalhadores. Mostrar que o governo pode fazer isso e não faz porque não quer, porque está do lado dos empresários.

Hoje ainda existe uma parcela importante dos trabalhadores que acredita que a crise é passageira. E por que eles acreditam nisso? Porque diariamente são bombardeados pela televisão, pela mídia, pelos patrões e também pelo Lula. Imagina se fosse o FHC falando aos trabalhadores. Eles ouvem o Lula como uma liderança popular, histórica, que foi um líder metalúrgico, o que faz com que os trabalhadores não se mobilizem, não se preparem para o enfrentamento. E as lideranças sindicais reproduzem isso e, ao reproduzir isso, também confundem a cabeça dos trabalhadores. Então, é necessário fazer com que os trabalhadores, através de sua ação, rompam com isso.

mv Nesse momento em que a crise é muito aguda, as contradições dentro da fábrica, a luta de classes dentro de cada fábrica fica cada vez mais evidente. Durante um tempo poderia parecer que estava tudo bem, mas hoje todo mundo sabe que não está. Nesse sentido, uma ação do sindicato, que dá a direção, não teria de ser principalmente dentro das fábricas, contra os patrões, e não contra o governo que de certa forma fica acima da luta de classes? Como vocês vêem essa questão da luta dentro das fábricas, a partir da organização cada vez mais ampla dos trabalhadores, a partir do próprio local de trabalho, com uma organização que parte do chão da fábrica?

Acho até que vale citar como exemplo o ato na FIESP semana passada [12 de fevereiro]. Ao invés de um ato dentro das próprias fábricas, para reunir e paralisar as fábricas, por que vocês optam por fazer atos que têm como foco o ataque ao governo, mas não o conflito ali no local de trabalho?

M Não, é porque nós entendemos que a resposta à crise é uma resposta política, ela não é uma resposta meramente sindical, uma resposta economicista ou apenas no terreno da luta na fábrica.

Porque a crise tem uma característica internacional, ela é global e uma resposta tem que ser global. Então, tem que fazer uma ligação da ação, da resistência dentro da empresa, porque é impossível você combater a política econômica, combater a crise apenas resistindo a um patrão. Porque, por exemplo, pode ocorrer que um pequeno ou médio empresário prove por "a mais b" que ele está numa dada situação, que ele não tem mais condição de sustentar. Porque a crise é uma crise do sistema capitalista, então devemos globalizar essa luta para ter respostas e ter respostas políticas e exigência aos governos, exigência ao poder público.

Num momento de crise, existe o acirramento da luta de classes, mudanças políticas na consciência dos trabalhadores, mas também existe o temor do desemprego, existe insegurança. Então, a gente só consegue fazer um processo de mobilização mais forte se esse processo integrar a luta direta e a resistência à luta generalizada de todos os trabalhadores. Unificando os trabalhadores que estão empregados e os que estão desempregados com os movimentos sociais para fazer com que esse movimento se volte contra o capitalismo e contra os governos que são sustentáculos dessa unidade econômica do capitalismo. Então, não tem como combater um patrão isoladamente dentro de uma empresa. Eu diria que é o contrário. Que se você estiver num momento de

crescimento econômico é possível dentro de uma fábrica você conseguir algum tipo de melhoria, alguma conquista. Em uma situação como essa, ninguém vai conseguir resistir, nem mesmo ao processo de redução salarial, mantendo sua luta isolada dentro de uma fábrica, dentro de uma região e não fazendo um processo de unificação geral para enfrentar os patrões e o governo.

A luta direta nesse momento, para mim, ela fica prejudicada, existe o medo de perder o emprego, o patrão faz mais pressão, se você pára tem muito mais chance de ser demitido no seu local de trabalho. Então, você tem que fazer necessariamente essa combinação porque se não fizer você está fadado a sofrer derrota.

mv Vocês acham que nesse momento é mais difícil uma mobilização interna à fábrica, como a paralisação, pelo temor do desemprego? Parar as fábricas mesmo, vocês acham que é mais difícil com o temor do desemprego?

M Isso é relativo. Tem que fazer os atos, as paralisações, os atos regionais. Mas tem que fazer também com que esse movimento tenha influência política na sociedade, que coloque em debate o desemprego e as demissões de maneira política.

Por exemplo, nós poderíamos fazer e fizemos manifestações na GM, nós fizemos paralisações, nós fizemos manifestações em São José e em outras regiões. Mas, quando você traz para a FIESP, você politiza a questão, você coloca no centro a classe operária, no centro da luta política também. Ou seja, contra os patrões na medida em que a FIESP tem uma proposta, que é a redução salarial. Nós ficamos sabendo que com esse ato se fortaleceu muito a resistência dentro da fábrica. Quando os delegados sindicais, os dirigentes sindicais, os trabalhadores que estavam em férias coletivas retornaram, o comentário na fábrica era justamente esse, que saiu na imprensa, que houve uma repercussão política dessas manifestações.

mv O Programa de Transição, do Trotsky, escrito em 1938, já apontava a tendência de crise do capital claramente e apontava também um programa muito claro no sentido de construir uma ponte, uma ponte transitória para uma outra sociedade, para o fim da sociedade capitalista. Ele aponta duas reivindicações como sendo fundamentais para o início de um processo de organização das massas: as escalas móveis das horas de trabalho contra o desemprego e as escalas móveis de salário contra a redução dos salários. Como que vocês vêem esse programa? Vocês vêem ele como um programa atual?



"A resposta à crise é uma resposta política, ela não é uma resposta meramente sindical, uma resposta economicista ou apenas no terreno da luta na fábrica".

M O programa é mais atual do que nunca, porque nessa situação de crise ele tira as máscaras e deixa mais claras as contradições de classe do sistema capitalista. Portanto, o *Programa de Transição* está mais atual do que nunca porque essa crise pode fazer despertar entre os trabalhadores, despertar entre a classe operária o espírito de luta, o ânimo de luta para poder ter o enfrentamento dessa situação.

Por exemplo, se existe uma redução no nível de produção, e é evidente que essa redução existe, então os capitalistas propõem reduzir os operários através da demissão e reduzir o salário daqueles que vão estar trabalhando, porque aumenta o exército de reserva. Nós fazemos o contrário, pensamos que se existe essa produção, essa produção tem que ser repartida entre todos os trabalhadores, o que se materializa na redução da jornada sem redução dos salários. A redução da jornada para 36 horas contra uma jornada de 44 horas, por exemplo, representaria uma redução de 20% do que seria a capacidade ociosa que não estaria produzindo. Então, na verdade, a redução da jornada é uma maneira de aplicação do *Programa de Transição*.

mv Vocês colocam as 36 horas como reivindicação. A reivindicação das 36 horas sem redução dos salários é um pouco diferente da escala móvel das horas de trabalho, que é a divisão de todas as horas de trabalho por todos os trabalhadores das fábricas, independente de quantas horas.

M Então, mas isso é o início. É para dar, vamos dizer assim, uma consigna, uma palavra de ordem que é capaz de penetrar mais entre o proletariado, entre a classe trabalhadora, e popularizar essa questão da divisão. São 36 hoje, eu

posso colocar 30, posso colocar 28.

mv A grande força dessa palavra de ordem não é justamente porque ela não fixa, ela é escala móvel, varia de acordo com a necessidade? No ano passado a CUT fez a campanha pela redução para as 40 horas. Muita gente perguntava: "Pô, mas por que 40 horas?". Aí eu pergunto: por que 36, por que é menos que 40?

M O problema não é se você fixa ou não. É uma maneira de você em determinados momentos popularizar nacionalmente uma palavra de ordem. Na verdade o centro da consigna é: "Vamos reduzir a jornada, trabalhar menos para que todos possam trabalhar". Esse é o centro. Aliás, as próprias empresas estão utilizando, dessa vez elas estão paralisando. Estão diminuindo a jornada só que diminuem os salários. Tem empresa que diminuíram para 38, tem empresa que tão trabalhando dois dias, três dias. E tem empresa que os operários não estão nem trabalhando, tão em casa, através de licença remunerada. Então, tá mais atual do que nunca. Mas nós temos que conseguir mobilizar os trabalhadores. E mobilizar os trabalhadores no sentido de que eles compreendam a necessidade de reduzir a jornada sem reduzir os salários.

Pode ser 36, aliás, em alguns setores já é suficiente. Por isso teria que ter essa palavra de ordem de dividir as horas na sociedade entre todos que precisam trabalhar e que querem trabalhar.

mv Ainda falando um pouco do Programa. Logo depois das escalas móveis tem a questão justamente da falência das fábricas. Da falência das fábricas com ocupação de fábricas. Você comentou isso no começo. Já

existe algo nesse sentido? Tem algum caso em que vocês chegaram a questionar as próprias contas das empresas ou ainda não chegaram a isso?

M Em primeiro lugar, nós fazemos essas exigências para as empresas exatamente para comprovar que elas têm condições de manter os empregos dos trabalhadores. Por exemplo, a General Motors, no ano passado, teve um faturamento de 11 bilhões. Desse faturamento que ela teve, cerca de 1 bilhão de dólares foi guardado para fazer investimentos no país e alguns milhões ela enviou para a matriz. A abertura das contas permite, nesse caso, dizer que a empresa tem recurso em caixa para sustentar o salário dos trabalhadores por mais 5-10 anos mesmo que ela não vendesse mais nenhum carro, porque já acumulou, porque no ano que passou as empresas montadoras tiveram o maior lucro da sua história em todo o tempo que estão no país e que, portanto, teriam condições de fazer isso.

Segundo, mesmo nas pequenas empresas e nas empresas médias também é uma exigência que a gente faz para denunciar, em proporções menores, algumas delas. Neste caso, pode ter algumas empresas que comprovem que não têm condições, exatamente porque na crise estoura o elo mais fraco. E sentindo isso nós reivindicamos a estatização das empresas. As empresas que estão em falência, que demitem em massa, que não garantem os empregos, o Estado deve estatizar.

Nós temos um caso aqui agora, que está em curso, numa empresa de pequeno porte em São José, a Inoxx. Os trabalhadores estiveram com ela ocupada e estiveram tocando a produção da empresa. Quando disseram que não tinham mais condições, iam demitir

trabalhador sem sequer ter condições de pagar os direitos, os trabalhadores tomaram a fábrica, ocuparam a fábrica. Nesse caso, em três dias de trabalho eles conseguiram fazer vendas e tiveram um faturamento de 400 mil, coisa que jamais aconteceu no último ano. Também os trabalhadores vão se educando nessa nova situação. Infelizmente, ainda é muito pequeno o número de empresas onde existe um processo como esse.

MV Como você vê uma mudança na organização da classe trabalhadora nesse período?

M Logicamente, as grandes crises econômicas trazem mudanças e transformações políticas. Trazem divisões, trazem mudanças em todas as classes da sociedade, dentro da burguesia, trazem mudanças para a classe média, trazem mudanças dentro da classe operária. A incógnita hoje é como os trabalhadores vão reagir nessa situação. O capitalismo não vai afundar por si próprio, não vai afundar se não houver uma ação consciente, uma ação da classe operária. Como eles vão reagir ainda não está dado. Mundialmente existem ações de protesto pelos trabalhadores, como a greve geral que houve na França, as manifestações na Grécia, mesmo manifestações pequenas nos EUA, manifestações que também começam a acontecer no Brasil, que aconteceram na Nissan, na Espanha. É um elemento que está em curso. Tem que ver como os trabalhadores reagem a isso. Na China também começa um processo de mobilização. E o proletariado americano vai estar diante de grandes desafios, grandes ataques monstruosos, fechamentos de empresas, redução de seus salários. Acordos estão sendo feitos, acordos de substituição dos trabalhadores que trabalham hoje por novos trabalhadores que ganham metade do salário. Enfim, se eles conseguirem impor isso, obviamente o capitalismo vai conseguir sobreviver. Agora, não está dado que isso vai acontecer.

Podemos ver grandes transformações políticas, por exemplo, na crise de 29, nos EUA, lá surgiu uma organização. Aqui no Brasil também tem condição de acontecer algo desse processo de luta, surgirem novas organizações dos trabalhadores para uma transformação política. Então, nós queremos ter um papel consciente nesse processo, chamando, primeiro, um processo de resistência capaz de aglutinar as forças de todos os da esquerda que querem fazer uma política de independência de classes contra os patrões, contra a burguesia, numa perspectiva socialista e para dar uma resposta positiva, poder dar uma saída positiva para essa crise. Porque grandes transformações virão a ocorrer e o resultado delas depende da capacidade dos

trabalhadores de ação, de resistência, mas não só de resistência, de fazer dessa resistência um movimento afirmativo, positivo. É nisso que nós apostamos e é o que nós queremos, construir no calor dessa luta uma nova organização superior à Conlutas. Por isso, estamos em processo de discussão com vários setores oriundos da Intersindical e outros setores, trabalhando na proposta de uma organização mais forte que tenha a ferramenta para fazer frente a essa crise. Isso é necessário fazer. ■



ARQUIVOS DO MARXISMO: LIÇÕES DO GOLPE DE 1973 NO CHILE

Comitê Internacional da Quarta Internacional

Introdução

Relembramos agora os eventos que levaram o general chileno Augusto Pinochet ao poder em 1973. O golpe no Chile foi um dos episódios mais trágicos que resultaram das ações do stalinismo e do reformismo, traições que foram repetidas com consequências igualmente desastrosas país após país.

Para milhares de chilenos, assim como para trabalhadores ao redor do mundo, o nome de Pinochet é sinônimo de repressão brutal. Imediatamente após o golpe de 11 de setembro de 1973, milhares de trabalhadores e jovens foram arrebanhados no estádio de futebol de Santiago e em outros campos de concentração improvisados, onde foram torturados e executados. Além disso, o golpe no Chile assinalou a intensificação de um derramamento político de sangue que custaria a vida de dezenas de milhares de sindicalistas, estudantes, camponeses e intelectuais socialistas por todo o cone sul da América Latina.

Washington, sob a administração de Nixon, usou de todo o poder econômico dos Estados Unidos para estrangular o Chile, enquanto a CIA fomentava o caos econômico e o terror político antes de finalmente sistematizar a tomada militar.

Por mais que sejam terríveis os crimes de Pinochet, o que mais ressaltamos, pouco tempo após sua morte, é que esses crimes foram preparados pela política do governo de Frente Popular de Salvador Allende, uma coalizão dominada por seu próprio Partido Socialista e pelos stalinistas do Partido Comunista.

A derrota no Chile não era inevitável. Desde a chegada ao poder de Allende, em 1970, até o golpe de 1973,

os trabalhadores chilenos participaram de uma extraordinária efervescência revolucionária, organizando os cordões industriais, ou assembléias de trabalhadores, que respondiam aos locautes (fechamentos de empresas promovidos por seus donos para impedir o acesso dos empregados ao local de trabalho) e às provocações dos empregadores através de ocupações e do gerenciamento das fábricas, dos transportes e do suprimento de mercadorias e serviços.

O governo dos partidos Socialista-Comunista respondeu à contra-revolução apoiada pelos EUA com a palavra de ordem “Não à guerra civil”, tentando apaziguar a direita através da supressão da luta real da classe trabalhadora. Até 1973, o governo começara a retomar pela força as fábricas ocupadas pelos trabalhadores, levando Pinochet e outros generais ao gabinete ministerial e começando a perseguir os trabalhadores mais militantes, ajudando objetivamente, assim, a preparar o golpe que estava por vir.

Os eventos do Chile se desenrolaram como parte de uma insurreição mundial da classe trabalhadora ao final dos anos 60 e início dos 70, que testemunhou a greve geral de maio-junho na França em 68, ondas de greve em Itália e na Alemanha em 69, assim como protestos massivos contra a guerra, revoltas urbanas e lutas industriais militantes nos Estados Unidos que acabaram por levar à queda da administração Nixon em 1974. Dentro daquele mesmo ano, os regimes fascista-militares na Grécia e em Portugal entraram em colapso diante dos levantes ocorridos, enquanto na Grã-Bretanha a greve dos mineiros derrubou o governo de Heath.

A sobrevivência do capitalismo durante esse período dependia (tanto internacionalmente quanto nacionalmente) das traições levadas a cabo pelas burocracias stalinista, social-democrata

Salvador Allende deixa o palácio presidencial de Moneda, momentos antes de sua morte pelas mãos dos militares fiéis a Augusto Pinochet.



Salvador Allende

Defender a classe operária chilena!

1. Stalinismo e contra-revolução

Não defendam seus direitos democráticos através de Frentes Populares e do parlamento, mas através da derrubada do Estado capitalista e do estabelecimento do poder dos trabalhadores. Não depositem suas confianças no stalinismo, na social-democracia, no centrismo, revisionismo ou mesmo na burguesia liberal. Construam o partido revolucionário da Quarta Internacional, cujo programa é a revolução permanente.

e sindicalista, que trabalhavam para desviar a classe trabalhadora do caminho da revolução socialista.

No Chile, especialmente, essa traição foi apoiada pela tendência revisionista liderada por Michel Pablo e Ernest Mandel, que reivindicava representar a herança do trotskismo mas que, na realidade, havia abandonado o programa da Quarta Internacional, o Programa de Transição, para seguir as teorias de guerrilha de Fidel Castro e Che Guevara, ajudando assim a prevenir a ascensão de uma direção revolucionária dentro da classe trabalhadora.

Sob as condições que prevaleciam em 1973, uma revolução sucedida no Chile teria o potencial de transformar a situação mundial. Sua derrota e os tenebrosos golpes sofridos pelos trabalhadores chilenos serviram para fortalecer uma ofensiva capitalista que acompanhou quedas nos salários, nas condições sociais e nos direitos básicos dos trabalhadores na América Latina e em todo o mundo. O Chile se tornou um modelo econômico — propagandeado desde então por oficiais do governo americano, chefes corporativos e economistas de direita.

Publicamos abaixo, de forma resumida, a declaração do Comitê Internacional da Quarta Internacional, o movimento trotskista mundial, dias após o golpe de 1973. A análise da dinâmica política e social dos eventos chilenos mantém sua validade e importância para a preparação de um novo período de luta revolucionária.

Comitê Internacional da Quarta Internacional (CIQI-1953).

Dezembro de 2006.

Tais lições estão sendo escritas a sangue pelo heróico proletariado chileno, enquanto tanques e esquadrões de execução da burguesia chilena cobram seu tributo assassino. Ao mesmo tempo, stalinistas, socialistas e a burguesia liberal percorrem os quartéis em busca de um general misericordioso ou se preparam para fazer as pazes com os novos senhores do Chile.

A classe trabalhadora jamais se esquecerá da resistência — insuficiente, porém inspiradora — dos trabalhadores chilenos, que demonstraram, não pela última vez, que são a única força revolucionária no Chile a enfrentar o imperialismo e os capitalistas locais. No entanto, nunca perdoará os líderes stalinistas e socialistas, cuja covardia política, aliada à traição das suas bases, por si só permitiram que a burguesia chilena seguisse o exemplo da Indonésia, Grécia, Bolívia e Sudão.

Tais eventos testemunham, na forma mais sanguinária possível, a crise de direção da classe trabalhadora e os enormes perigos que ela enfrenta como resultado do colapso do sistema monetário mundial e das medidas de Richard Nixon de 15 de agosto de 1971.

O stalinismo mais uma vez aparece como o mais consistente defensor da propriedade e do Estado burgueses e como o inimigo mais perigoso da classe trabalhadora na luta por seus direitos democráticos básicos.

Desde o início do regime de Salvador Allende, em novembro de 1970, todo o peso da burocracia de Moscou tem sido usado para escorar a fraca e reacionária burguesia chilena e desorientar a classe trabalhadora através do auxílio do Partido Comunista Chileno.

Se em 1970-71 os militares eram incapazes de tomar o poder e tiveram que

esperar três anos para executar seus planos, podemos dizer categoricamente que isso se deu porque dependiam da desorientação política planejada e sistemática dos stalinistas, para criar as bases de um possível golpe. A arma ideológica principal dos stalinistas chilenos para preparar as condições para o golpe foi a teoria menchevique de uma revolução em duas etapas e o conceito falido de um “caminho parlamentar pacífico ao socialismo” através das Frentes Populares — ambos desarmaram a classe trabalhadora e preveniram sua mobilização no momento crucial.

Ignorando os efeitos da crise econômica e monetária mundial, a qual trouxe Allende ao poder, e ignorando deliberadamente a natureza de classe reacionária do Estado capitalista, ao mesmo tempo em que exageravam e distorciam a inclinação reformista de um pequeno setor da burguesia chilena, o stalinismo se tornou o carrasco da revolução chilena.

2. A derrota não era inevitável

Nenhuma defesa da classe trabalhadora é possível sem que antes se desvelem as mentiras, meias-verdades e as completas distorções feitas pelos stalinistas britânicos e europeus para acobertar as causas da derrota no Chile e subestimar a magnitude de suas consequências.

Tendo contribuído fortemente para enganar os trabalhadores chilenos através do apoio não-crítico a cada recuo reformista de Allende, os stalinistas europeus agora tentam apresentar os eventos chilenos como trágicos, porém historicamente inevitáveis. A última coisa que esses burocratas reformistas desejam é um exame honesto dos eventos chilenos.

Seu medo e desprezo pela classe trabalhadora são tão grandes que não ousarão fazer a mínima crítica às suas próprias políticas. Pelo contrário, a derrota chilena os encorajará a adotar a “via pacífica” ainda mais vigorosamente.

Todos os estágios da catástrofe chilena foram determinados pela crise de direção da classe trabalhadora, pela falência do stalinismo e da social-democracia chilena. Essa falência expressou-se na recusa absoluta a expropriar totalmente os capitalistas chilenos e na completa prostração diante do Estado capitalista, travestida com a defesa dos “100 anos de democracia congressional no Chile”.

As lições do Chile são universais e se aplicam com particular relevância àqueles países como Itália e França, onde o stalinismo domina o movimento trabalhista e usa de sua doutrina

reacionária de “coexistência pacífica” e “democracia avançada” para acalmar as massas e permitir que o fascismo e o Estado capitalista preparem seus ataques.

Toda a história da América Latina do século XX, assim como a rica experiência do movimento da classe trabalhadora europeia desde a Comuna de Paris, demonstraram com cruel clareza que o Estado capitalista não é neutro, que ele é sim a expressão do desejo coletivo da classe dominante — uma máquina para a coerção de uma classe por outra. A única função do Estado é a defesa das relações capitalistas de propriedade.

Na época do declínio do capitalismo — imperialismo — o conflito entre as forças produtivas e as relações de produção é intensificado enormemente. Na mesma medida, aumenta a intervenção do Estado na vida social e econômica de cada país. O aparato da repressão — “destacamentos de homens armados”, como Engels define a máquina do Estado — assume um tamanho desproporcional e o ataque às liberdades democráticas se torna uma característica que impregna a dominação capitalista. Se a classe trabalhadora falha em criar um partido revolucionário para derrubar o Estado, *então* a transição ao fascismo e ao bonapartismo se torna inevitável.

Essa foi a lição da Alemanha, Itália e Espanha nos anos 30. Essa era a principal tarefa que a coalizão de Allende encarava em 1970. Dela, ajudado pelos stalinistas, Allende se esquivou resolutamente.

3. O papel dos militares

Nenhum regime popular poderia coexistir com as forças militares chilenas lideradas pelos representantes mais reacionários dos capitalistas e proprietários. Cada um de seus líderes era um reacionário profissional treinado pela CIA.

Ao invés de dissolver o congresso, o senado e as forças armadas e criar uma milícia popular, cujo poder derivasse dos conselhos de trabalhadores e camponeses pobres, os stalinistas chilenos se tornaram os maiores defensores da “lei” e da “ordem” burguesas através da criação do governo de Frente Popular.

Antes do golpe, em recente seminário organizado pelo jornal stalinista *Crítica Marxista Mundial*, o porta-voz do stalinismo chileno, Banchero, afirmou abertamente a atitude de seu partido diante do Estado: “Uma característica diferenciada do processo revolucionário no Chile é que ele começou e continua por dentro dos moldes das instituições burguesas do passado... No Chile, onde uma revolução popular democrática



O ditador Augusto Pinochet em revista às suas tropas.

anti-imperialista, anti-monopolista e anti-feudal está acontecendo, nós mantemos essencialmente a velha máquina estatal. Gabinetes governamentais são ocupados principalmente por velhos oficiais... A administração exerce suas funções sob liderança e controle do governo popular”.

E acrescentou Banchero: “As forças armadas, observando seu status de uma instituição profissional, não tomam parte em debates políticos e se submetem legalmente ao poder civil constituído. Laços de cooperação e respeito mútuo se desenvolveram entre o exército e a classe trabalhadora em nome do objetivo patriótico de moldar o Chile como uma terra livre, avançada e democrática”.

E ainda, disse ele no seminário: “Elementos ultra-esquerdistas clamam pela ‘introdução’ imediata do socialismo. Nós esperamos, no entanto, que a classe trabalhadora ganhe total poder gradualmente: será conjuntamente com o controle que ganhamos da máquina estatal que a começaremos a transformar nos interesses do desenvolvimento posterior da revolução”.

Banchero também foi precedido pelo stalinista britânico Idris Cox, que conjuntamente pregava a “via pacífica”.

Assim disse Idris Cox: “Na Grã-Bretanha é sempre colocada a questão, principalmente por elementos ultra-esquerdistas, a respeito de atingirmos nossos objetivos sem o uso da força armada ou da guerra civil. Ninguém pode nos garantir que isso não irá acontecer, mas entendemos que, com a mudança no equilíbrio das forças mundiais e com a posição enfraquecida da classe dominante britânica é improvável que esta usaria força armada para contestar os resultados de uma eleição democrática”.

Tal política foi expressa de forma

ainda mais sintética por Pablo Neruda, poeta stalinista e embaixador chileno em Paris: “Quanto ao nosso exército, nós o amamos. Ele é o povo de farda”.

Os reais autores dessa estratégia reformista, no entanto, não se encontram na Grã Bretanha ou Chile, mas em Moscou, o centro da burocracia. Nos interesses de sua política externa e interna, a burocracia soviética tem sido a campeã não somente da “via pacífica”, mas também de uma abordagem nova e mais flexível sobre as forças armadas na América Latina.

Por gerações, é tradição dos socialistas latino-americanos e até mesmo de alguns setores dos stalinistas tratar o exército com hostilidade e suspeita, mas essa atitude entra em conflito com a política atual da burocracia da URSS, que é de reconhecer e negociar com cada ditador militar, seja ele Franco (Espanha), Papadopoulos (Grécia) ou Lon Nol (Camboja). Por isso que os “teóricos” stalinistas têm se ocupado em condicionar seus colegas latino-americanos a trabalhar com e sob o exército.

Para fazer isso, eles tentam obscurecer o caráter de classe do exército e seu papel essencialmente repressor. Na edição de novembro de 1970 do *Coment*, um tal Dr. Shuglovsky escreveu um longo artigo para esclarecer a nova linha, que realizou-se de forma sangrenta no Chile.

Escreveu Shuglovsky: “É opinião dos Partidos Comunistas que as forças saudáveis do exército devem cumprir um importante papel no movimento de libertação e na efetuação de profundas mudanças sociais. Os comunistas se opõem fortemente às visões anti-militares vulgares e à qualquer manifestação de sectarismo [!] em relação aos militares, porque estas simplesmente movem as águas do moinho reacionário”.



Fidel Castro e Salvador Allende em janeiro de 1972.

Apesar de apresentado como uma análise teórica, este artigo é claramente uma instrução aos PCs. Deve-se lembrar que, na década de 1920, Stalin instruiu os comunistas chineses a se subordinarem ao exército Kuomintang de Chiang Kai-Shek sob a justificativa de que este era moderno, progressista e até revolucionário. Essa teoria burocrática levou diretamente ao maior massacre de comunistas já testemunhado pela China — o massacre de Shanghai.

4. Capitulação à direita

Foi dada uma significância especial no Chile a essa questão, devido ao fato de que tanto o congresso quanto o senado eram dominados pelos partidos de direita “Democrático-Cristão” e “Nacionalista”, ambos dedicados à derrubada de Allende.

Os democrata-cristãos — liderados por Eduardo Frei, que possui vínculos com a CIA — se utilizaram ao máximo da falsa legitimidade concedida por Allende ao Congresso e ao Senado para atrasar e obstruir sua legislação reformista, ao mesmo tempo em que preparavam um plano de ataque em conjunto. Nesse plano, seus principais aliados eram os stalinistas, que apoiaram Allende incondicionalmente em sua recusa a construir uma milícia operária. No ápice da crise ministerial de 1972, Allende deixou especificamente clara sua determinação em extinguir a oposição de extrema-esquerda às suas reformas Fabianas, rejeitando expressamente a idéia de uma milícia popular.

Na época, Allende disse: “Aqui não haverá outras forças armadas além das

estipuladas pela Constituição. Isso quer dizer, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Eliminarei qualquer outra que possa aparecer”.

Na escala da história, as exíguas reformas de Allende, que despertaram grandes esperanças nos trabalhadores, nos camponeses e na classe média, pesaram muito menos que a traição dessas aspirações através de um respeito forçado à legalidade constitucional.

Os reacionários na oposição puderam, portanto, integrar seus planos mais efetivamente com os dos “gorilas” do exército, dos credores internacionais e dos monopólios expropriados. Usando sua maioria constitucional nas duas câmaras e aproveitando-se da crescente desilusão das massas diante da incapacidade de Allende em conter a inflação, a oposição colocou em prática a primeira parte de seu plano: forçar a abdicação dos ministros radicais e trazer os oficiais ao governo. Depois das eleições suplementares em janeiro de 1972, Allende foi forçado a demitir seu Ministro socialista do Interior, enquanto seus planos para a reforma do sistema de duas câmaras eram efetivamente bloqueados pela oposição.

Em junho de 1972, mais pressão e conversas secretas entre governo e oposição produziram outra crise de gabinete quando Allende demitiu seu Ministro da Economia, de esquerda, Pedro Vuskovic, e abandonou seus planos de nacionalização. Previsivelmente, isso obteve todo o apoio dos stalinistas que, assim como na Espanha em 1936, haviam se convertido na extrema direita da coalizão. Os stalinistas acusaram Vuskovic de “destruir a confiança nos negócios”. Ao mesmo tempo, foram partidários de um “diálogo” com os democrata-cristãos e aceitaram, no lugar da nacionalização, o suspeito programa da oposição de “participação

operária”.

O líder sindicalista Figueroa deu boas-vindas a esse plano corporativista em palavras muito ilustrativas: “A participação deve ser expressa NÃO na posse da propriedade da empresa por seus trabalhadores, mas sim em um papel efetivo no gerenciamento e planejamento desta”. Essa exortação veio combinada com uma guinada por maior produtividade e “trabalho voluntário”.

Em agosto de 1972, a “via pacífica” sofreu um brusco golpe quando lojistas se enfrentaram com a polícia em Santiago. Os stalinistas usaram isso imediatamente como pretexto para exigir o banimento dos grupos de extrema-esquerda como o MIR do sul, com a ridícula alegação de que as ações dos grupos de esquerda “criariam pretexto para intervenção militar”.

A enorme hostilidade dos stalinistas em relação a qualquer grupo de esquerda que não seguisse a linha de Allende encontrou sua brutal expressão em agosto de 1972, quando membros stalinistas da polícia atacaram uma sede do MIR (grupo esquerdista-guerrilheiro) nas proximidades de Santiago e mataram cinco camponeses.

No fim de 1972, a reação estava pronta para a segunda fase: a greve de proprietários de caminhões no sul contra a nacionalização. Depois de quatro semanas, Allende não só capitulou à reação como também aceitou trazer três generais para seu ministério. Pela segunda vez, demitiu seu Ministro do Interior. A nomeação mais proeminente foi a do general Morio Prats, chefe das forças armadas e notável reacionário. O Ministro do Interior, Del Canto, foi demitido porque permitiu “ocupações ilegais” de fábricas. A guinada à direita era inexorável.

Isso não foi só uma vitória para os reacionários, mas um avanço significativo para os stalinistas, que lutaram todo o tempo contra as ocupações de fábricas e a desapropriação de terras. Se opunham, assim, a qualquer luta que não fosse controlada por eles ou por Allende.

No mundo todo, a máquina de falsificações stalinista trabalhou para distorcer essas mudanças ameaçadoras. Em novembro de 1972, o *Comment*, periódico do PC inglês, não hesitou em defender Allende (e Prats):

“Isso não é um sinal de fraqueza! Ou uma rendição! Seria uma traição? Não, a chegada desses oficiais ao governo, por mais estranho que possa parecer, é um sinal de que a direita está sendo manobrada e derrotada em sua tarefa na luta de classes.”

Da mesma forma que na Indonésia, onde Sukarno tentou balancear a esquerda contra a direita em seu condenado gabinete, Allende presenteou o stalinista Figueroa com o posto de Ministro do Trabalho.

5. A insolúvel crise econômica

Por detrás das crescentes intrigas da oposição, da arrogância dos generais, das sistemáticas vacilações do presidente Salvador Allende e da capitulação dos stalinistas durante 1972-73, jazia a insolúvel crise do capitalismo chileno e mundial.

Quando Allende subiu ao poder, o Chile sofria uma grande crise econômica e financeira, que se aprofundou consideravelmente desde então. As reservas do Banco Central baixaram de \$500 para \$280 milhões de escudos. Em abril de 1972, estimava-se que não havia mais de \$60 milhões. Ao mesmo tempo, a dívida externa excedia os 3 bilhões, da qual maior parte estava sob o controle dos bancos centrais europeus.

O fracasso em repudiar a enorme dívida nacional, aliada à contínua queda nos preços da exportação do cobre, significou que Allende teve que desvalorizar o escudo chileno quatro vezes em dois anos. Somente a submissão à dívida nacional somou quase \$300 milhões em um ano. O colapso de Bretton Woods e o corte na ajuda americana acabaram com todas as esperanças da economia chilena encontrar uma solução. O compromisso travado com os credores internacionais encorajou a reação local a aumentar a pressão para impedir qualquer nova nacionalização e preparar-se abertamente para a contra-revolução.

Manifestações de operários e estudantes contra a direita eram condenadas pelos stalinistas, ao passo que Allende se ocupava em elogiar os odiados *carabineros*, a elite da força policial usada em ataques contra trabalhadores e “invasores de propriedades”.

As palavras de Allende expressavam claramente a perplexidade — para não dizer a impotência — do médico pequeno-burguês centrista perante a máquina do estado capitalista e sua completa falta de confiança na classe operária.

Como declarou na época: “Não é por acaso que o lema dos *carabineros* é ‘Ordem e Pátria’. Ordem, baseada na autoridade moral, no cumprimento correto dos deveres, que de nenhum modo supõe a negação da hierarquia. De fato, tem-se um senso de disciplina social e o uso da força pública” (*Workers Press*, 11 de maio de 1972). Foi precisamente esse “senso de disciplina e hierarquia” que levou o Guarda Presidencial dos *carabineros* a se render quando aconteceu o golpe militar.

Ainda em setembro de 1972, Allende descartou qualquer possibilidade de golpe militar: “Creio que o meu governo é a melhor garantia para a paz. Aqui há



Golpe de 73: das grandes mobilizações populares à repressão brutal pelo regime militar

eleições e liberdade. Noventa por cento dos chilenos não querem um confronto armado”.

No entanto, os outros dez por cento não compartilhavam as ilusões stalinistas de Allende. Novos grupos, como a frente semifascista “Liberdade e Pátria”, começaram a armar-se abertamente contra o regime, enquanto os latifundiários no Sul formavam exércitos privados para impor “justiça” sumária sobre os camponeses. Além disso, sob os termos do acordo de outubro de 1972 com a oposição, Allende concedeu uma arma inestimável à reação ao liberar as 155 estações de rádio, desvinculando-as de uma ligação obrigatória com a rede do Estado.

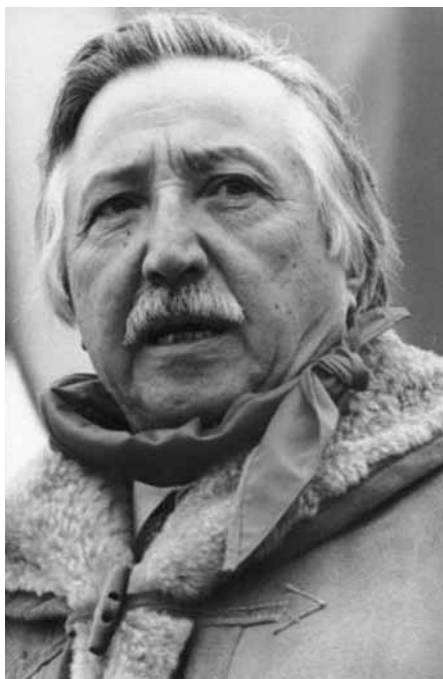
Em 1973, a política de “moderação e conciliação” dos stalinistas havia desiludido os trabalhadores da indústria e, pela primeira vez, os mineiros do cobre começaram a fazer greves por aumento de salário. Esse foi um sinal importante

da crise, mas, sob recomendação dos ministros stalinistas, Allende atacou a classe trabalhadora de maneira ainda mais cruel.

Ao retornar de Moscou em janeiro de 1973, Allende atacou os mineiros do cobre que estavam em greve, taxando-os de “verdadeiros banqueiros monopolistas que exigem dinheiro para seus bolsos sem nenhuma consideração pela situação econômica do país”.

No mesmo discurso, Allende revelou que a dívida externa havia aumentado de \$3 para \$4,02 bilhões em dois anos e admitiu, além disso, que o parlamento deveria ter sido dissolvido em um estágio inicial. Esse foi o preço da “via pacífica”.

Aqui, os stalinistas também mostraram sua cara. Quando os mineiros da grande mina de cobre nacionalizada El Teniente entraram em greve por aumento salarial durante 70 dias, os stalinistas se opuseram às negociações de Allende



O líder stalinista Luis Corvalán

como “vacilação” e “altamente inadmissíveis” e incentivaram o regime a usar canhões de água e gás lacrimogêneo contra os mineiros grevistas. A província de O’Higgins, a área em greve, foi colocada sob controle militar.

Ao mesmo tempo, Allende propôs trazer de volta os generais que abdicaram de seus postos em março de 1973. O propósito dessa ação era claro: Allende e os stalinistas queriam utilizar o exército contra a classe trabalhadora, apesar dos dirigentes do partido estarem convencidos de que um golpe estava sendo preparado pela oposição para agosto ou setembro!

Em junho de 1973, a direita fez sua primeira tentativa no poder depois da greve dos mineiros do cobre. Essa tentativa do Segundo Regimento Armado falhou, porém demonstrou quanto o regime estava extremamente vulnerável a um golpe.

Esse ataque estimulou a classe trabalhadora a entrar em ação, ocupar fábricas e fortalecer as assembléias de trabalhadores que surgiram de outubro a novembro de 1972.

A reação do líder stalinista chileno Luis Corvalán ao golpe abortado de 29 de junho atestou o pânico desses traidores quando viram que o governo de Allende estava condenado à morte. Foi-se a complacência e a euforia e, no lugar, tomou conta a paralisia de terror perante o Exército. Assim, chegou a declarar Corvalán: “A revolta foi contida rapidamente graças à ação pronta e determinada das Forças Armadas e da polícia... Continuamos apoiando o caráter absolutamente profissional das instituições armadas. Seus inimigos não estão no povo, mas no campo reacionário” (*Marxism Today*, setembro de 1973).

Mesmo nessa hora tardia, a situação poderia ser transformada com uma

direção resoluta e decidida. No entanto, os stalinistas chilenos seguiram um curso que não era somente falso, senão pior ainda: contraditório. Como Corvalán escreveu: “A consigna patriótica e revolucionária deve ser: Não à guerra civil! Não ao fascismo”. Mas o fascismo é guerra civil contra os trabalhadores e a existência do sistema capitalista carrega em si o perigo potencial de guerra civil contra a classe trabalhadora. Renunciando à guerra civil e deixando a luta nas mãos dos reacionários oficiais burgueses, o stalinismo chileno só facilitou e acelerou a derrota dos trabalhadores.

Mas os trabalhadores chilenos receberiam um golpe ainda mais nefasto. Nessa busca desesperada por aliados, os stalinistas chilenos fizeram apelos ainda mais oportunistas às fileiras de fascistas e partidos nacionalistas-extremistas. Corvalán implorou descaradamente aos seguidores de Pablo H. Rodríguez, o fascista, por um “diálogo” para evitar a guerra civil, “unir nosso país, evitar divisões artificiais entre os chilenos, que têm um interesse comum”. Os fascistas previsivelmente trataram as súplicas de Corvalán com desprezo e escárnio... E apressaram os preparativos para a guerra civil.

Como os trabalhadores ficaram cada vez mais céticos com o regime e começaram a se organizar espontaneamente em autodefesa, a direita adiantou seus preparativos e falou abertamente em seguir a “via da Indonésia”. O maior diário burguês chileno, *El Mercurio*, falou apaixonadamente no dia 27 de julho sobre o massacre “espontâneo e horrível” na Indonésia que, em sua opinião, “não era assim tão horrível” porque fez da Indonésia “uma das nações líderes no sul da Ásia, onde a economia se estabilizou e a ordem prevaleceu”.

Frei, o presidente anterior, chamou abertamente pela destruição do “exército paralelo” que crescia nas fábricas. Diante dessa situação, só uma ação determinada do governo, armando operários, dissolvendo o exército, alertando toda a classe operária e preparando-a para a luta teria prevenido ou derrotado um golpe. O governo e os stalinistas fizeram o contrário.

Uma “lei de controle de armas” aprovada durante a crise de outubro de 1972 foi reativada para impedir o armamento dos trabalhadores. Na marinha e no exército, os oficiais de direita se aproveitaram da apatia, passividade e indiferença dos stalinistas para doutrinar as tropas e prepará-las para a insurreição. Os fervorosos apelos ao exército de Allende só serviram para aumentar a determinação dos generais em dar um fim rápido e impiedoso à experiência da “via pacífica”.

O ataque final ao palácio presidencial de 11 de setembro foi o golpe culminante em um plano concebido graças ao

consentimento do governo e do partido stalinista. Da mesma forma que Hitler e Franco, o General Pinochet venceu pela ausência de seu adversário graças à traição do stalinismo.

6. A pequeno-burguesia e a reação

Uma pergunta final deve ser dirigida aos stalinistas: Por que nenhum líder stalinista se atreve a responder a pergunta crucial posta pela derrota? Por que a classe média, e com ela os soldados médios e rasos, se voltaram tão violentamente contra o regime? Se a “via pacífica” e o “respeito à legalidade” são a única garantia para se ganhar a classe média, por que falharam tão desastrosamente no Chile?

Atribuir a derrota às intrigas da CIA ou à tendência da classe média a sempre apoiar regimes militares, como agora sugerem os stalinistas, é insultar o marxismo e mascarar a traição da Frente Popular. Como Trotsky escreveu em *Aonde vai a França?* (1934):

A pequeno-burguesia se distingue por sua dependência econômica e sua heterogeneidade social, sua camada mais alta é ligada diretamente com a burguesia. Sua camada mais baixa se move com o proletariado e chega até a cair no status de lumpen-proletariado. De acordo com sua situação econômica, a pequeno-burguesia não tem política própria, sempre oscila entre os capitalistas e os trabalhadores. Sua própria camada mais alta a empurra para a direita, enquanto sua camada baixa, oprimida e explorada, pode girar repentinamente para a esquerda.

Em períodos de crise aguda e na ausência de uma direção revolucionária, a *pequeno-burguesia*, prossegue Trotsky, *começa a perder a paciência e adota uma atitude mais hostil em relação a sua própria camada mais alta. Ela se convence da falência e da traição de sua liderança política... É precisamente essa desilusão da pequeno-burguesia, sua impaciência, seu desespero que o fascismo explora... Os fascistas demonstram ousadia, saem às ruas, atacam a polícia e tentam expulsar o parlamento à força. Isso impressiona a pequeno-burguesia desesperada.*

Tais palavras descrevem precisamente a *pequeno-burguesia* sob o governo de Allende... Os *pequeno-burgueses* foram as primeiras vítimas da política de coalizão que tentou apaziguar a classe operária com assistencialismos ao mesmo tempo em que prometia um aumento na



Marcha pelo poder popular.

produtividade aos capitalistas industriais, detendo drasticamente a nacionalização e negando-se a repudiar o grande peso da dívida externa contraída pelo governo anterior pró-EUA de Frei.

A queda no poder aquisitivo e no consumo foi sentida de forma mais aguda pela classe média baixa... Os grandes capitalistas queriam uma total desvalorização do escudo ou um completo congelamento dos salários com o desvio de dólares de importação de gêneros alimentícios para bens capitais... Por outro lado, os trabalhadores queriam mais nacionalizações, controle operário e o fim da fraude parlamentar.

Allende e os stalinistas refutaram ambas alternativas e caíram na armadilha de suas próprias contradições. Tratava-se de uma questão de tempo até que os imperialistas e a junta atacassem. Como epitáfio ao governo de Allende nós sugeríamos a seguinte citação de Lênin:

O proletariado não pode atingir a vitória se não ganhar a maioria da população para o seu lado. Mas limitar a vitória a uma maioria de votos nas eleições controladas pela burguesia ou condicioná-la a isto é estupidez grosseira ou engano absoluto dos trabalhadores. Para ganhar a maioria da população para o seu lado, o proletariado deve em primeiro lugar derubar a burguesia e tomar o poder. Em segundo lugar, deve estabelecer o poder dos soviets e quebrar completamente o velho aparato do Estado, através do que imediatamente desestabiliza o domínio, prestígio e influência da burguesia e da pequeno-burguesia acomodadas sobre os trabalhadores não proletários. Em terceiro lugar, o proletariado deve destruir completamente a influência da burguesia e dos acomodados pequeno-burgueses sobre a maioria das massas não proletárias e satisfazer suas necessidades

econômicas de uma maneira revolucionária às custas dos exploradores.

7. Construir o partido revolucionário

Defender a classe operária chilena significa assimilar as lições vitais deste período e construir uma nova direção revolucionária baseada nos princípios de Lenin e Trotsky.

Ao mesmo tempo em que é verdade que o stalinismo desempenhou um papel central na derrota chilena, é impossível analisá-lo isoladamente dos centristas e revisionistas que cumpriram, consciente e inconscientemente, o papel de cúmplices do stalinismo.

Os centristas do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria), que possuíam um considerável grupo de seguidores entre o campesinato sem-terra do sul, não adotaram uma atitude principista em relação a Allende e geraram grande confusão entre os camponeses. Sua política de "apoio crítico" a Allende, significou, na prática, a capitulação à Frente Popular. Como o POUM na Catalunha, na Guerra Civil Espanhola, esse grupo retirou sua oposição a Allende nas eleições ao Congresso em março de 1973, exatamente quando um desafio ousado aos stalinistas e socialistas e uma reivindicação por um governo operário-camponês poderia ter reunido a maioria dos trabalhadores e camponeses pobres.

Os revisionistas do Secretariado Unificado da Quarta Internacional (SUQI) desempenharam um papel ainda mais criminoso. O *Militant* (jornal do Socialist Workers Party, dos EUA), em seu número

de 4 de setembro de 1973 lamentava: "Mas ainda não há um partido que possa tomar esse exemplo (controle popular da produção) e estendê-lo através dos *cordones* (assembléias operárias) e através do país."

Por que o SWP não diz a seus leitores o que aconteceu com o POR (Partido Operário Revolucionário, do Chile), que abandonou o Comitê Internacional e se uniu ao Secretariado Unificado para apoiar as teorias revisionistas de Mandel e Hansen, teorias que liquidaram o trotskismo na América Latina e o substituíram por idéias e métodos de Guevara e Castro? Por que o SWP não lembra que foi ele mesmo o principal protagonista dessa linha política?

Não é fato que o partido trotskista não foi destruído no Chile pelo stalinismo ou pela Junta Militar, mas pela aplicação consciente da teoria revisionista de que as revoluções podem ser vitoriosas sem a construção de um partido marxista?

A derrota chilena, no entanto, não mudará nada no Secretariado revisionista. Longe de aprenderem qualquer lição, esses acontecimentos os aproximam ainda mais da burocracia, da burguesia nacional e do imperialismo. É por isso que os revisionistas do Grupo Marxista Internacional, por exemplo, não hesitam em unir-se aos campeões stalinistas da Frente Popular na Inglaterra na manifestação contra a Junta chilena... E em defesa da Frente Popular no Chile.

O revisionismo certamente alcançou um novo estágio de sua degeneração. Ao marchar com a Frente Popular, se identificaram abertamente com as preparações contra-revolucionárias do stalinismo e da burguesia. Lutar contra o stalinismo e o castrismo é destruir politicamente o revisionismo.

O Comitê Internacional da Quarta Internacional chama pela máxima solidariedade da classe operária internacional para boicotar as remessas e produtos chilenos, assegurar a liberação de todos os prisioneiros políticos, assim como o cessar das execuções sumárias feitas pela Junta. Ao mesmo tempo, exigimos do governo da URSS e dos regimes da Europa Oriental que rompam todas as relações diplomáticas com a Junta chilena e que dêem toda a ajuda possível aos trabalhadores combatentes do Chile.

**Abaixo a Junta Militar do Chile!
Abaixo a Frente Popular!
Abaixo o stalinismo!
Viva os trabalhadores chilenos!
Pela construção de seções do
Comitê Internacional da Quarta
Internacional!**

18 de Setembro de 1973.



Dr. Frhr.
v. Lersner

O OUTUBRO ALEMÃO:

A revolução perdida de 1923

Peter Schwarz

Este artigo, publicado em três partes no wsws.org, é baseado numa palestra apresentada no verão de 2007.

Em 1923, uma situação revolucionária extremamente favorável se desenvolveu na Alemanha. Em 21 de dezembro, o Partido Comunista Alemão (KPD), em estreita colaboração com a Internacional Comunista (Comintern ou, ainda, III Internacional), preparou uma insurreição e a cancelou no último minuto. Trotsky tratou o conjunto dos eventos como “um clássico exemplo de como é possível perder uma situação revolucionária excepcional de importância histórica e mundial”.¹

A derrota de 1923 teve consequências duradouras. Graças a ela, a burguesia alemã consolidou seu domínio e estabilizou a situação por seis anos. Quando a grande crise seguinte irrompeu, em 1929, a classe trabalhadora foi totalmente desorientada pela direção stalinista do KPD. Isso conduziu diretamente aos eventos fatais que culminaram na ascensão de Hitler ao poder. Em âmbito mundial, a derrota do Outubro Alemão aprofundou o isolamento da União Soviética e se constituiu, portanto, num importante fator psicológico e material do fortalecimento da burocracia stalinista em sua ascensão.

A palestra de hoje se concentrará nas lições estratégicas e táticas do Outubro Alemão, lições que se transformaram rapidamente em um assunto polêmico de disputa entre a Oposição de Esquerda e a Troika liderada por Stalin, Zinoviev e Kamenev. Antes de tratarmos desses assuntos, faz-se necessário um relato dos eventos de 1923.

A Alemanha em 1923

Todas as questões básicas que empurraram o imperialismo à Primeira Guerra Mundial em 1914—acesso a mercados e matéria-prima para sua indústria dinâmica, a reorganização da Europa sob sua hegemonia—continuaram sem solução em 1923. A Alemanha, além de ter perdido a guerra com um tremendo custo de vidas humanas e recursos materiais, foi obrigada pelo acordo de Versalhes a pagar quantias imensas em reparação ao seu maior rival, a França, assim como a outras potências imperialistas.

Os anos do imediato pós-guerra, 1918 a 1921, são marcados por uma série de levantes revolucionários que somente puderam ser abafados pelos esforços conjuntos da social-democracia e das forças paramilitares de direita. Em 11 de janeiro de 1923, as tropas francesas e belgas ocuparam o Ruhr e reacenderam a crise social e política na Alemanha.

O governo francês justificou a ocupação militar do centro industrial alemão de aço e carvão declarando que a Alemanha não havia cumprido com suas obrigações históricas, deixando de pagar as reparações de guerra. O governo alemão—um regime de extrema direita liderado pelo industrialista Wilhelm Cuno e tolerado pelo Partido Social Democrata—reagiu chamando a resistência pacífica. Na prática, isso significava o boicote das forças de ocupação pelas autoridades locais e companhias do Ruhr. O governo continuou a pagar os salários da administração local e ofereceu subsídios aos barões do carvão e aço para compensar suas perdas.

O resultado desses enormes gastos e do corte do suprimento de carvão

1923: multidão em Berlim protesta contra a ocupação estrangeira.

1. Leon Trotsky, “As Lições de Outubro”, in *O Desafio da Oposição de Esquerda (1923-25)*.



Indústria de Hugo Stinnes no Ruhr—industriais lucraram bilhões enquanto trabalhadores caíam na miséria.

e aço vindos do Ruhr, produtos de extrema necessidade para o país, foi o colapso completo da moeda alemã. O marco, já altamente inflado, era negociado a 21.000/dólar no início de 1923. Ao final do ano, quando a inflação alcançou seu ápice, a taxa de câmbio chegou a quase 6 trilhões de marcos por dólar—um número com 12 casas decimais!

O impacto social e político da hiperinflação foi explosivo. A sociedade alemã foi polarizada de forma jamais vista. Para os trabalhadores, a inflação era uma ameaça à existência. Quando recebiam o pagamento ao final da semana, descobriam que a quantia mal cobria o valor do papel sobre o qual as notas eram impressas. As esposas aguardavam seus maridos nos portões das fábricas para correr ao mercado mais próximo e comprar algo antes que, no dia seguinte, o dinheiro se tornasse inútil.

Por exemplo: um ovo custava 300 marcos no dia 3 de fevereiro. Em 5 de agosto, custava 12.000 marcos e, três dias depois, 30.000. Mesmo com a adaptação dos salários à inflação, o salário médio calculado em dólares caiu 50% ao longo de 6 meses. Ao mesmo tempo, o número de desempregados crescia—menos de 100.000 no início do ano para 3,5 milhões ao final do ano, com 2,3 milhões de trabalhadores em empregos temporários.

Mas os trabalhadores não foram os únicos arruinados pela hiperinflação. Aqueles que viviam em pensões perderam todos os meios de subsistência, e os que haviam economizado um pouco de dinheiro se viram falidos da noite para o dia. Para sobreviver, muitos tinham de vender suas casas, jóias e todos os seus bens pessoais, apenas para descobrir, no dia seguinte, que seu dinheiro já não valia mais nada.



O industrial Hugo Stinnes

Arthur Rosenberg, que escreveu a primeira obra respeitável sobre a história da República de Weimar em 1928, afirmou:

*A expropriação sistemática das classes médias alemãs, não por um governo socialista, mas por um Estado burguês dedicado à defesa da propriedade privada, foi um dos maiores roubos da história mundial.*²

Do outro lado do abismo social estava um grupo de especuladores, oportunistas e industrialistas que fez enorme fortuna com a inflação. Qualquer um que obtivesse acesso a moedas estrangeiras ou ouro podia exportar mercadorias alemãs ao exterior e colher lucros enormes, devido aos baixos salários. Tais eram as forças por detrás do governo Cuno. O mais famoso dos industrialistas foi Hugo Stinnes, que nesse período comprou

2. Arthur Rosenberg, (*Entstehung und Geschichte der Weimarer Republik*, Frankfurt am Main: Athenäum 1988), p. 395.



Inflação: crianças brincam com dinheiro na rua.



O chanceler Wilhelm Cuno, líder do governo

1.300 fábricas e fez bilhões. Stinnes também foi, nos bastidores, um grande articulador político.

A polarização social e a falência das classes médias fez surgir uma aguda polarização política.

O Partido Social Democrata Alemão (SPD) perdeu rapidamente seus membros e eleitores e desintegrou-se. Desde a derrubada do Kaiser pela Revolução de Novembro de 1918, o partido se aliou ao alto comando militar e às forças paramilitares de direita, as *Freikorps*, para reprimir a revolução proletária e assassinar seus líderes mais destacados—Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

O SPD era o único partido na Alemanha que defendia a República de Weimar incondicionalmente. Todos os outros partidos burgueses preferiam formas mais autoritárias de dominação. Friedrich Ebert, líder do SPD, foi o primeiro presidente da República de Weimar. Ele ocupou o gabinete presidencial até sua morte, em 1925, ou seja, durante todo o período que abordamos nesta palestra.

O papel contra-revolucionário do SPD afastou muitos trabalhadores e os levou ao Partido Comunista Alemão, o KPD. Mas, no início de 1923, os sindicatos e camadas de trabalhadores mais conservadoras ainda apoiavam o SPD. Com o impacto da inflação, isso mudou rapidamente.

Rosenberg, membro dirigente do KPD em 1923, escreve:

Durante o ano de 1923, o SPD perdeu forças de forma constante... Os sindicatos, em especial, que sempre foram o principal pilar de influência do SPD, estavam em total desintegração... Milhões de trabalhadores alemães não queriam mais ouvir falar das velhas táticas sindicais e abandonaram as associações... A desintegração dos sindicatos era sinônimo de paralisia do SPD.³

Enquanto o SPD se desintegrava, trabalhadores social-democratas ouviam atentamente o que os comunistas tinham a dizer. Dentro do SPD desenvolveu-se uma ala esquerda pronta para colaborar com o KPD. Como veremos, governos de coalizão da ala esquerda do SPD e KPD foram formados na Saxônia e Turíngia por um breve espaço de tempo em outubro. Enquanto o número de filiados do SPD diminuía, a influência do KPD crescia. Seu número de filiados cresceu, em um ano, de 225 para 295 mil.

Não houve eleições nacionais entre 1920 e 1924, portanto, não há estimativas confiáveis sobre o apoio dos eleitores ao KPD. Mas uma eleição ocorrida no pequeno Estado rural de Mecklenburg-Strelitz nos dá uma idéia. Em 1920, o SPD recebeu 23.000 votos e o SPD-Independente (USPD, que mais tarde juntou-se ao KPD) 2.000. O KPD não participou. Em 1923, o SPD e o KPD receberam juntos aproximadamente 11.000 votos. No Saar, uma região mineradora antes dominada pelo catolicismo, o KPD aumentou sua votação entre 1922 e 1924 de 14.000 para 39.000 votos.

Nos sindicatos, a influência comunista crescia proporcionalmente à diminuição da influência do SPD. Quando os delegados do congresso da União dos Trabalhadores Metalúrgicos da Alemanha foram eleitos em Berlim, o KPD juntou muito mais votos do que o SPD. Foram 54.000, enquanto que o SPD obteve 22.000—menos da metade dos votos do KPD. De acordo com um líder do KPD, em junho o partido tinha 500 seções nos principais sindicatos. Aproximadamente 720.000 metalúrgicos apoiavam os comunistas. O historiador da Alemanha Ocidental, Hermann Weber, comenta em seu livro sobre a história do KPD: “O ano de 1923 mostrou uma crescente influência do KPD, que tinha provavelmente a maioria dos trabalhadores socialistas atrás de si”.⁴

3. Ibid., p. 402.

4. Hermann Weber, (*Die Wandlung des deutschen Kommunismus*, Band 1, Frankfurt 1969), p. 43.



Exército revolucionário passa pelo Portão de Brandemburgo em Berlim, 9 de novembro de 1918.



Batalha entre revolução e contra-revolução nas ruas de Berlim, novembro de 1918.



Funeral dos líderes revolucionários Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, assassinados em 1918.

O KPD antes de 1923

Em 1923 o KPD era tudo, exceto um partido unificado. Tinha apenas quatro anos de existência, mas já passara por eventos tumultuosos, diversas mudanças no seu corpo dirigente, rachas e fusões. Se encontrava, assim, em um estado de intensas divisões internas.

Seu líder teórico e político mais brilhante foi, sem dúvida, Rosa Luxemburgo, assassinada apenas duas semanas antes da fundação do partido—uma perda irreparável. Luxemburgo era uma revolucionária de enorme coragem e integridade. Seus escritos sobre o revisionismo e contra a guinada para a direita da social-democracia—que vislumbrou antes e mais precisamente que Lênin—fazem parte dos melhores textos da literatura marxista ainda hoje.

Mas, assim como Trotsky—e por mais tempo que ele—Luxemburgo não retirou do revisionismo as mesmas conclusões organizativas que Lênin. Mesmo depois de 4 de agosto de 1914, quando formou o *Gruppe Internationale*, mais tarde chamado de *Spartakusbund* [Liga Espartaquista], Luxemburgo não rompeu formalmente com o SPD. Seu slogan era: “Não abandone o partido, mude o rumo do partido”.

Em 1915, os espartaquistas rejeitaram o chamado de Lênin por uma nova internacional na Conferência de Zimmerwald e, mais tarde, em março de 1919, o delegado do KPD para o primeiro congresso da Terceira Internacional, Hugo Eberlein, absteve-se na votação para a fundação da nova Internacional. Havia recebido do KPD a instrução de votar contra, mas foi persuadido em Moscou de que a decisão de fundar uma nova Internacional era correta—então se absteve.

Quando o SPD-Independente (USPD) foi formado em 1917 por membros do Reichstag [Parlamento Alemão] que haviam sido expulsos do SPD ao se recusarem a votar por novos créditos para a guerra, Luxemburgo e a Liga Espartaquista uniram-se a essa organização centrista, formando uma facção. Fizeram isso apesar de estarem entre os líderes mais proeminentes do USPD Karl Kautsky e Eduard Bernstein, líder teórico do revisionismo alemão.

Luxemburgo justifica isso em um artigo declarando que a Liga Espartaquista não se uniu ao USPD para diluir-se em uma oposição enfraquecida:

*A Liga se uniu ao novo partido—confiante num agravamento cumulativo da situação social e trabalhando por isso—para impulsionar o partido adiante, para ser sua consciência encorajadora... E para tomar a direção do partido.*⁵



Rosa Luxemburgo

Luxemburgo atacou severamente a Esquerda de Bremen—liderada por Karl Radek e Paul Frölich (posteriormente biógrafo de Luxemburgo)—, que se recusou a entrar para o USPD afirmando que isso seria uma perda de tempo. Ela caracterizou o partido independente defendido pela Esquerda como um *Kleinküchensystem* [“sistema de pequenas cozinhas”, sistema fragmentado] e escreveu:

*É uma pena que esse sistema de pequenas cozinhas esqueceu-se do principal, as condições objetivas, que, em última análise, são decisivas e serão decisivas para a ação das massas... Não é suficiente que um punhado de pessoas tenha a melhor receita em seus bolsos e saiba como conduzir as massas. O pensamento das massas deve ser libertado das tradições dos últimos 50 anos. Isso só é possível com um grande processo de contínua auto-crítica interna do movimento como um todo.*⁶

Foi somente em dezembro de 1918—um mês após três líderes do USPD entrarem no governo provisório liderado pelos

líderes de direita do SPD Friedrich Ebert e Philipp Scheidemann—que os espartaquistas romperam com o USPD. O governo de Ebert tornou-se o executor da Revolução de Novembro e, pouco depois, se aliou ao comando militar. O USPD, que já tinha cumprido seu papel, não era mais necessário.

Ao final do ano, em meio a violentas lutas revolucionárias, o KPD foi finalmente fundado pela Liga Espartaquista, pela Esquerda de Bremen e outras organizações de esquerda.

O atraso na fundação de um verdadeiro partido revolucionário, independente dos social-democratas e dos centristas, se deu por conta, até certo ponto, das muitas tendências ultra-esquerdistas que surgiram na Alemanha do início da década de 1920. A traição do SPD—primeiro em 1914, quando apoiou a guerra e, depois, em 1918, quando afogou a revolução em sangue—levou a uma reação entre os trabalhadores que, na ausência de uma organização resoluta de cunho bolchevique, buscaram diferentes formas ultra-esquerdistas ou mesmo anarquistas. Esse problema atormentaria o KPD por um longo tempo.

No congresso de fundação do KPD, Luxemburgo defendia, em minoria, a participação do partido na Assembléia

5. Rosa Luxemburgo, (*Rückblick auf die Gothaer Konferenz*, in *Gesammelte Werke* Band 4, Berlin 1974), p.

273.

6. *Ibid.*, p. 274.



O reformista Eduard Bernstein

Nacional. A maioria era contra. Também havia muitas outras tendências ultra-esquerdistas fora do partido.

Em abril de 1920, depois de uma revolta armada dos trabalhadores do Ruhr, a esquerda rachou e formou o KAPD [Partido Comunista Operário da Alemanha], promovendo idéias ultra-esquerdistas, anti-parlamentaristas e anarquistas. O KAPD levou consigo uma considerável parcela dos membros do KPD—de acordo com algumas fontes, a maioria. Mas, sem um programa coerente, desintegrou-se em pouco tempo. A Internacional Comunista, com algum sucesso, tentou reaver as seções ainda sãs do KAPD e até mesmo as convidou para um de seus congressos.

Entretanto, em 1919 foi principalmente o USPD que se beneficiou da guinada para a esquerda da classe operária. Na eleição de 1920 ao Reichstag, o SPD recebeu seis milhões de votos, o USPD cinco milhões e o KPD seiscentos mil.

O USPD foi um clássico partido centrista. A direção caminhava para a direita, cruzando com os trabalhadores, que caminhavam para a esquerda. Muitos trabalhadores que apoiavam o USPD admiravam a União Soviética. Os líderes de direita do USPD encontravam-se cada vez mais isolados. Com suas 21 condições para associação, o Segundo Congresso da Internacional Comunista aprofundou os rachas dentro do USPD.

Em dezembro de 1920, a maioria finalmente se uniu ao KPD—ou VKPD [Partido Comunista Unificado da Alemanha], como ficou conhecido por algum tempo. A minoria mais tarde voltou ao SPD. A fusão com o USPD multiplicou por cinco a quantidade de membros do KPD e transformou-o num partido de massas. Mas os novos membros trouxeram consigo muitos vícios do passado, vindos das tradições centristas do USPD.

Em março de 1921, uma revolta fracassada na Alemanha Central— a chamada Märzaktion [Ação de

Março]—provocou uma nova crise nas fileiras do KPD. Depois que o governo nacional enviou unidades policiais às fábricas para desarmar os operários, o KPD e o KAPD chamaram a greve geral e a derrubada do governo nacional. Esse levante foi claramente prematuro e acabou numa derrota sangrenta.

Aproximadamente 2.000 trabalhadores foram mortos na luta e na violenta repressão que se seguiu. Por conseguinte, Paul Levi, amigo próximo de Rosa Luxemburgo e um dos principais líderes do partido, que corretamente se opôs ao levante desde o começo, atacou impiedosamente o partido em público. Ele foi expulso da organização e depois voltou ao SPD.

A Ação de Março na Alemanha foi o foco de todo o debate no Terceiro Congresso da Internacional Comunista, realizado de 22 de junho a 21 de julho de 1921, em Moscou. Trotsky mais tarde descreveu o Congresso como um “marco” e resumiu sua significância da seguinte forma:

Ele apontou o fato de que os recursos dos partidos comunistas, tanto política quanto organizativamente, não foram suficientes para a conquista do poder. Ele promoveu o slogan ‘As massas,’ isto é, a conquista do poder através de uma conquista anterior das massas, realizada com base na vida e lutas cotidianas. As massas continuam vivendo sua vida cotidiana em uma época revolucionária, mesmo que de uma maneira de algum modo diferente...⁷

O Terceiro Congresso desenvolveu reivindicações transitórias, a tática da Frente Única e a palavra de ordem de governo operário para ganhar a confiança dos trabalhadores que ainda apoiavam os social-democratas. Insistiu também na importância da atuação dentro dos sindicatos.

Isso se chocou com a resistência furiosa das tendências de esquerda e ultra-esquerda do KPD, que promoviam a chamada “teoria ofensiva” e rejeitavam qualquer forma de compromisso, assim como o trabalho no parlamento e nos sindicatos. Eles eram apoiados por Nikolai Bukharin, que seria mais tarde o líder da Oposição de Direita, defensora de uma “ofensiva revolucionária ininterrupta”. Foi em resposta a essas tendências que Lênin escreveu seu folheto *Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo*.

Ao estudarmos esses conflitos, é notável que Lênin, assim como Trotsky, tenha tentado uma abordagem extremamente paciente em relação às diferentes facções do KPD. Eles tentaram educar, explicar, unir e prevenir rachas prematuros. Contiveram os esquentados que

queriam expulsar do partido seus oponentes. Tentaram manter Levi no partido até que seu comportamento provocativo tornou isso impossível.

Durante o Terceiro Congresso, eles passaram horas discutindo em pequenos grupos com diferentes facções do KPD. Embora fossem intransigentes em relação à esquerda infantil, perceberam certo conservadorismo na direção do partido, que esses setores de esquerda atacavam. Em outras palavras, Lênin e Trotsky tentaram desenvolver uma direção balanceada e experiente, treinada para lidar com as contradições e reagir rapidamente assim que a situação se alterasse—o que entra em choque com as práticas que o Comintern desenvolveu sob a liderança de Stalin.

Os eventos do Ruhr

Um ano e meio após o Terceiro Congresso da Internacional Comunista, os conflitos internos ao KPD ainda não estavam resolvidos. Após a ocupação do Ruhr pelo exército francês, os conflitos entre a direção majoritária do partido e a oposição de esquerda irromperam novamente e com toda a força. As diferenças emergiram sobre a questão do apoio dado pelo KPD ao governo da ala esquerda do SPD na Saxônia, bem como sobre a política a ser adotada na região do Ruhr, ocupada pelos franceses.

Naquele momento, o partido era dirigido por Heinrich Brandler, membro fundador da Liga Espartaquista. Enquanto muitos dos esquerdistas passavam para a direita, uma nova facção de esquerda se agrupava sob direção de Ruth Fischer, Arkadi Maslow e—em menor grau—Ernst Thälmann. Fischer e Maslow eram ambos jovens intelectuais que ingressaram no movimento após a guerra. Tinham a maioria da seção de Berlim em seu apoio. Thälmann era um trabalhador que ingressara no KPD por meio do SPD-Independente (USPD), e era dirigente do partido em Hamburgo.

No dia 10 de janeiro caiu o governo do SPD na Saxônia e o KPD conduziu uma campanha pela Frente Única e por um governo dos trabalhadores. Enquanto isso, a maioria do SPD defendia uma coalizão com os partidos burgueses e apenas uma minoria de esquerda era a favor da aliança com o KPD. Este, por sua vez, desenvolveu uma forte e vigorosa agitação e apresentou um “Programa dos Trabalhadores”, que incluía as seguintes demandas: confisco das propriedades da antiga família real; armamento dos trabalhadores; desmantelamento do judiciário, da polícia e da administração governamental (parlamento); realização de um congresso de

7. Leon Trotsky, (*The Third International after Lenin*, New Park: 1974), pp. 66-67.



Forças militares Francesas e Belgas ocupam o Vale do Ruhr em janeiro de 1923.

conselhos de fábricas e controle dos preços por comitês eleitos.

Tais reivindicações ganharam apoio dentro do SPD, onde a ala esquerda tornou-se maioria. Ela aceitava o “Programa dos Trabalhadores” com ressalvas: não admitia a dissolução do parlamento e a convocação de um congresso de conselhos de fábricas. Retirados esses pontos, um governo do SPD foi criado com o apoio do KPD.

Esse passo foi apoiado pela maioria do KPD, inclusive por Karl Radek, na época uma importante figura dirigente da Internacional, mas bastante denunciado pela esquerda do KPD. Estes viam seu apoio ao governo da Saxônia não como uma tática momentânea para ganhar os trabalhadores social-democratas, mas como uma adaptação aos social-democratas de esquerda, que consideravam iguais aos de direita. Suas suspeitas não eram infundadas, como mostraram os eventos ulteriores. Em 21 de outubro Brandler desmantelou a insurreição em preparo porque os social-democratas diziam não estar prontos para apoiá-la.

No Ruhr, o KPD distanciava-se bastante do SPD, que dava amplo apoio à campanha de “resistência passiva” do governo de Wilhelm Cuno. O governo Cuno, por sua vez, colaborava com gangues paramilitares—apoiadas secretamente pelo exército e compostas de elementos claramente fascistas—encorajando-as a realizar atos de sabotagem contra os franceses. Tais medidas



Fugindo da ocupação estrangeira, famílias deixam o Ruhr em março de 1923.

atraíam reacionários e fascistas de toda Alemanha para o Ruhr. O SPD encontrou-se, portanto, em verdadeira aliança com essas forças.

O KPD denunciou o nacionalismo do SPD como uma repetição de sua política de 1914, quando votou pelos créditos da guerra imperialista, e opôs-se fortemente a ele. Chamava a luta tanto contra a ocupação francesa quanto contra o governo berlinense. Uma edição do

Rote Fahne [Bandeira Vermelha, jornal do KPD] trazia a manchete “Lutar contra Poincaré e Cuno no Ruhr e em Spree”. Tal linha logo confirmou-se diante dos acontecimentos, quando os trabalhadores começaram a se rebelar contra as insuportáveis condições sociais, protestando contra a ocupação francesa, os industrialistas locais e o governo de Berlim.

Mas logo os líderes da esquerda



Karl Radek

do KPD assumiram uma posição diferente, que começaram a agitar nos encontros do partido em Ruhr. Ruth Fischer defendia a tomada das fábricas e minas pelos trabalhadores, a tomada do poder político e o estabelecimento da República Proletária do Ruhr. Essa República poderia, então, se tornar a base para um exército dos trabalhadores que, por sua vez, “marcharia até a Alemanha Central e tomaria o poder em Berlim, destruindo de uma vez por todas a contra-revolução nacionalista”.⁸

Sua linha era, na verdade, aventureira—uma repetição da Ação de Março de 1921. Um levante no Ruhr teria permanecido isolado e sem apoio no resto da Alemanha. Além disso, o Ruhr estava cheio de organizações fascistas e paramilitares que não aceitariam passivamente um levante operário. Os franceses, por sua vez, olhavam com bons olhos os protestos contra o governo alemão, mas assumiriam outra posição em relação a uma insurreição operária.

Diante do crescimento da briga entre as facções do KPD, Zinoviev, então secretário da Internacional Comunista, convidou os dois lados para Moscou, onde assumiram um compromisso. A Internacional concordava com o apoio dado ao SPD na Saxônia, embora criticasse algumas formulações, indicando que aquela era mais do que uma tática

momentânea. Em relação ao Ruhr, rejeitou os planos de Fischer.

A resolução acordada, aprovada por unanimidade, não dava indicações de que a direção da Internacional estava atenta à velocidade dos eventos na Alemanha, ou mesmo que tirava quaisquer conclusões de tais eventos. Pelo contrário, a resolução dizia:

*As diferenças surgem do lento desenvolvimento revolucionário da Alemanha e das dificuldades objetivas às quais isso conduz, alimentando, simultaneamente, divergências na direita e na esquerda.*⁹

A “Linha Schlageter”

Em junho, Radek introduziu uma nova linha política que, posteriormente, confundiu e desorientou o KPD—era a chamada “Linha Schlageter”.

O KPD preocupava-se, há algum tempo, com o crescimento do fascismo na Alemanha. Em 22 de outubro, Mussolini tomou o poder em Roma, após uma campanha violenta de seus destacamentos armados, os *fasci*, contra as organizações operárias e trabalhadores militantes.

Na Alemanha, anteriormente, a extrema-direita limitava-se apenas a



O militar Leo Schlageter

remanescentes do exército imperial e a pequenos partidos anti-semitas. Mas, em 1923, começava a crescer e ganhar base social, embora muito menor que a de Hitler na década de 1930. Atividades contra os “criminosos de novembro”, os judeus e os estrangeiros encontravam apoio entre elementos *déclassé* da pequeno-burguesia, bem como entre alguns trabalhadores pauperizados pelo impacto da inflação. No Ruhr, membros da extrema-direita apresentavam-se como heróicos combatentes contra a ocupação francesa.

A Baviera, em particular, com suas largas áreas rurais, tornou-se praticamente um baluarte da extrema-direita. Após a repressão sangrenta à República Soviética de Munique, em 1919, a região tornou-se antro de organizações nacionalistas, fascistas e paramilitares.

Em 7 de abril, Albert Schlageter, um membro da *Freikorps*, foi preso pelo exército francês em Düsseldorf porque tinha participado de ataques a bomba contra as estradas de ferro. Foi sentenciado à morte por uma corte militar e executado em 26 de maio. A direita imediatamente o transformou num mártir. Na reunião do Comitê Executivo da Internacional Comunista (ECCI), em junho, Radek propôs que o KPD disputasse trabalhadores e elementos pequeno-burgueses seduzidos pelo fascismo, juntando-se à campanha de martirização de Schlageter e adaptando-se ao nacionalismo dos fascistas.

As massas pequeno-burguesas, diz Radek, os intelectuais e técnicos que desempenharão um importante papel na revolução, assumem a posição de um antagonismo nacional ao capitalismo, que os está relegando.

Se nós queremos constituir um partido dos trabalhadores, capaz de empreender

8. Citado por Pierre Broué (*The German Revolution 1917-1923*, Haymarket Books: 2006) p. 702.

9. Citado por Broué, *ibid.*, p. 705.

a luta pelo poder, precisamos achar um caminho que possa nos aproximar das massas, e devemos encontrá-lo não por meio da diminuição de nossas responsabilidades, mas declarando que somente a classe trabalhadora pode salvar a nação.¹⁰

Mais tarde, na reunião, elogiou solenemente Schlageter que, embora fosse “um valente soldado da contra-revolução”, ainda merecia “sinceras homenagens de nossa parte, como soldados da revolução”. “O ocorrido a esse mártir do nacionalismo alemão não deve ser esquecido ou meramente honrado com breves palavras”, afirma Radek. E defende ele:

Faremos de tudo para assegurar que homens como Schlageter, que estiveram prontos para dar suas vidas por uma causa comum, não se tornem viajantes no vazio, mas viajantes na direção de um futuro melhor para toda a humanidade.

A Linha Schlageter foi aceita pelo *Rote Fahne* e predominou por diversas semanas. Ela criou uma grande confusão entre as fileiras comunistas, que tinham resistido até então às pressões nacionalistas. Por outro lado, não há a mínima indicação de que tenha enfraquecido as fileiras nazistas—com a exceção de alguns poucos e desorientados nacionalbolcheviques, que entraram para o KPD e criaram muitos problemas antes que fosse possível livrar-se deles. A campanha Schlageter proveu de ampla munção a propaganda anticomunista do SPD e tornou muito difícil para o Partido Comunista Francês (PCF) organizar a solidariedade dos soldados franceses aos trabalhadores alemães.

A greve contra Cuno

Enquanto Radek desenvolvia a Linha Schlageter, a luta de classes na Alemanha se intensificou. Em junho e julho, agitações e greves contra a alta dos preços estouraram por todo o país. Participavam com frequência centenas de milhares de trabalhadores, entre eles setores que jamais haviam participado de uma luta social. No começo de junho, por exemplo, 100.000 trabalhadores rurais e 10.000 diaristas entraram em greve em Brandenburgo.

Em 8 de agosto, o Chanceler Cuno se dirigiu ao Reichstag. Exigia novos cortes e ataques contra a classe trabalhadora e combinava tais demandas com o pedido de um voto de confiança. O SPD buscou se salvar pela abstenção.



Trabalhadores berlinenses fazem fila para obter assistência alimentar.

Desenvolveu-se em seguida uma onda espontânea de greves, com início em Berlim, exigindo a renúncia do governo Cuno. Em 10 de agosto, uma conferência de representantes sindicais, sob pressão do SPD, rejeitou o chamado pela greve geral. Mas, no dia seguinte, uma conferência de conselhos de fábrica, apressadamente convocada pelo KPD, tomou a iniciativa e fez o que a conferência não havia feito. Três milhões e meio de trabalhadores participaram da greve. Em diversas cidades aconteceram batalhas com policiais e dezenas de trabalhadores morreram. No dia seguinte, o governo Cuno renunciou. As leis burguesas foram profundamente abaladas. “Nunca houve um período na história moderna alemã tão favorável para uma revolução socialista quanto o verão de 1923”, escreveu Arthur Rosenberg. Momentaneamente, o SPD salvou a burguesia. Contra considerável resistência em suas próprias fileiras, entrou num governo de coalizão liderado por Gustav Stresemann do Deutsche Volkspartei (DVP—Partido Popular Alemão), um grande partido do empresariado.

Preparando a revolução

Somente após as greves contra Cuno, em agosto, o KPD e a Internacional Comunista perceberam a oportunidade revolucionária que havia se aberto na Alemanha. Em 21 de agosto—ou seja, exatamente dois meses antes da insurreição cancelada por Brandler—o Birô Político do Partido Comunista Russo decidiu preparar-se para uma revolução na Alemanha. Formou uma “Comissão de Assuntos Internacionais” para supervisionar o trabalho. Ela

era composta por Zinoviev, Kamenev, Radek, Stalin, Trotsky e Chicherin—e, depois, Dzerzhinsky, Pyatakov e Skolnikov.

Os dias e semanas que se seguiram foram marcados por numerosas discussões e contínua correspondência do Comintern com os líderes do KPD, que frequentemente viajavam a Moscou. O suporte financeiro, logístico e militar foi organizado para armar os Centenas, uma milícia revolucionária preparada nos meses anteriores. Em outubro, Radek, Pyatakov e Skolnikov foram mandados para a Alemanha para preparar o levante.

Mas foi Trotsky quem lutou incansavelmente para superar o fatalismo e a complacência existentes na seção alemã e no Partido russo. Enquanto isso, Stalin escrevia a Zinoviev: “Na minha opinião, os alemães precisam ser contidos e não encorajados” e “Para nós, seria uma vantagem os fascistas entrarem em greve antes”. Trotsky insistiu que a insurreição devia ser preparada em um período de semanas, e não de meses, e a data definitiva devia ser escolhida.¹¹

O que à primeira vista parecia apenas uma proposta organizativa—a escolha de uma data—era, na realidade, uma grande proposta política. De acordo com a preocupação de Trotsky, a principal tarefa do momento era concentrar todas as energias e atenções do partido no preparo da revolução. De uma preparação propagandística mais geral, ela tinha de passar à preparação prática da insurreição.

Durante o encontro do Birô Político do Partido Russo, em 21 de agosto, Trotsky disse:

11. Bernhard H. Bayerlein u.a. Hsg., (*Deutscher Oktober 1923. Ein Revolutionsplan und sein Scheitern*, Berlim: 2003) p. 100.

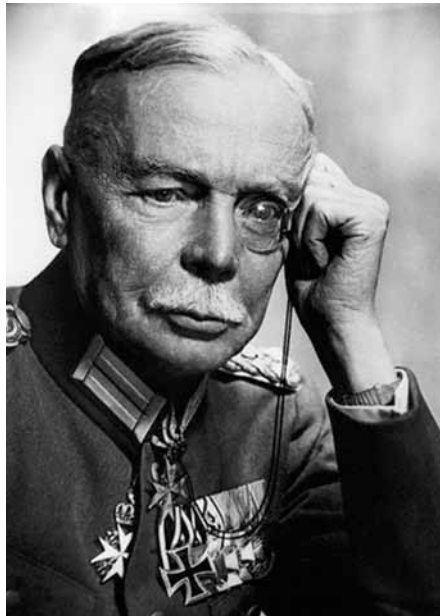
10. Citado por Broué, *ibid.*, p. 726.



Polícia contém multidão de revoltosos em outubro de 1923.



Gustav Ritter von Kahr



Hans von Seeckt

O quão longe vai o ânimo das massas revolucionárias alemãs? A sensação de que estão no caminho da revolução—tal sentimento existe. O problema posto é o problema da preparação. O caos revolucionário não pode ser selado com borracha. A questão é: ou começamos já a revolução, ou a organizamos.

Trotsky alertou sobre o perigo de que fascistas bem organizados esmagassem ações descoordenadas dos trabalhadores e exigiu: “O KPD precisa escolher um tempo limite para a preparação, para a preparação militar e—em ritmo correspondente—para a agitação política”.

Tal linha sofreu forte oposição de Stalin. Ele argumentava contra um cronograma, alegando que “os trabalhadores continuam acreditando na social-democracia” e que o governo poderia durar por mais oito meses.¹²

Brandler, em uma carta para o Comitê Executivo da Internacional datada de 28 de agosto, também argumenta em favor de um período de preparação mais longo:

Eu não acredito que o governo Stresemann vá viver muito mais, escreve. Entretanto, não penso que a próxima onda, que já se aproxima, vá decidir a questão do poder. (...) Nós devemos

tentar concentrar nossas forças para que possamos, se for inevitável, assumir a luta em seis semanas. Mas, ao mesmo tempo, devemos fazer os preparativos para estarmos prontos, com um trabalho mais sólido, em cinco meses.

Ele acrescenta que um período de seis a oito meses é o prazo mais provável.¹³

Em discussões posteriores entre a comissão russa e a liderança alemã, um mês depois, Trotsky voltou ao assunto do cronograma. Interrompeu uma discussão sobre o problema do Ruhr e disse:

Eu não compreendo por que tanta relevância é dada para o caso Ruhr. (...) O problema, agora, é tomar o poder na Alemanha. Essa é a tarefa, o restante decorrerá disso.

Trotsky respondeu, então, à preocupação de que os trabalhadores alemães lutariam por reivindicações econômicas, mas não tão facilmente por objetivos políticos:

A inibição política é nada mais do que uma certa dúvida, consequência das marcas que as derrotas anteriores deixaram no cérebro das massas. O partido só pode ganhar a classe trabalhadora

alemã para a luta revolucionária decisiva—e a situação está aqui, agora—se convencer uma larga seção da classe trabalhadora, sua direção, de que também é organizacionalmente capaz de liderar a vitória no sentido mais concreto da palavra... Na expressão de tendências fatalistas pelo partido é que se encontra o grande perigo.

Trotsky explicou, em seguida, que o fatalismo pode assumir diferentes formas: primeiro, se diz que a situação é revolucionária, o que é repetido dia após dia. Isso se torna corriqueiro e a política passa a ser esperar pela revolução. Então, são dadas as armas aos trabalhadores e se diz que isso levará ao conflito armado. Mas, ainda assim, é apenas o “fatalismo armado”.

Através da informação repassada por seus camaradas alemães, Trotsky concluiu que eles concebiam a tarefa como fácil demais:

Se a revolução é para ser mais do que uma perspectiva confusa”, disse ele, “se é para ser a tarefa principal, deve ser tomada por uma tarefa prática, organizativa... É preciso estabelecer uma data, fazer a preparação e lutar.”¹⁴

Em 23 de setembro, Trotsky publicou o seguinte artigo no Pravda: “Pode uma Contra-revolução ou Revolução ser Feita com Tempo Marcado?” Trotsky discutia a questão em termos gerais, sem mencionar a Alemanha, já que o pedido de definição de uma data para a revolução alemã por um representante-chave da direção soviética, como ele, poderia provocar uma crise internacional ou mesmo uma guerra. Mesmo assim, o artigo é uma contribuição à discussão sobre a Alemanha.

A revolução perdida

Uma data para o levante foi finalmente definida: 9 de novembro. Mas os eventos ganhavam velocidade.

Em 26 de setembro, o chanceler Stresemann anunciou o fim da resistência passiva contra a ocupação francesa do Vale do Ruhr. Argumentou que não havia outra maneira de controlar a hiperinflação. Isso provocou a extrema-direita. No mesmo dia, o governo da Baviera decretou estado de emergência e instalou uma ditadura liderada por Ritter von Kahr. Von Kahr colaborou com os nazistas de Hitler e, imitando a marcha de Mussolini sobre Roma, planejou uma marcha em Berlim para instalar sua ditadura nacional. Von Kahr tinha o apoio do

12. Ibid., pp. 122-27.

13. Ibid., pp. 135-136.

14. Ibid., pp. 1165-167.



O presidente social-democrata Friedrich Ebert



Hitler tentou em vão tomar o poder em 1923.



Heinrich Brandler, líder do KPD

comandante das tropas da *Reichswehr*, posicionadas na Baviera.

O governo de Berlim reagiu estabelecendo sua própria forma de ditadura. Todo o poder executivo foi transferido ao Ministro da Defesa, que delegou-o ao General Hans von Seeckt, comandante da *Reichswehr*. Seeckt simpatizava com a extrema-direita e se recusava a disciplinar os comandantes bávaros rebeldes. Líderes industriais como Hugo Stinnes apoiavam o plano de uma ditadura nacional, optando por Seeckt como ditador.

Em 13 de outubro, o Reichstag, depois de vários dias de discussão, aprovou uma lei abolindo as conquistas sociais da revolução de novembro, incluindo a jornada de 8 horas. O SPD votou a favor da lei no parlamento. Enquanto os ministros do SPD e outros planejavam novos ataques aos direitos dos trabalhadores, um golpe que lhes poderia custar a vida era preparado.

A Saxônia e a Turingia eram os centros da resistência da classe trabalhadora às preparações contra-revolucionárias. Nos dois Estados, em 10 e 16 de outubro, respectivamente, o KPD juntou-se aos governos da esquerda do SPD. Isso era parte do plano elaborado em Moscou. Com a entrada em um governo de coalizão, o KPD esperava fortalecer sua posição e ter acesso a armas.

Mas, apesar do fato de que ambos os governos eram formados de acordo com a lei existente e dirigidos por uma maioria parlamentar, o comandante da *Reichswehr* na Saxônia, General Müller, se recusava a reconhecer a sua autoridade. Em concordância com o governo berlinense, submeteu a polícia ao seu próprio comando.

Ameaçado pela Baviera, que faz fronteira com a Saxônia e a Turingia ao sul, e pelo governo central em Berlim, situado ao norte, o KPD precisou adiantar seus planos para a revolução. Chamou um congresso de conselhos de fábrica

em Chemnitz, Saxônia, no dia 21 de outubro. O congresso deveria convocar uma greve geral e dar o sinal para a insurreição em toda a Alemanha.

Mas, como os social-democratas de esquerda não concordavam, Brandler cancelou os planos e interrompeu o levante. A maioria dos delegados teriam apoiado a convocação da greve geral, como Brandler escreveu em uma carta privada a Clara Zetkin, sua confidente próxima. Mas, mesmo assim, ele não quis agir sem o apoio dos social-democratas de esquerda. Como escreve:

Durante a conferência de Chemnitz eu percebi que não poderíamos, sob quaisquer circunstâncias, partir para a luta decisiva, uma vez que não havíamos conseguido convencer a esquerda do SPD a assinar a decisão de greve geral.

Apesar da massiva resistência, mudei o curso e evitei que nós, Comunistas, entrássemos em combate sozinhos. É claro que poderíamos ter obtido uma maioria de dois terços em favor da greve geral na conferência de Chemnitz. Mas o SPD teria deixado a conferência... E seus slogans confusos—sobre como a intervenção do Reich contra a Saxônia tinha simplesmente o propósito de ocultar a intervenção do Reich contra a Baviera—teriam quebrado nosso espírito de luta. Então, eu lutei conscientemente por um compromisso desagradável.¹⁵

A decisão de cancelar a revolução não chegou em Hamburgo a tempo. Lá, uma insurreição foi organizada, mas permaneceu isolada e foi derrotada dentro de três dias.

Embora o congresso de Chemnitz ainda estivesse reunido, o *Reichswehr* começou a ocupar a Saxônia. Conflitos armados causaram a morte de vários trabalhadores. Em 28 de outubro, o

presidente Friedrich Ebert—um social-democrata—deu ordens ao *Reichswehr* contra a Saxônia. Ordenou a remoção forçada do governo da Saxônia—encabeçado por Erich Zeigner, também um social-democrata—pelo *Reichswehr*. A indignação pública foi tão massiva, que o SPD foi obrigado a retirar-se do governo Stresemann em Berlim. Alguns dias depois, o *Reichswehr* entrou na Turingia e removeu o governo local.

A deposição desses dois governos de esquerda por Ebert e Seeckt encorajou a extrema-direita da Baviera. No dia 8 de novembro, Adolf Hitler proclamou a “Revolução Nacional” em Munique e ensaiou um golpe. Seu objetivo era forçar o ditador da Baviera, Kahr, a marchar em Berlim e, lá, tomar o poder. Hitler foi apoiado pelo General Ludendorff, um dos comandantes militares mais altos da Primeira Guerra Mundial.

O golpe Hitler-Ludendorff falhou. Berlim já tinha se movido tanto para a direita que a direita da Baviera não precisava mais de uma figura tão dúbia como Hitler. Ebert se acomodou ao golpe, delegando o comando sobre todas as forças armadas e o poder executivo a Seeckt. Embora as instituições da República de Weimar ainda existissem formalmente, a Alemanha seria governada, então, por uma ditadura militar *de facto* até março de 1924.

Por que o KPD perdeu a revolução?

Uma forma fácil de responder tal questão é lançar toda a culpa sobre Brandler. Essa foi a reação de Zinoviev e Stalin, que o transformaram num bode expiatório. Simultaneamente, acusaram

15. Ibid., pp. 359.



A Troika burocrática: Stalin (esquerda), Kamenev (terceiro) e Zinoviev (direita). O segundo é Alexi Rykov

o KPD (Partido Comunista Alemão) de ter fornecido informações erradas sobre a situação na Alemanha, exagerando seu potencial revolucionário. Desse modo, contestaram toda a avaliação sobre a qual havia se baseado o plano de insurreição.

Menos de três semanas após a insurreição ser abortada, Stalin e Zinoviev começaram a reinterpretar os eventos que transcorreram na Alemanha. Fizeram isso para encobrir seus próprios papéis no processo e iniciar seu combate fracional contra a Oposição de Esquerda, que começava a se articular (em 15 de outubro, surgia o primeiro documento importante da Oposição de Esquerda, a *Declaração dos 46*. Ao final de novembro, Trotsky escrevia *O Novo Curso*).

Trotsky rejeitou a abordagem simplista de Zinoviev e Stalin. Mesmo não concordando com a decisão de Brandler de abortar a insurreição, não a tomava como um evento isolado. Ao final do processo, Karl Radek, que esteve presente em Chemnitz como representante da Internacional Comunista, bem como o *Zentrale* alemão, a direção central do partido, também concordavam com Brandler.

A insistência de Brandler de que a revolução falharia—e de que os comunistas ficariam isolados caso comessem a insurreição sem o apoio dos social-democratas de esquerda—estava de acordo com erros anteriores atribuídos não somente a Brandler, mas à Internacional como um todo. Tanto a Internacional, dirigida por Zinoviev, quanto a direção do KPD (seu setor majoritário e seu setor esquerdista) desempenharam por longo tempo um papel passivo, tipicamente “centrista” diante dos eventos na Alemanha. Apesar das condições sociais e políticas terem mudado bastante

após a ocupação francesa do Ruhr em janeiro, eles continuaram trabalhando com os métodos desenvolvidos no ano anterior, quando a revolução não estava imediatamente na agenda do partido.

Foi somente após longo tempo, no meio dos eventos de agosto, que mudaram de curso e começaram a preparar a insurreição. Isso deu-lhes apenas dois meses para o preparo, mas este era de caráter insuficiente, hesitante e deslocado.

Trotsky, num pronunciamento feito ao Congresso dos Trabalhadores Médicos e Veterinários da URSS, em junho de 1924, comentou a derrota. “Qual foi a causa fundamental da derrota do Partido Comunista Alemão?”, perguntou:

A seguinte: não apreciaram corretamente e no momento correto a crise revolucionária que se abriu com a ocupação do vale do Ruhr e, especialmente, com o final da resistência passiva (janeiro-junho de 1923). Perderam o momento crucial... Mesmo após o ataque ao Ruhr, continuaram com seu trabalho de agitação e propaganda com base na fórmula de Frente Única anterior ao ataque. Nesse meio tempo, a fórmula havia se tornado completamente insuficiente. A influência política do partido crescia automaticamente. Uma modificação tática era necessária.

Era necessário mostrar às massas, e acima de tudo ao partido, que se tratava, no momento, da imediata preparação para a tomada do poder. Era necessário consolidar e dar forma organizativa à crescente influência do partido e estabelecer as bases de apoio para a tomada direta do Estado. Era necessário transferir toda a organização do partido para a base das células operárias.

Era necessário formar novas células nas estradas de ferro. Era necessário suscitar o quanto antes a questão do trabalho dentro do exército. Era necessário, extremamente necessário, adaptar a tática de Frente Única total e completamente a essas tarefas, dar-lhe um ritmo mais decidido e resolutivo, bem como um caráter mais revolucionário. Nessa base, um trabalho técnico-militar certamente poderia ter sido levado adiante...

A questão mais importante, entretanto, era esta: garantir dentro do tempo a mudança tática necessária e decisiva para a tomada do poder na Alemanha. O que não foi feito. Essa foi a principal—e fatal—omissão. Dela surgiu a contradição central. De um lado, o partido esperava uma revolução, enquanto que, de outro, por ter perdido os dedos nos eventos de março [Trotsky se refere a 1921], evitou, até os últimos meses de 1923, a idéia de organizar a revolução, ou seja, preparar a insurreição. A atividade política do partido estava carregada de uma atmosfera pacífica no momento em que a cena final se aproximava.

A data para a insurreição foi finalmente fixada quando, como um todo, o inimigo já havia usado do tempo perdido pelo partido para fortalecer sua posição. A preparação técnico-militar do partido, que começou numa velocidade febril, estava divorciada de sua atividade política, carregada anteriormente por uma atmosfera pacífica. As massas não compreendiam o partido e não marcharam junto com ele. O partido sentiu-se subitamente separado das massas e ficou paralisado. Disso resultou a imediata retirada da linha de frente, sem mesmo haver combate—a pior de todas as derrotas.¹⁶

Teria sido possível organizar, em 1923, uma insurreição vitoriosa em toda a Alemanha?

Há um grande número de relatos de dirigentes comunistas alemães, assim como de líderes e especialistas militares da III Internacional presentes na Alemanha naquele momento, que declaram haver um péssimo preparo para a insurreição. Os destacamentos de luta—os Centenas—estavam formados e treinados, mas mal possuíam armas. O aparato de propaganda do KPD—devido às perseguições e à repressão—estava em estado lastimável. A comunicação e a coordenação do partido entre as diversas regiões funcionavam muito mal.

Por outro lado, os trabalhadores que lutaram em Hamburgo demonstraram um alto grau de coragem, disciplina e eficiência. Apenas 300 trabalhadores

16. Leon Trotsky, [“Thought what stage are we passing?”], in *The challenge of the Left Opposition (1923-25)*, Pathfinder Press, 1975], pp. 170-71

lutaram nas barricadas, mas alcançaram uma ampla e positiva—embora passiva—resposta por parte da população.

Em seu pronunciamento aos trabalhadores médicos e veterinários, Trotsky ressaltou que a própria dinâmica do processo revolucionário deveria ser levada em conta. “Os comunistas tinham atrás de si a maioria das massas trabalhadoras?”, perguntou:

Essa é uma questão que não pode ser respondida por meio de estatísticas. Somente pode ser respondida pela dinâmica da revolução. As massas compartilhavam de um espírito de luta? Toda a história do ano de 1923 não deixa dúvidas sobre isso.

Sob tais condições, as massas apenas poderiam seguir adiante se existisse uma direção resoluta, auto-confiante, assim como uma confiança das massas nessa direção. Discussões a respeito do ânimo das massas, se era de luta ou não, possuem um caráter muito subjetivo e expressam essencialmente a falta de confiança que paira sobre os líderes do próprio partido.¹⁷

As lições de outubro

A capitulação sem luta foi certamente o pior resultado possível dos eventos transcorridos na Alemanha. Ela desmoralizou e desorganizou o KPD e criou as condições para que a elite dominante e os militares continuassem com a ofensiva e consolidassem o poder. Trotsky, então, insistiu que as lições da derrota alemã deviam ser tiradas duramente. Rejeitou os argumentos de bodes-expiatórios isolados, que surgiram somente para evitar as discussões políticas mais fundamentais. Tirar tais lições não era somente indispensável para preparar a direção alemã para as oportunidades revolucionárias futuras, que inevitavelmente surgiriam, mas também era crucial para todas as seções da Internacional, que se deparariam com desafios e problemas muito similares.

Trotsky notou que as lições da Revolução Russa de Outubro—a única revolução proletária bem sucedida da história—nunca tinham sido devidamente traçadas. No verão de 1924, publicou o livro *Lições de Outubro*, examinando o bem sucedido Outubro Russo à luz da derrota do Outubro Alemão.

Ele insistia na necessidade “de estudar as leis e métodos da revolução proletária”. afirmou existirem questões que todo Partido Comunista enfrenta quando entra num período revolucionário:



Leon Trotsky

Regra geral, as crises no partido surgem a cada mudança importante, como seu prelúdio ou consequência. É que cada período de desenvolvimento do partido tem seus traços especiais, exigindo determinados hábitos ou métodos de trabalho. Uma mudança tática acarreta uma ruptura mais ou menos importante nesses hábitos e métodos: aí reside a causa direta dos fracionamentos e das crises internas ao partido.

Trotsky então cita Lênin, que escreveu em julho de 1917:

Acontece muito frequentemente que, quando a história faz uma curva abrupta, até os partidos mais avançados não são capazes, por um espaço de tempo mais ou menos longo, de se habituar às novas condições. Continuam repetindo as palavras de ordem que, embora justas ontem, hoje perderam todo o sentido; coisa que acontece tão ‘subitamente’ quanto a própria mudança histórica.

Assim, conclui Trotsky, surge o perigo: se a mudança ocorreu de maneira demasiadamente brusca ou inesperada e se, no período precedente, o partido acumulou demasiados elementos de inércia e de conservadorismo em seus órgãos dirigentes, esse partido se revelará incapaz de assumir a direção no momento mais grave, para o qual se preparou durante anos ou dezenas de anos. O Partido se deixará corroer por uma crise e o movimento se processará sem objetivo, semeando a derrota.

Ora, a mudança mais brusca é aquela em que o partido do proletariado passa da preparação, propaganda, organização e agitação para a luta direta pelo poder, à insurreição armada contra a burguesia. Tudo o que há de irresoluto, cético, conciliador, capitulacionista—em uma palavra, menchevique—no interior do partido ergue-se contra a insurreição e busca fórmulas teóricas para a sua oposição, encontrando-as já preparadas

nos adversários de ontem, os oportunistas. Ainda teremos de observar muitas vezes este fenômeno.¹⁸

Zinoviev e Stalin rejeitaram a análise de Trotsky. Guiados por motivos fracionários e subjetivos, falsificaram os eventos na Alemanha, cobrindo seus próprios rastros e fazendo de Brandler o bode expiatório para todos os erros. As consequências foram desastrosas. A direção do KPD foi substituída—pela quinta vez em cinco anos—sem qualquer lição ser retirada do processo.

Como Radek apontou—em uma disputa acalorada com Stalin na reunião do Comitê Central do partido russo, em janeiro de 1924—quadros marxistas experientes foram trocados tanto por pessoas que possuíam experiência no centrismo USPD (SPD-Independente) quanto por pessoas que mal possuíam experiência revolucionária. Heinrich Brandler, um membro fundador da Liga Espartaquista com uma história de 25 anos no movimento, foi substituído por Ruth Fischer e Arkadi Maslow, jovens intelectuais vindos de um rico ambiente burguês e desprovidos de passado revolucionário. O grupo que agora formaria a maior parte da nova direção entrara no KPD apenas em dezembro de 1920, quando a esquerda do centrismo USPD se uniu ao KPD.

A mudança na direção “acertou” o caminho—após perseguições e novas modificações nos anos seguintes—para a total subordinação do KPD aos ditados de Stalin. Tal fato revelou ter consequências devastadoras 10 anos depois, quando a desastrosa linha do KPD pavimentou o caminho de Hitler ao poder. O alinhamento de Stalin com a esquerda de Fischer e Maslow foi particularmente cínico, uma vez que ele sempre apoiara as posições mais direitistas durante o andamento dos eventos. Stalin ganhou a aliança de Maslow—que estava sob investigação por ter fornecido informações

17. Ibid., p. 169.

18. Leon Trotsky, (*Lições de Outubro*, 1971), pp. 4-7.

à polícia durante os eventos de março de 1921—livrando-o das acusações.

Até mesmo a teoria do social-fascismo, que iguala a social-democracia ao fascismo, achou sua primeira expressão num documento sobre os eventos alemães, esquematizado por Zinoviev e adotado pelo presidente do Comitê Executivo da Internacional contra a resistência da Oposição de Esquerda em janeiro de 1924. O documento diz:

*As camadas dirigentes da social-democracia alemã apresentam nada mais do que uma facção do fascismo alemão sob uma máscara socialista.*¹⁹

Depois que o partido falhou em passar a tempo da tática de Frente Única para a da luta pelo poder, Zinoviev e Stalin rejeitaram a Frente Única como um todo. A teoria do social-fascismo, que rejeitava qualquer forma de Frente Única antinazista com o SPD, foi ressuscitada em 1929 e teve um papel importante no desarmamento da classe trabalhadora em luta contra o fascismo.

Em 1928, Trotsky mais uma vez repetiu as lições básicas do Outubro Alemão. Criticando a esquemática do programa para o Sexto Congresso da Internacional Comunista, escreveu:

*O papel do fator subjetivo em um período de desenvolvimento lento e orgânico pode permanecer um tanto subordinado. Assim, muitos provérbios sobre a graduação do processo podem surgir. Por exemplo: 'devagar, mas certo' ou 'não adianta dar murro em ponta de faca' e muitas outras máximas que resumem toda a sabedoria tática de nossa época, em sua repulsa ao 'pular de etapas'. Mas, no momento em que as condições objetivas atingem a maturidade, a chave de todo o processo histórico passa para a condição subjetiva: o partido. O oportunismo, que consciente ou inconscientemente desenvolve-se com inspiração em épocas passadas, sempre tenta subestimar o papel do fator subjetivo, isto é, subestimar a importância do partido e da direção revolucionária. Tudo isso nos foi completamente revelado nas discussões a respeito do Outubro Alemão, do Comitê Anglo-Russo e da Revolução Chinesa. Em todos esses casos, assim como em outros de menor importância, a tendência oportunista evidenciou-se ao adotar uma via que cabia somente às 'massas', desprezando por completo o 'topo' da direção revolucionária. Tal atitude, que é errônea em geral, opera com conseqüências certamente fatais na época imperialista.*²⁰ ■

19. Bernhard H. Bayerlein u.a. Hsg., (*Deutscher Oktober 1923. Ein Revolutionsplan und sein Scheitern*, Berlin: 2003), p. 464.

20. Leon Trotsky, *The Third International after Lenin*, New Park, 1974, p.64.



BRASIL:

As contradições da produção do etanol por trás do discurso ecologicamente correto

Carlos Prado

As catástrofes naturais, o aquecimento global e a crescente escassez de fontes de energia não-renováveis, como o petróleo, têm provocado inúmeros debates acerca da contraditória relação entre a produção capitalista e a preservação da natureza. Seria possível produzir sem agredir os elementos naturais? O desenvolvimento econômico seria realmente inconciliável com a preservação da natureza? Poderá a civilização sobreviver diante do iminente esgotamento dos recursos naturais?

Diante da desenfreada destruição da natureza que ameaça diretamente a sobrevivência de milhares de pessoas, a produção capitalista parece não ter respostas consistentes. Surgem, então, propostas como o chamado “desenvolvimento sustentável”, que busca estabelecer uma conciliação entre desenvolvimento econômico e preservação da natureza. Nesse ínterim, ganha destaque a discussão em torno da produção de álcool etílico, também conhecido como etanol, que é produzido através do caldo da cana-de-açúcar.

Perante a escassez e constante flutuação no preço do petróleo, existe uma enorme demanda mundial por novas fontes de energias. Assim, a propaganda oficial tem vendido o etanol como uma excepcional oportunidade econômica para o Brasil. O governo federal tem encabezado a discussão, a propaganda e a ampliação da produção do chamado “combustível verde”, que tem sido amplamente difundida e defendida por seus produtores e pelas políticas oficiais.

Os biocombustíveis produzidos por meio da cana, do milho e de outros produtos naturais são caracterizados como “energia renovável”. O etanol é considerado um combustível ecológico, biodegradável e não-tóxico, que por praticamente não conter enxofre e aromáticos é aparentemente inofensivo para a

natureza. Mas seria o etanol realmente uma “energia limpa”, capaz de em harmonia com a natureza substituir os derivados do petróleo e frear o aquecimento global, diminuindo drasticamente a emissão de gases poluentes?

A expansão da produção do etanol guarda mistérios que precisam ser desvelados por uma análise minuciosa. Contrariando as afirmações de que o álcool só proporciona benefícios, muitos pesquisadores já questionam a aplicabilidade dessa fonte de energia. É preciso desmistificar e conhecer mais profundamente as consequências e os malefícios que a produção dessa energia proporciona.

A lucrativa produção de etanol e a confirmação de um Brasil agro-exportador

Seria ingênuo pensar que o grande interesse em torno da produção da cana-de-açúcar e do etanol é realmente devido a sua suposta sustentabilidade ecológica. Os biocombustíveis não são apenas conhecidos como “energia verde”, mas também como “ouro verde”, em referência aos lucros que podem gerar. Por trás do discurso do desenvolvimento ecologicamente correto se esconde um mercado em euforia que movimentará bilhões de dólares nos próximos anos. Esse mercado em ascensão tem despertado o interesse de grandes multinacionais que vêm no etanol um



Produção de cana-de-açúcar: grande empreendimento capitalista.

enorme potencial de expandir e ampliar seus lucros a escalas cada vez maiores.

Após o Pró-álcool na década de 1970, o setor sucroalcooleiro vive um novo momento de grande expansão. Os dados dos investimentos na produção de etanol revelam a grande magnitude desse setor em ampliação. Algumas projeções de mercado estimam que a soma de aplicações alcançará US\$ 19 bilhões até 2012.

O “ouro verde” tem despertado o interesse de muitas empresas multinacionais que estão sendo atraídas a investir no mercado brasileiro. Entre os projetos que já estão em andamento, destaca-se o plano da japonesa Mitsui que construirá 40 usinas em parceria com a Petrobras. Também já investem em usinas de álcool no Brasil as francesas Tereos e Louis Dreyfus, as americanas Cargill e Globex, a inglesa Infinity Bio-Energy, a Noble Group com sede em Hong Kong e a argentina Adeco Agropecuária.

Não obstante, várias outras empresas, como a Archer Daniels Midland (ADM), Mitsubishi, Noble Group, Bioenergy Development Fund (BDF) e Brazil Renewable Energy Company (Brenco)¹, já anunciaram interesse e projetos de investimento na produção de etanol no Brasil. Como se vê, a produção do biocombustível aparece, em primeiro lugar, não como uma tentativa de “salvar” o planeta, mas como mais um grande empreendimento capitalista.

Deve-se ressaltar que a maior parte desses investimentos será financiada pelo governo federal através do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que em 2004 investiu no etanol uma quantia de R\$ 580

milhões, em 2006 R\$ 2,2 bilhões e que, segundo estimativas, liberará ao menos R\$ 10 bilhões até 2012. Mas também órgãos internacionais estão interessados em fisgar uma fatia dos lucros provenientes da “energia limpa”. O Bird (Banco Mundial) mantém uma reserva de US\$ 997 milhões para financiar projetos na área dos biocombustíveis. O Banco Europeu de Investimentos (BEI), instituição financeira da União Européia (UE), pretende aplicar € 3 bilhões na produção de etanol fora do próprio continente. A maior parte dessa enorme cifra deverá ser investida especialmente no Brasil e nos Estados Unidos. Juntos os dois países controlam cerca de 70% da produção mundial de etanol.²

O importante a se destacar é que as grandes empresas privadas que investem na produção do etanol encontram no Estado burguês o seu grande financiador. Mais uma vez, o Estado através do sistema de crédito e da dívida pública garante ao capital individual as condições para a sua reprodução e acumulação. Em *O capital*, Marx destaca em várias passagens essa ação combinada exercida por Estado e capital privado. Marx afirma que o Estado mediante o sistema de crédito público tem cumprido um papel determinante na produção capitalista desde os tempos da acumulação primitiva.³ O crédito

2. Desde a visita do presidente George W. Bush ao Brasil em 2007, os dois países têm buscado estabelecer uma interessante parceria econômica e política para legitimar internacionalmente a produção do etanol. Bush já anunciou que pretende reduzir nos próximos anos o consumo de petróleo em até 20%. Isso também é parte de uma estratégia que busca reduzir o poder político e econômico de grandes produtores de petróleo e adversários dos Estados Unidos, como o Irã e a Venezuela.

3. “A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas

do Estado se originou ainda durante o período medieval nas cidades mercantis de Gênova e Veneza. Durante o período manufatureiro esse sistema se alastrou pelo continente europeu e por todo o mundo. O financiamento do Estado é para os capitalistas, ainda hoje, um dos mais importantes meios de impulsionar o processo de acumulação.

Atualmente, o Brasil possui cerca de 350 usinas de álcool em funcionamento. O Estado de São Paulo é o maior produtor do país com aproximadamente 170 usinas. Segundo pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), entre 2005 e 2006, a área com cultivo de cana passou de 5,62 para 7,04 milhões de hectares. Atualmente, o Brasil tem uma produção de cerca de 500 milhões de toneladas de cana por ano, que resultam em 20 bilhões de litros de álcool.

Estimativas divulgadas pela Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) confirmam que a expansão do setor açucareiro deverá alcançar a taxa de 114% nos próximos 5 anos. Por suas especificidades naturais, como relevo, expansão territorial, disponibilidade hídrica e clima tropical, o Brasil tem um grande potencial para desenvolvimento e ampliação do plantio de cana-de-açúcar. Nos próximos anos as lavouras de cana devem se expandir furiosamente sobre novas fronteiras, principalmente no cerrado, Pantanal e Amazônia e converter matas preservadas e terras destinadas a pastagens e ao plantio de cereais em grandes canaviais.

O Brasil de até finais do século XIX teve sua produção voltada para produtos *in natura* que abasteciam o mercado externo. Apenas na virada do século XX começou um processo de industrialização que se desenvolveu de forma retardatária, mas ganhou impulso principalmente nas décadas de 1930 e 1950. Todavia, desde a década de 1980, o setor agro-primário-exportador voltou a crescer demasiadamente em detrimento do setor industrial. Com a abertura aos mercados internacionais e as privatizações, o Brasil voltou a ser um grande exportador de recursos naturais.

A expansão da cana pelo vasto território nacional reforça a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho como produtor de *commodities*. Mesmo não dependendo exclusivamente da produção de suas lavouras, o Brasil cada vez mais se aperfeiçoa na exportação de produtos de origem agrícola e desenvolve o chamado *agribusiness*.

alavancas da acumulação primitiva. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor por esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária.” (MARX, Ed. Abril, 1984, p. 288).

1. Empresa do ex-presidente da Petrobras Henri Philippe Reichstul.

Imensas quantidades de recursos serão aplicadas neste ramo da produção, aumentando ainda mais o PIB do setor, que cresce a cada ano numa escala muito superior ao PIB da indústria.

O desenvolvimento da produção de biocombustíveis, junto com a extração de petróleo em alto-mar, certamente colocará o Brasil, num curto espaço de tempo, entre os mais importantes países capitalistas do planeta, capaz de competir com as mais modernas indústrias agrícolas do mundo, principalmente a norte-americana. Contudo, as indústrias do biocombustível e da extração e refino de petróleo empregam pouca força de trabalho e pouco contribuem diretamente para o desenvolvimento das forças produtivas da indústria de transformação.

Cada vez mais, a economia brasileira tem caminhado na direção de uma desindustrialização, na medida em que cresce a especialização na exploração direta dos recursos naturais. A produção do etanol e a crescente expansão das plantações de cana por todo o território nacional evidenciam a consolidação desse processo, no qual o Brasil se caracteriza como um país produtor de commodities e desindustrializado.⁴

Os trabalhadores da cana

A grande procura pelo etanol brasileiro no mercado internacional se deve em grande parte a seu preço. O álcool produzido no Brasil por meio da cana-de-açúcar é duas vezes mais barato que o norte-americano. O preço baixo do etanol brasileiro é resultado direto da superexploração e dos baixos salários pagos aos trabalhadores da indústria da cana. Segundo a professora Maria Aparecida Moraes, do departamento de sociologia da Unesp de Araraquara, é a exploração que garante a expansão do cultivo de cana-de-açúcar. “O aumento da produção, com a entrada inclusive de capital estrangeiro, caminha lado a lado com os baixos salários”.

Em muitos casos esses operários são migrantes. Nas grandes usinas de etanol instaladas no interior de São Paulo, a maior parte dos trabalhadores é proveniente de Minas Gerais ou do nordeste. Esses trabalhadores são atraídos por falsas promessas de salários estáveis e elevados. Contudo, depois

4. Sobre a desindustrialização latino-americana e crescente especialização na produção de *commodities*, ver: Jadir Antunes. “América Latina: desindustrialização, desemprego em massa, miséria e barbárie no limiar do século XXI”. In: MAISVALIA 01. São Paulo, Týkhe, 2007, p. 58 – 69.



Cortadores de cana: condições de trabalho se assemelham àquelas do século XVI.

de viajar e chegar ao local de trabalho, o trabalhador encontra condições praticamente escravistas. O salário de um cortador de cana, na maioria dos municípios do Estado de São Paulo, gira em torno de R\$ 400,00 a R\$ 500,00 e em outras regiões do país, como o nordeste, esse salário é ainda mais baixo. Isso significa que o bóia-fria recebe cerca de R\$ 2,50 por tonelada de cana cortada.

A jornada de um cortador de cana começa por volta das 4 horas da manhã, quando ele acorda e prepara sua marmitta. No máximo até 5 horas da manhã já está esperando pelo ônibus que o levará até a lavoura. Às 6 horas da manhã, lança suas primeiras facadas. A jornada só termina quando o sol começa a se esconder no horizonte. Por volta das 18 horas eles voltam para casa, exaustos, tão moídos como a cana que foi cortada. Esses operários cortam cerca de 12 toneladas de cana, em 10 horas diárias, de segunda a sábado.

Não é nenhum exagero afirmar que esses trabalhadores, forçados a uma jornada exaustiva, podem morrer devido ao excesso de trabalho nos canaviais. Apenas nos últimos 2 anos, pelo menos 13 cortadores de cana faleceram no interior de São Paulo e as mortes foram causadas diretamente pelo excesso de trabalho.

Eles são homens comuns e não ciclopes. Além de certo ponto falha sua força de trabalho, o torpor os domina. Seus cérebros param de pensar e seus olhos de ver. (O capital, MARX, 1983, p. 203).

Em *O capital*, Marx afirma que trabalhar até a morte estava na ordem do dia. Hoje, quase 150 anos após sua publicação, tal afirmação continua atual. No capítulo sobre a jornada de trabalho, Marx enfatiza que:

O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que interessa a ele, pura e simplesmente, é um maximum de força de trabalho que em uma jornada de trabalho poderá ser feita fluir. E acrescenta:

O capital não tem, por isso, a menor consideração pela saúde e duração de vida do trabalhador, a não ser quando é coagido pela sociedade a ter consideração. (1983, 212 – 215).⁵

Pesquisadores afirmam que a vida útil dos trabalhadores da indústria da cana

é atualmente inferior a dos escravos que trabalhavam nos engenhos de açúcar no período do Brasil colonial. Nas décadas de 1980 e 1990, o tempo em que o cortador de cana ficava em atividade era de 15 anos, enquanto que a partir de 2000 já atingia os cerca 12 anos. É evidente que a cada ano se deterioram as condições de trabalho e aumenta a exploração sobre esses trabalhadores, que assim como a cana são espremidos, até a última gota de sangue e suor.

Pesquisadores apontam que uma importante questão a ser discutida é a forma de pagamento dos cortadores de cana. A maioria das empresas define a remuneração pela produção do trabalhador, ou seja, o bóia-fria recebe de acordo com a quantidade de cana cortada por ele diariamente. À primeira vista, o salário por produção é o pagamento exclusivo ao que o operário produziu. O salário corresponde, assim, à produtividade do trabalhador, como o pagamento ao trabalho já objetivado, encobrindo e mistificando a verdadeira relação, ou seja, encobrindo que o salário corresponde à força de trabalho do operário. Sob a forma do salário por peça, o operário, enganado por formas fantasmagóricas, pensa estar recebendo o valor de todas as toneladas de cana cortadas.

O salário por produção encerra uma série de vantagens ao capitalista, pois essa forma variada e ilusória do preço da força de trabalho acaba por fazer com que os trabalhadores, por interesse próprio, aumentem a produção, sem ser necessária sua coerção pelo capitalista. Com o salário por peça a produção se eleva em dois sentidos. Primeiro, pelo aumento da intensidade do trabalho, pois, como argumenta Marx, na seção VI de *O capital*:

É naturalmente do interesse pessoal do trabalhador aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade. (1984, p. 141).

Assim, o cortador de cana se esforça ao máximo e aumenta a intensidade do seu trabalho, objetivando aumentar na mesma proporção o seu salário.

Segundo, para aumentar o seu salário diário ou semanal, o operário também acaba por aumentar a sua jornada de trabalho e, assim, cortar ainda mais cana. Segundo Marx:

É interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois com isso sobe seu salário diário ou semanal. No entanto, ele nos alerta: O prolongamento da jornada de trabalho, mesmo permanecendo constante o salário por peça, implica em si e para si uma baixa de preço do trabalho. (1984, p. 141–142).

Diferentemente do salário por tempo, onde todos os operários recebem o mesmo salário por uma jornada de trabalho de 10 horas, onde se adota o salário por produção predominam as diferenciações individuais devido aos diferentes níveis de habilidade, força e intensidade de trabalho entre os trabalhadores. O quer dizer que, mesmo com todos os trabalhadores realizando uma jornada de 12 horas, o salário diário de cada um apresentará diferenciações, provocando uma concorrência entre eles. Portanto, a forma do salário por peça, além de ser a mais lucrativa para o capitalista por aumentar a sua produção, ainda desenvolve a noção para o operário de liberdade e de individualidade, de maneira que aparenta ao trabalhador que ele próprio é que determina seu salário. “Do exposto resulta que o salário por peça é a forma de salário mais adequada ao modo de produção capitalista”. (MARX, 1984, p. 142).

O trabalhador sofre uma pressão muito grande para atingir as metas de produção estabelecidas pela empresa, já que essa é a única forma dele garantir o seu salário ao final do mês. Nos últimos 10 anos, a produção de um cortador de cana dobrou. Num período anterior, a média de corte diário de cada trabalhador não chegava a 6 toneladas no Estado de São Paulo e no Nordeste girava em torno de 3 toneladas. Atualmente, com a produção do etanol, a média em São Paulo está em 12 toneladas por dia e no Nordeste alcança as 10 toneladas.

Além disso, atualmente são produzidas diferentes variedades de cana e as usinas de etanol têm optado por uma cana 20% mais leve, que concentra mais sacarose. A produção desse tipo de cana é melhor para empresa e muito pior para o trabalhador, que precisa cortar mais cana pra ganhar o mesmo salário. Segundo o professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Paulo José Adissi:

A produção do etanol brasileiro extrai o sangue das pessoas. O cortador tem que trabalhar para atingir as metas, para contornar as fraudes contra ele. A última coisa que resta a ele é ultrapassar o limite do corpo.

O Ministério Público do Trabalho registrou em 2006, no Estado de São Paulo, 148 procedimentos ativos na Procuradoria Regional do Trabalho, contra usinas de cana-de-açúcar. As principais denúncias foram decorrentes dos malefícios causados pelo trabalho por produção. Ainda assim, essa questão não está na pauta de negociações entre trabalhadores e empresas. Diante de toda a pressão e exploração exercidas sobre o trabalhador, muitos sindicatos se revelam verdadeiros traidores da classe trabalhadora.

5. Relatos de alguns trabalhadores afirmam que quando o cortador de cana começa a se sentir mal ou desmaia devido ao excesso de trabalho, os patrões preparam um soro caseiro, então o cortador bebe e volta ao trabalho. Isso é uma prática comum nas empresas que possuem um “sistema médico” para atendimento ao trabalhador.



Destruição da natureza para produzir combustível "ecologicamente correto".

Um dos casos mais reveladores ocorreu em São Joaquim da Barra, no interior de São Paulo, na Usina Alta Mogiana. A usina e quatro sindicalistas foram alvo de uma ação civil pública do Ministério Público do Trabalho por terem fechado acordos coletivos que eliminavam direitos trabalhistas. Segundo Renata Cristina Petrocino, da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas), "além de impedir o descanso, o texto ainda impedia o empregado de receber as horas extras correspondentes a este período trabalhado, que lhe são garantidas pela CLT, explorando ainda mais o já exaurido trabalhador".

O processo de produção da cana e do etanol é um dos que atualmente mais explora os trabalhadores, colocando-os em condições de trabalho subumanas. Os cortadores de cana são obrigados a

trabalhar em péssimas condições, submetidos a uma superexploração equivalente ou maior do que a sofrida por um escravo. Diante de várias denúncias, foi instalado um grupo móvel do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para visitar fazendas e fiscalizar as condições de trabalho em diversas usinas. O resultado dessa investigação foi a descoberta e a libertação de milhares de pessoas que trabalhavam em condições degradantes. Em 2006, o grupo móvel do MTE encontrou mais de 4 mil cortadores de cana trabalhando em condições desumanas em várias fazendas do país. Em 2007, foram libertados 5.877 trabalhadores em condições análogas à escravidão. Mais da metade desses trabalhadores eram cortadores de cana.

A cada jornada de trabalho de cada operário, o capital agroindustrial canavieiro arranca suor e sangue da classe

trabalhadora. O Brasil que se especializa cada vez mais na agroindústria, na produção de commodities, se especializa também em torturar, explorar e matar os trabalhadores da cana. A indústria moderna que se alastra pelo campo desenvolve as forças produtivas, aumenta a maquinaria, aumenta a produção e, no mesmo sentido, aumenta a intensidade e a exploração sobre o trabalhador. A agroindústria canavieira do século XXI parece ter transformado apenas o suporte técnico-material, pois as relações de trabalho parecem ser iguais às do século XVI. Se há quinhentos anos era do sangue dos escravos que se fazia brotar dinheiro, hoje ele brota do sangue do trabalhador moderno, dito livre, mas tão explorado quanto antes.

A destruição do meio ambiente

O avanço da produção de cana pelo território nacional já preocupa pesquisadores e ambientalistas. Se por um lado os biocombustíveis parecem diminuir as emissões de gases poluentes, por outro lado a sua produção parece diminuir também as áreas preservadas, colocando em risco florestas e matas. Não obstante, até mesmo a afirmação de que o etanol é uma energia limpa e que diminuirá o aquecimento global, tem sido questionada por diversos pesquisadores.

A professora Mae-Wan-Ho, da Universidade de Hong Kong, afirma:

Os biocombustíveis têm sido propagandeados e considerados erroneamente como neutros em carbono, como se não contribuíssem para o efeito estufa na atmosfera; quando são queimados, o dióxido de carbono que as plantas absorvem quando se desenvolvem nos campos é devolvido à atmosfera. Ignoram-se assim os custos das emissões de CO₂ e de energia dos fertilizantes e pesticidas utilizados nas colheitas, dos utensílios agrícolas, do processamento e refinação, do transporte e da infra-estrutura para distribuição.

Ora, o etanol só pode ser considerado uma "energia verde" quando se abstrai de todos os procedimentos realizados na sua produção, como o processo de queima da cana, o seu transporte e a utilização de fertilizantes.

Por conseguinte, o etanol não representa uma ameaça apenas para a atmosfera, mas principalmente para os ecossistemas da Amazônia e do Pantanal. Em seus discursos, o presidente Lula tem classificado como "mito" a afirmação de que a cana é uma ameaça à produção de alimentos e às florestas

tropicais. Assim, na última Conferência Internacional de Biocombustíveis, realizada em Bruxelas, Lula retirou a decisão de proibir o plantio de cana-de-açúcar na Amazônia. Somando a permissão e o incentivo financeiro do governo federal ao preço baixo da terra e da força de trabalho, a região norte do país atrai cada vez mais as usinas de etanol, ampliando a produção da cana e impulsionando o desmatamento da região.

Em 2006, somando as produções de Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Amazonas e Pará, já se produziam, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), 19 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na Amazônia Legal. Em Nova Olímpia, no Mato Grosso, por exemplo, situa-se uma das três maiores usinas do país, a Itamaraty, que na safra de 2007 colheu 7 milhões de toneladas.

Mas não é apenas a Amazônia que está ameaçada. No Mato Grosso do Sul, a instalação de diversas usinas de álcool representa um grande risco para a preservação do Pantanal. Recentemente foi permitida a produção de etanol na região serrana que divide de norte a sul o Estado, na área que delimita as bacias dos rios Paraguai e Paraná. Contudo, essa permissão só foi possível depois de aprovada uma nova legislação que mudou a Lei Estadual nº 328, criada em 1982, para vetar esse tipo de empreendimento em toda a bacia do Paraguai. Segundo a Secretaria de Estado de Produção e Turismo (Seprotur), as plantações de cana já ocupam mais de 146 mil hectares no Estado.

Ambientalistas denunciam os riscos que a produção de etanol pode provocar ao meio ambiente. Segundo alguns pesquisadores, existe uma grande possibilidade de contaminação dos rios que cortam o planalto pantaneiro. O risco é que os rios da região sejam contaminados pelo vinhoto, líquido tóxico produzido pelo processo de destilação do álcool. Essa substância absorve o oxigênio da água, provocando a morte de inúmeras espécies aquáticas.

Alessandro Menezes, da ONG Ecologia e Ação (Ecoa), afirma ainda que as usinas podem despejar no solo e em rios outros poluentes, como água cáustica, anticorrosivos e detergentes. Existe ainda a possibilidade da contaminação do Aquífero Guarani, reserva subterrânea de água doce. Além do risco da contaminação com substâncias tóxicas, Menezes alerta: “A monocultura da cana pode alterar grandes áreas de cerrado, comprometendo a biodiversidade e desfigurando o entorno do Pantanal, região considerada Patrimônio da Humanidade pela Unesco”.

Ignorando todos esses diagnósticos, o secretário estadual, Dagoberto Nogueira Filho, um dos principais

defensores da instalação de usinas de etanol nas proximidades do Pantanal, afirma que a cana é a melhor opção para a região em substituição à pecuária e à soja. Segundo Dagoberto: “Com o preço destas mercadorias caindo, nosso Estado está padecendo de uma saída lucrativa. Com este tipo de investimento, vejo o Brasil no futuro como uma espécie de Arábia Saudita de uma das principais fontes de energia renovável do mundo”.

É evidente que para os defensores da produção de etanol o fator determinante é o econômico. Dessa forma, em favor do lucro e do suposto desenvolvimento, ignoram os riscos ambientais e a iminente destruição do meio natural. Já afirmava Marx (1984, p. 288) que a sociedade produtora de mercadorias “Proclamou a extração de mais-valia como objetivo último e único da humanidade”.

A produção de etanol, denominada “energia verde”, tem se expandido rapidamente por todo o país, atingindo as regiões da Amazônia e do Pantanal e colocando em risco a preservação desses importantes ecossistemas. Ao contrário do que se acredita e divulga, a produção do etanol não é a solução para a preservação do meio ambiente, mas, cada vez mais, o combustível dito “ecologicamente correto” aparece como um monstro que de maneira avassaladora segue ampliando a destruição da natureza em nome da valorização do capital.

Redução da produção de alimentos, inflação e reforma agrária

Outra importante questão que deve ser analisada é a relação entre a ampliação desenfreada das áreas produtoras de cana em detrimento das áreas produtoras de alimentos. Pesquisadores têm alertado que a expansão da produção de etanol representa um risco à produção alimentar, que provocará a curto prazo, como já tem ocorrido, uma grande inflação no preço dos alimentos e agravará profundamente o problema da fome mundial. Em 2008, a inflação dos alimentos no Brasil alcançou índices muito elevados. O feijão, a carne, o leite e o arroz, alguns dos produtos mais básicos para a alimentação dos brasileiros, sofreram elevações substanciais.

No Mato Grosso do Sul, a cana-de-açúcar tem conquistado espaço e ocupado áreas de pastagem. O coordenador da Comissão de Álcool e Açúcar da Federação de Agricultura e Pecuária do

Estado de Mato Grosso do Sul (FAMA-SUL), Francisco Cintra, afirma que “60% das áreas incorporadas no plantio de cana são de pastagens”. Isso tem provocado uma diminuição no rebanho bovino do Estado e, por conseguinte, menor oferta de carne no mercado e crescente inflação. Sônia Hess, professora da UFMS, alerta:

Hoje as plantações de cana estão sendo instaladas, tanto em áreas de pastagens degradadas, como também em áreas com solos férteis, onde tradicionalmente se produzia alimentos. Considerando que a cana não pode ser transportada a grandes distâncias e que as usinas são empreendimentos permanentes que custam milhões de dólares, toda essa terra fértil estará comprometida, por um longo tempo, com o cultivo de cana. A pergunta que tem que ser feita é: será que não vai faltar terra fértil para produzir alimentos?

Também na região oeste de São Paulo, a produção de etanol tem avançado rapidamente e ocupado o espaço da produção de laranja. No Paraná, a produção de álcool tende a disputar e ganhar espaço que hoje é ocupado pelas lavouras de milho. Mylena Fior, da Agência Brasil, afirma: “Apesar dos esforços do governo brasileiro para convencer a comunidade internacional do contrário, os biocombustíveis continuam na lista dos vilões da alta nos preços mundiais de alimentos”.

Robert Zoellick, presidente do Banco Mundial, e o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, atribuíram parte da culpa pela inflação alimentar aos biocombustíveis. Zoellick afirmou que “diversos fatores afetaram os preços, mas não há dúvida de que os biocombustíveis estão entre eles”. Segundo dados do Banco Mundial, os preços de grãos e cereais mais que dobraram nos últimos 2 anos, alcançando uma inflação média de 60%.

Diversos pesquisadores e organizações internacionais têm evidenciado o risco que a produção de etanol significa para a produção de alimentos. Diante desse processo em que se espalham pelo país grandes propriedades produtoras de commodities, que produzem em especial para o mercado externo, alimentos básicos que compõem a mesa do trabalhador, como o arroz e o feijão, ficam restritos às pequenas propriedades ou precisam ser importados. Nesse sentido, a reforma agrária tem sido incentivada pelo próprio Estado burguês como um meio de tentar abastecer a produção alimentícia no mercado interno, evitando a inflação e o aumento da tensão social.

A redução das áreas destinadas ao plantio de alimentos tem promovido uma crescente inflação. Tal processo tem afetado diretamente a grandeza da



Reforma agrária, “forma de reproduzir a sociedade do capital e não de destruí-la”.

massa de mais-valia acumulada pelo capitalista. Dado que o valor da força de trabalho é determinado pelos meios de subsistência necessários para a reprodução do trabalhador e de sua família⁶, um processo inflacionário provoca o aumento no valor da manutenção da força de trabalho e, por conseguinte, eleva os custos de produção para o capitalista, diminuindo, assim, a massa de mais-valia por ele capitalizada.

Nesse sentido, um processo de reforma agrária que produzirá o aumento da produção de alimentos, a partir da pequena propriedade, é um projeto necessário para a própria reprodução e ampliação do capital. A reforma agrária poderá abastecer o mercado interno e, ao fornecer alimentos para a cidade, acaba por regular o mercado, estabilizando os preços e reduzindo o valor da força de trabalho, os custos de produção do capitalista e, por fim, aumentando a mais-valia na forma relativa.

Os lucros e a expansão das grandes propriedades produtoras de cana ou de soja são garantidos pela manutenção da pequena propriedade, que não produz valores de uso para subsistência, mas produz valores de troca que abasteçam o mercado interno, suprindo a lacuna deixada pelo latifúndio exportador. Para que a grande propriedade e os lucros do capital não sejam ameaçados diante de um desabastecimento interno, de uma crescente inflação de alimentos ou de um levante social contra a fome é preciso manter a pequena propriedade produzindo e abastecendo as cidades, ajudando, assim, a regular o mercado e evitando crises.

Uma análise atenta comprova que a sobrevivência da pequena propriedade num mundo completamente dominado pelo vampiro do capital só se realizou devido a subordinação dos pequenos produtores às leis do mercado, ao planejamento e ao controle das grandes indústrias de alimentos, como frigoríficos, laticínios e multinacionais que transformam industrialmente carne bovina, aviária e suína em produtos congelados.

Diante dessa integração forçada entre os pequenos produtores e as grandes multinacionais, os primeiros tornam-se subordinados aos segundos. Por meio de um contrato e uma tabela fixa de preços, os pequenos produtores são obrigados muitas vezes a venderem seus produtos por um preço abaixo do mercado e para uma única empresa. Se estabelece uma relação de monopólio. Por conseguinte, integrados e subordinados à grande indústria, os pequenos lucros do produtor não lhe possibilitam acumular ou ampliar a produção e sua propriedade. A qualidade de vida desse produtor não é superior a do operário da indústria.

A pequena propriedade só sobreviveu na medida em que foi integrada à lógica de produção capitalista, transformando os pequenos produtores independentes e autônomos em servidores do capital. Dessa forma, o pequeno produtor aparece como um operário assalariado que trabalha para um determinado patrão enriquecer mediante a apropriação de seu trabalho.

Tal processo evidencia que a sobrevivência da pequena propriedade é necessária e não entra em contradição com a produção capitalista. A reforma agrária e o desenvolvimento da pequena propriedade privada não são um projeto revolucionário. Pelo contrário, trata-se de mais um empreendimento inserido

na lógica da produção capitalista. A luta por um limite máximo de tamanho da propriedade da terra, apesar de aparecer como uma proposta radical, está longe de ser um projeto socialista e contra o capital. Seu programa político não é nada mais que um projeto reformista estritamente limitado.

A luta pela reforma agrária, sem um processo revolucionário, sem a tomada do poder pelo proletariado e a transformação da relação capital-trabalho, é apenas mais uma forma de reproduzir a sociedade do capital e não de destruí-la. A luta contra o capital é a luta pela superação e negação das contradições desenvolvidas e postas na própria forma mercadoria. Parcelar as grandes propriedades em inúmeras pequenas propriedades privadas não coloca em cheque a forma mercadoria ou a reprodução do capital. Pelo contrário, como vimos, em determinadas circunstâncias, a reforma agrária acaba contribuindo para a reprodução e ampliação do capital.

Ao se referir ao projeto da sociedade que negará o capital, Marx afirma:

Esta não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre o fundamento do conquistado na era capitalista: a cooperação e a propriedade comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho.

Essa importante passagem deixa claro que a luta contra o capital não é a luta pelo restabelecimento da pequena propriedade privada individual, mas a luta pela propriedade coletiva da terra e de todos os setores produtivos controlados pela livre associação dos trabalhadores.

Verificamos então que o Brasil, com a ampliação da produção do etanol, longe de se desenvolver no sentido da “autosustentabilidade”, se desenvolverá cada vez mais no sentido da destruição da natureza e do trabalho, as duas fontes originais da riqueza. Por trás do discurso ecologicamente correto se escondem grandes interesses econômicos, grandes indústrias nacionais e internacionais atreladas ao Estado na busca incessante pelo lucro. Acima dos interesses pela preservação ambiental está a lógica do capital que impulsiona a valorização infinita do valor, ou seja, a busca incessante e irracional por transformação de dinheiro em mais dinheiro. ■

6. “O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução desse artigo específico.” (MARX, 1983, p. 184).



MARX E A CRISE GLOBAL DO CAPITAL

Jadir Antunes

A consideração de seu próprio lucro privado é o único motivo que leva um capitalista qualquer a empregar seu capital na agricultura, na indústria ou em algum ramo particular do comércio atacadista ou varejista.

(Adam Smith, *A Riqueza das Nações*).

Este artigo pretende explicar os fundamentos da atual crise capitalista. Não iremos descrever aqui as causas da crise nem suas origens empíricas, mas seus fundamentos mais profundos e ocultos ao olhar do trabalhador e do homem comum. Para uma compreensão mais profunda da crise sugerimos a leitura do livro *O Movimento Dialético do Conceito de Crise em O capital de Karl Marx*, de Jadir Antunes e Hector Benoit, lançado neste começo de 2009 pela editora Týkhe.

Se olharmos para os jornais burgueses que discutem a crise, veremos que todos dirão que a crise atual teve origem no mercado imobiliário norte-americano, que foi provocada por um erro de cálculo dos grandes operadores deste mercado ao superestimarem as necessidades dos consumidores por novas moradias. Uma segunda explicação, que se soma a essa e é bastante corriqueira nesses jornais, busca justificar a crise pela má condução do crédito bancário. Segundo essa versão, os bancos de crédito teriam investido no mercado imobiliário sem conhecer profundamente a capacidade de pagamento dos compradores de casas, que em sua maioria encontravam-se em sérias dificuldades para honrar suas contas no mercado.

Uma vez que a crise se instalou no mercado imobiliário norte-americano, ela teria se espalhado por outros mercados e países, contaminando, dessa forma, todos os grandes negócios e empresas que operam no mercado mundial.

A crise, assim, pela ótica da imprensa econômica, surge de um fator aleatório e subjetivo possível de ser evitado, caso banqueiros e construtores não cometam erros na condução dos negócios.

Essa explicação, porém, além de superficial, esconde em seu seio uma verdade constantemente repudiada pelos capitalistas: a de que a sociedade moderna é uma sociedade irracional e anárquica, sem nenhuma consideração pelas necessidades humanas, especialmente as dos trabalhadores; a de que ela não produz com a finalidade de satisfazer nossas necessidades, e sim para valorizar o capital.

1. As crises nas sociedades pré-capitalistas

De todas as formas de produção desenvolvidas pela humanidade, apenas na sociedade capitalista podemos encontrar crises econômicas, isto é, somente aqui podemos encontrar paralisações súbitas no processo de produção decorrentes do próprio modo de organizar a produção. Não podemos dizer que nos modos de produção que antecederam a sociedade capitalista—modos baseados no valor de uso do produto e na produção destinada à satisfação das necessidades humanas, mesmo que essas necessidades fossem as da classe dominante e não a dos produtores diretos—existiam crises surgidas da economia. Sob o capitalismo, porém, elas aparecem regularmente com um poder avassalador e incontável destruindo forças produtivas e vidas humanas, assim como grande parte da riqueza já produzida.

Nas sociedades pré-capitalistas as crises, quando ocorriam, apareciam apenas esporadicamente e possuíam suas bases fora da produção, normalmente em fenômenos naturais (uma grande seca, um terremoto, uma tempestade, uma epidemia de praga etc.) ou em fenômenos como a guerra, que destruíam os campos de plantação ou deslocavam grandes contingentes de trabalhadores da produção para os campos de batalha. Em todos esses casos as crises surgiam como algo acidental, esporádico e imprevisível, como algo externo às relações de produção.

Ou seja, se podemos encontrar grandes crises econômicas em sociedades organizadas sob o modo de produção asiático como o Antigo Egito, China e Índia, em sociedades escravistas como Grécia e Roma Antigas e em todas as sociedades feudais da Europa Medieval, essas crises não se deviam ao modo de organização da produção ou à natureza dessas sociedades, mas sim a fatores externos como os citados acima. Nessas sociedades não havia crises como há na moderna sociedade capitalista porque nelas não se produzia mercadorias, ao menos não de forma predominante. Nessas sociedades, o móvel da produção não era a valorização da riqueza produzida e sua ampliação sem fim, mas sim a satisfação das necessidades, quase sempre limitadas, das classes dominantes.

Em casos mais remotos, a ruína dos produtores por dívidas e o esgotamento dos solos de cultivo, sem a possibilidade de expansão da agricultura para novas áreas, ajudavam a provocar o fracasso das colheitas. Essas crises, porém, ao contrário das crises capitalistas, caracterizavam-se todas pela subprodução e não pela superprodução, por uma redução global da produção e das reservas da sociedade e não por um excesso de riqueza produzida e estocada nos grandes armazéns, em busca de compradores.

Como nessas sociedades pré-capitalistas o trabalho agrícola constituía a base de toda a produção, as crises se caracterizavam, sobretudo, por uma redução da produção de alimentos. As crises nessas sociedades, ao contrário das crises modernas que atingem regularmente todo o mercado mundial, ocorriam apenas esparsa e localizadamente, podendo, em alguns casos, ser compensadas pela provisão de gêneros de outras regiões.

Em estágios superiores de desenvolvimento, porém, onde o valor de troca já goza de um considerável domínio sobre o valor de uso, onde as trocas constituem não apenas um meio de provisão das carências ocasionais, mas sim um meio de enriquecimento, as crises passam a adquirir uma nova determinação fundamental. Com o

desenvolvimento das trocas e a transformação generalizada dos produtos em mercadoria e esta em dinheiro, as crises podem ser ocasionadas não mais apenas por fatores extra-econômicos, mas também por determinações que surgem do interior das próprias relações de produção e de troca, ou seja, da natureza da própria sociedade.

2. As primeiras explicações para as crises

As modernas crises de superprodução, capazes de paralisar abruptamente a produção, começaram a surgir no período da história moderna conhecido como mercantilismo, período em que as trocas e a produção voltada para elas experimentaram o poderoso impulso dado pelo nascente mercado mundial de especiarias do Oriente e da tecelagem inglesa. Desse período até o final do século XIX serão freqüentes as queixas dos comerciantes europeus (especialmente na Inglaterra, Itália, Holanda e França, berços originários do capitalismo) contra a falta de compradores para suas mercadorias devido a um excesso delas no mercado. Será também freqüente a quebra de comerciantes, fabricantes e banqueiros devido às crises decorrentes do excesso de produção invendável. Do mercantilismo até cerca de 1825, as crises irão se tornando cada vez mais freqüentes, superando seu caráter ocasional para adotar um caráter regular e cíclico. Com a plena consolidação da revolução industrial e uma produção que ultrapassa largamente a capacidade de absorção do sistema, elas se converterão em crises gerais. Elas irão, por isso, alargando cada vez mais sua área de atuação, ultrapassando as fronteiras nacionais e alastrando-se por toda a Europa desenvolvida. As crises irão, ainda, a partir da segunda metade do século XIX, ultrapassar as fronteiras continentais mergulhando também toda a América nos freqüentes turbilhões econômicos experimentados pela Europa.

A crise de superprodução era, na época de Marx, comparada a uma doença chamada de *pletora*. Pletora é uma doença que provoca a produção excessiva de sangue no corpo. Com sangue em excesso o corpo entra em colapso e morre por abundância deste líquido vital.

A Economia Política foi a ciência que primeiro se preocupou, para não dizer exclusivamente, em explicar a origem das crises do capitalismo. As múltiplas explicações encontradas podem ser reunidas em dois grandes grupos: o daqueles que negavam a possibilidade das crises e o daqueles que



Adam Smith

reconheciam sua possibilidade. Entre os primeiros destacaram-se economistas como Adam Smith (1789), James Mill (1808), MacCulloch (1849) e, principalmente, Jean Baptiste Say (1803), formulador da famosa *Lei dos mercados de Say* e, ainda, David Ricardo (1818), o grande economista inglês, bastante elogiado por Marx.

Say e Ricardo procuraram explicar a impossibilidade das crises de superprodução amparados no dogma infantil de que a natureza da produção capitalista não é em nada distinta, ou então, apenas formalmente distinta, da natureza das sociedades que antecederam o capitalismo. Amparados na falsa concepção de que o dinheiro como capital não se distingue do dinheiro como simples meio de circulação, de que a produção capitalista possui como fonte impulsionadora o valor de uso do produto e não seu valor de troca e de que a natureza contraditória da mercadoria enquanto valor de uso e valor não se opõe ao livre desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, ambos buscaram negar a possibilidade da economia capitalista ser destruída por crises surgidas na esfera da produção.

Say procurou sintetizar numa fórmula a lei que impossibilitava a irrupção de crises econômicas generalizadas de superprodução a partir das bases do próprio capitalismo. Para ele, a produção criaria espontaneamente sua própria procura e os produtos, apesar da intermediação formal do dinheiro, seriam sempre trocados por produtos. Ricardo, apesar de seu elevado senso científico, acreditara nesse dogma da economia vulgar e admitira como única possibilidade de crises as decorrentes de uma queda na taxa de lucro como efeito da elevação dos salários. E esta elevação de salários Ricardo procurava explicar



Jean Baptiste Say

como sendo produto de uma causa natural,—externa, portanto, à natureza da sociedade capitalista—a queda na fertilidade dos campos de trigo na Inglaterra, ou sua longa distância das cidades consumidoras.

Todos nós sabemos que na sociedade capitalista trocamos sempre mercadoria por dinheiro e dinheiro por mercadoria. Se abstrairmos o dinheiro dessa relação, a troca se resumiria a uma troca de mercadoria por mercadoria, ou seja, a um escambo. Mas isso apenas se abstrairmos imaginariamente a figura do dinheiro na relação de troca. Say tentava justificar a impossibilidade das crises a partir dessa abstração, ou seja, a partir de uma idealização fantasiosa do mercado capitalista. É evidente que se a produção capitalista de mercadorias fosse uma troca direta de mercadoria por mercadoria, dificilmente ocorreriam crises como as avassaladoras crises de superprodução modernas. Mas é evidente também que nesse caso não haveria sociedade capitalista. No fundo, Say procurava negar a possibilidade das crises negando que a sociedade capitalista fosse realmente capitalista e voltada única e exclusivamente para o lucro. Em sua fantasia ideológica, a sociedade capitalista estava voltada para a satisfação das necessidades humanas.

David Ricardo acreditava nessa infantilidade de Say. Contudo, acreditava que seria possível a ocorrência de crises devido a uma permanente queda na taxa de lucro dos capitalistas. Todos nós estamos cientes de que nenhum capitalista produz sem obter lucro. Mas Ricardo sabia mais que isso: que nenhum capitalista investiria seu capital sem que ele rendesse uma certa taxa de lucro considerada normal. Quando essa taxa de lucro caísse abaixo desse patamar, todos os capitalistas paralisariam a produção



David Ricardo

e conduziriam a economia à crise. Ricardo explicava esse movimento como tendo sua origem numa alta de salários. Ele compreendia que havia uma relação contraditória entre lucros e salários, que quanto maior fosse um menor seria o outro. Ricardo acreditava que a alta de salários era provocada pelo aumento do preço do trigo, o principal componente da cesta básica do trabalhador inglês no século XIX. E o aumento do preço do trigo, por sua vez, era provocado pela escassez de terras férteis. Assim, com o rápido aumento do número de trabalhadores empregados devido à revolução industrial em curso nos séculos XVIII-XIX, associado com uma oferta lenta de trigo, o salário do trabalhador tendia a se elevar acima da média normal. E salário mais elevado significava menos lucro no bolso do capitalista e, assim, crise do sistema. Apesar de admitir a possibilidade de crise, Ricardo a concebia como decorrente de um defeito da Natureza, ou seja, da infertilidade dos solos, ou então, de sua longa distância dos grandes centros de consumo. Mas a baixa fertilidade e a longa distância poderiam ser corrigidas mediante desenvolvimento das forças produtivas do campo e dos sistemas de transporte.

Entre os economistas importantes que primeiro procuraram explicar a possibilidade das crises de superprodução encontram-se Sismondi (1819) e Malthus (1820). Ambos procuraram combater as teorias de Say e Ricardo baseando-se na noção de subconsumo. Para Sismondi, as crises de superprodução eram possíveis porque os operários não recebiam na forma de salário um valor equivalente à totalidade da riqueza por eles criada. Essa diferença entre o resultado total da produção e a parte sempre menor dela apropriada pelos trabalhadores, esse consumo da classe operária sempre

muito abaixo da riqueza por ela mesma criada, constituíam para Sismondi os fundamentos da possibilidade das crises de superprodução. Crises que poderiam ser evitadas caso os trabalhadores se apropriassem de uma parcela da riqueza maior que a habitual.

Malthus, um pastor luterano reacionário e defensor dos proprietários de terras, partia das mesmas conclusões de Sismondi. Porém, como defensor da decadente aristocracia feudal, acreditava que essas crises poderiam ser superadas mediante um acréscimo na renda da terra paga pelos arrendatários capitalistas aos proprietários fundiários. De posse de uma renda fundiária maior, os proprietários de terras poderiam consumir o excedente não consumível por trabalhadores e capitalistas—excedente este responsável pelas crises—eliminando, assim, a superprodução. Desse modo, para evitar as crises, Malthus defendia cinicamente a manutenção da miséria do trabalhador combinada com os bolsos cada vez mais cheios dos latifundiários ingleses.

Os primeiros economistas tentaram, cada um a sua maneira, dar uma explicação de conjunto para o funcionamento do sistema capitalista de produção. A mais científica e desenvolvida foi a de David Ricardo. A partir da segunda metade do século XIX, porém, surgiu uma escola de economia completamente nova: a chamada *escola marginalista*. Essa nova escola adotou um conjunto de princípios completamente estranhos aos princípios dos primeiros economistas—pelo menos aos princípios científicos que eles sustentavam, como o princípio da divisão da sociedade em classes e da luta entre elas pela distribuição da riqueza e o princípio de que o trabalho é a fonte da riqueza, ao lado da Natureza, como haviam descoberto os fisiocratas e mais tarde Smith e Ricardo. Essa nova escola abandonou toda tentativa de pensar a totalidade do sistema capitalista, suas contradições e seu ordenamento geral. Ela passou a se preocupar em explicar micro-questões sem grande importância científica apoiando-se na superficialidade mais aparente do sistema. Ao invés de buscar explicações para as contradições do sistema, ainda que negasse a realidade dessas contradições como fez J. B. Say, essa nova escola passou a fazer a apologia do capitalismo e a adornar sua irracionalidade. O grande lema dessa escola era o chamado *laissez-faire* da fisiocracia. Os fisiocratas, uma das primeiras correntes de economistas, acreditavam que o nascente mercado capitalista era regido pelas mesmas leis que regiam a natureza. Seu lema geral era: *laissez faire, laissez passer, le monde va par lui même* (deixe estar, deixe passar, o mundo vai por si mesmo). Lema conhecido como o do liberalismo econômico. Seus principais



Thomas Malthus



Jean Charles de Sismondi



John Maynard Keynes

expoentes foram Jevons (1871), Menger (1871), Walras (1874) e Marshall (1890).

Com a emergência dessa nova escola—marginalista—a economia deixou de ser Economia Política e passou a ser simplesmente economia. Ela separou-se da política e passou a estudar micro-questões insignificantes, como os desejos do consumidor e a otimização dos recursos disponíveis. Ela ainda abandonou a noção científica de que o valor das mercadorias está determinado pelo trabalho humano para defender que ele estaria determinado pela utilidade do produto ou pelos desejos do consumidor. Para os marginalistas, a questão das crises não tinha mais nenhuma importância, pois seria uma questão típica da modernidade, preocupada em explicar a totalidade do mundo e não as questões particulares e imediatas, como a questionada satisfação do consumidor. Mesmo em meio a crises cada vez mais gerais e destruidoras, essa escola se refugiou no formalismo das deduções matemáticas procurando demonstrar “racional e cientificamente” as condições gerais para o equilíbrio de mercado. Para essa nova escola, abertamente formalista e axiomática, a realidade não suscitava mais nenhum interesse, como suscitava para os economistas clássicos. A ela interessava apenas provar por meio de complicadas demonstrações matemáticas, de inspiração abertamente cartesiana, que a realidade empírica do mercado e os fatos estavam completamente errados e que a verdadeira natureza do mundo residia em suas vazias e abstratas demonstrações. Assim, a divisão da sociedade em três grandes classes sociais e a disputa permanente entre elas pela partilha da riqueza foi eliminada dessa nova teoria. E com esse matematismo vulgar foi eliminada também a questão do excedente real não consumível por

nenhuma dessas classes e responsável pelas crises da sociedade, pois todos os modelos elaborados pela escola provavam o contrário: a impossibilidade de uma crise geral de superprodução.

A escola marginalista fez sucesso até a eclosão da grande crise de 1929 e o colapso do mercado mundial durante a década de 30. Com a crise do chamado ajustamento automático dos mercados e da crença vulgar na impossibilidade do sistema em seu conjunto ser abalado por uma grande crise de proporções catastróficas, veio à luz uma nova escola econômica, a chamada escola keynesiana. John Maynard Keynes (1936), seu fundador, contudo, não criou nenhuma nova teoria para explicar ou esconder a crise. Ele apenas requentou Malthus dizendo que as crises são de fato inevitáveis para o sistema em seu conjunto e que elas se resumiam a uma crise de demanda. Para Keynes, a crise tinha sua origem num desajustamento entre oferta e demanda, ou seja, num desajustamento de mercado, que poderia ser corrigido elevando-se a demanda agregada da sociedade, especialmente a demanda do Estado. Na ótica dos economistas clássicos, as únicas forças produtivas da sociedade eram o trabalhador, o capitalista e os proprietários fundiários e era entre eles que a riqueza se distribuía. Para eles, o Estado não era uma força produtiva e sua tarefa restringia-se apenas a ordenar juridicamente a sociedade, garantindo segurança à propriedade e liberdade de indústria, sem intrometer-se na esfera da produção. A renda do Estado—formada a partir de impostos e coisas do gênero—era considerada uma renda subsidiária, ou seja, uma renda que recaía sobre a partilha da renda das três grandes classes da sociedade. O Estado, por isso, era concebido como um agente externo e, por isso, estranho

ao mercado e às relações de produção. Seu estudo, desse modo, estava além dos interesses da Economia Política.

Keynes, porém, acreditava que o Estado poderia ser integrado à esfera das forças produtivas passando a existir como um membro dela ao lado das classes capitalista, trabalhadora e fundiária. O Estado, assim, seria convertido em força produtiva capaz de evitar os profundos desajustes e desequilíbrios das forças privadas da economia. Mas, apesar de Keynes e sua fórmula aparentemente salvadora, o sistema continuou se desenvolvendo ao longo do século XX segundo princípios privados e permanecendo contrário a qualquer tentativa de regulá-lo externamente. Apesar de sua grande participação no desenvolvimento das forças produtivas durante o século XX, na forma de um Estado-empresário, o Estado continuou sendo um elemento externo e estranho às relações capitalistas de produção. Apesar da expansão da burocracia e de sua constante intervenção nas relações de produção, o Estado continuou—pela sua própria natureza—sendo um agente externo e subsidiário do sistema, como concebiam corretamente os clássicos do pensamento econômico. Por isso, mais do que regular o sistema, como desejavam os keynesianos, sua integração ao mercado e conversão em agente da produção e do consumo ao longo do século XX trouxe ainda mais desordem e anarquia.

Porém, após a morte de Keynes e o aparente longo período de prosperidade capitalista vivido desde o fim da crise de 1929 até a mais recente crise, nenhum novo economista surgiu para explicar o conjunto do sistema e suas insólitas contradições. Eles apenas conseguem repetir os argumentos mais vulgares e comuns de economistas como Say,

como o de que a longo prazo a economia tende para o equilíbrio, apesar das constantes crises a curto prazo. Eles têm surgido apenas para mostrar que nada sabem acerca do sistema que defendem e que tomam como perfeito e infalível. Eles quase sempre repetem frases feitas sob encomenda do gosto popular e do humanismo filosófico, como a de que a economia deve pensar mais no homem e menos no capital.

3. A explicação de Marx para as crises do capitalismo

3.1. A paixão irracional por dinheiro e a produção pela produção

A característica decisiva da produção capitalista, aquela que a distingue de todas as outras formas de produção, é a produção voltada para o enriquecimento do proprietário dos meios de produção mediante a máxima apropriação da riqueza na sua forma abstrata e universal: o valor de troca em sua forma dinheiro. O enriquecimento burguês, mesmo apoiado sobre o valor de troca, distingue-se ainda da forma de enriquecimento baseada no entesouramento, ou seja, no guardar dinheiro “embaixo do colchão”, como ocorria em períodos anteriores ao do capitalismo. Para o capitalista, a riqueza universal e abstrata do dinheiro já conquistada lhe é imprópria sob a forma estática, morta e quieta do entesouramento. Para o burguês essa riqueza só faz sentido na medida em que serve sempre como ponto de partida para um novo processo de enriquecimento, na medida em que pode reconvertê-la, sempre de novo, em meio de conseguir mais dinheiro e mais riqueza privada. A classe capitalista, a classe dirigente da produção na sociedade burguesa, se distingue, assim, de todas as classes dominantes do passado porque não vê na riqueza uma coleção variada de valores de uso sempre prontos a satisfazerem alguma de suas limitadas necessidades. Por riqueza, o capitalista entende exatamente a forma universal do dinheiro e não alguma forma particular de valor de uso. Por enriquecimento ele entende exatamente não o processo de amontoar dinheiro—o entesouramento—mas sim o próprio processo ininterrupto de enriquecimento. O capitalista não tem a função de enriquecer nem a de desfrutar dessa riqueza, mas sim a função de organizar o próprio processo de enriquecimento, o próprio processo de geração



O capitalista como amante do processo permanente de ganhar dinheiro.

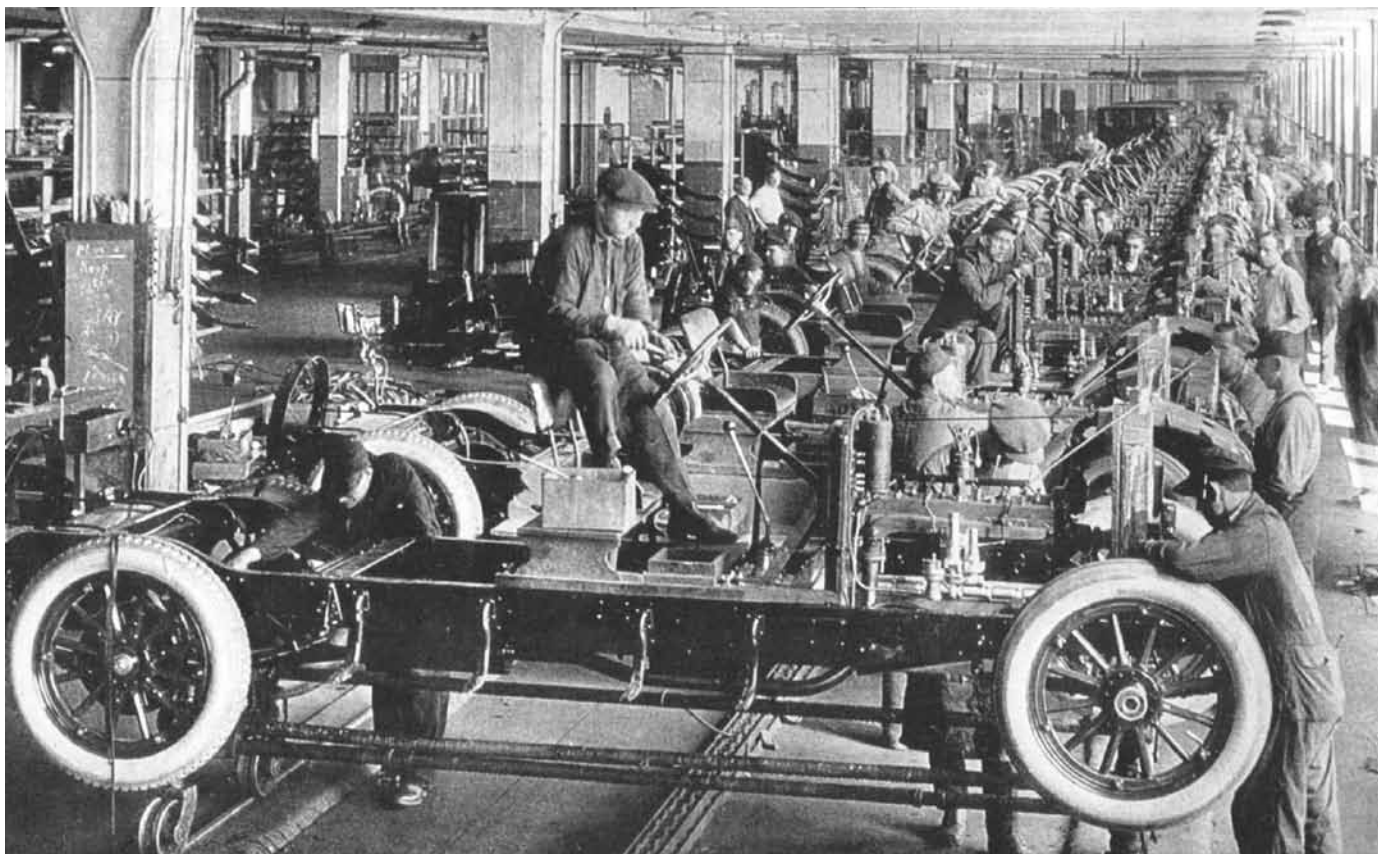
da riqueza abstrata do dinheiro.

A satisfação que o burguês encontra frente à produção não é a do enriquecimento privado nem a do desfrute desse enriquecimento. O que lhe dá satisfação é o próprio processo de ganhar dinheiro. Não o dinheiro ou a riqueza em si, mas sim o próprio processo de enriquecimento. Nesse sentido, o burguês atua frente ao processo produtivo não como um agente do consumo ou do enriquecimento em si, mas do próprio processo de enriquecimento. Ele atua, por isso, como um agente da produção e não do desfrute e do consumo.

Neste sentido, o capitalista não pode ser compreendido nem como um sovinha entesourador e amante do dinheiro, nem como um “mão aberta” sempre disposto a satisfazer algum prazer, seja do corpo ou da alma. O capitalista é um amante não apenas do dinheiro já ganho,

mas, sobretudo, do processo permanente de ganhar dinheiro. Ele é um profundo amante não do processo de consumir o que foi produzido, mas sim do processo de produção em si mesmo, do processo de produção como um meio não de satisfação das necessidades de consumo, mas do processo de produção como um meio para o próprio desenvolvimento da produção em si mesma. O burguês é, em suma, um amante da produção pela produção e do ganho pelo ganho. É sob essa condição que ele dispõe-se a organizar e dirigir o processo de produção.

A produção capitalista não se resume apenas à produção de mais-valia, mas sim à constante repetição do processo de produção da mais-valia. Isso implica, então, que a mais-valia deve constantemente ser transformada em novos investimentos e em novos meios de produção que aumentem sempre a



Operários em linha de montagem. Trabalho voltado à satisfação dos desejos irracionais do capital.

capacidade de produzir uma nova mais-valia. Essa reprodução ampliada é obtida com a contínua transformação da mais-valia produzida em novos investimentos que criem mais mais-valia. Esse processo de acumulação sem fim, esse continuo movimento de transformação da mais-valia em novos investimentos, contém dentro de si poderosas contradições que periodicamente conduzem a economia à paralisia e à crise.

A diferença entre a classe capitalista e as antigas classes dominantes que a precederam reside no seguinte: os senhores de escravos e proprietários fundiários da Grécia e Roma Antiga, assim como a nobreza feudal da Idade Média, nunca tinham em vista a transformação em dinheiro da riqueza produzida por seus escravos e servos de gleba. A exploração desses trabalhadores tinha como objetivo a satisfação das necessidades dos senhores e nobres e nunca a satisfação das paixões incontidas por dinheiro. As sociedades pré-capitalistas sempre combateram este tipo de paixão, condenando-a como uma paixão inferior própria de homens incultos e vulgares. Eles cultivavam mais os ideais de nobreza e honra—os chamados “ideais de fidalguia”. Fidalgo significava “filho de algo”, de quem tinha uma origem e uma linhagem especial. Segundo as classes dominantes pré-capitalistas, esses ideais aristocráticos seriam mais dignos de um homem de bem que os ideais dos homens do comércio. Evidentemente, essas classes dominantes pré-capitalistas nunca se questionaram sobre a honradez e a nobreza de viverem como

parasitas à custa de trabalho alheio.

Mas, apesar de viverem de trabalho alheio, os senhores de escravos e os nobres feudais nunca pensaram em transformar as energias de seus trabalhadores em energias dedicadas ao trabalho pelo trabalho e à produção pela produção. Eles sempre tiveram em vista a exploração da classe trabalhadora para a satisfação de determinadas necessidades pessoais. Evidentemente, eles nunca pensaram, assim como os capitalistas, em organizar a produção para a satisfação das necessidades do trabalhador. Mas também nunca dedicaram suas energias e tempo de vida única e exclusivamente a organizar a produção com vistas à valorização do valor, do dinheiro, do capital. Por isso, nas sociedades pré-capitalistas, apesar da produção não estar voltada para a satisfação das necessidades do trabalhador, não havia crises de superprodução.

Uma grande safra agrícola, por exemplo, nunca era considerada uma calamidade social. Antes ao contrário. Era na época de fartura que se poderia liberar boa parte dos trabalhadores do campo para o trabalho na construção de estradas e de obras na cidade, como os templos e palácios do mundo antigo, ou, ainda, na construção dos grandes castelos da Idade Média. Era em épocas de fartura que se poderia travar guerras contra as comunidades inimigas, pois, além de alimentos em reserva, havia também braços camponeses excedentes e aptos ao serviço militar. Era também em épocas de fartura e boa colheita que os faraós egípcios convocavam os

servos camponeses para o trabalho de construção das pirâmides e dos templos. Na sociedade capitalista, contudo, tudo ocorre ao contrário: é na fase de fartura que ela entra em colapso e se autodestrói.

3.2. O impulso à superprodução e a possibilidade real das crises

Marx desenvolve que a possibilidade de ocorrência das crises pode ser considerada já na simples análise da metamorfose da mercadoria em dinheiro, na análise do simples processo de compra e venda de mercadorias. Na necessidade imanente à mercadoria de metamorfosear-se em dinheiro já está implícita a possibilidade mais abstrata para a ocorrência das crises.

O processo formal de compra e venda de mercadorias está constituído por uma dualidade de fases: a da sua venda, M-D, e a da sua compra, seu inverso, D-M. Toda venda é ao mesmo tempo uma compra. Esse ato único está marcado por duas fases diferentes e contrapostas. Para aquele que possui a mercadoria, o negócio constitui-se numa venda, mas, para aquele que possui o dinheiro, o negócio constitui-se numa compra.

A metamorfose da mercadoria em dinheiro, ou do dinheiro em mercadoria, exige que essas duas fases, a compra e a venda, estejam reunidas num único momento indissociável. Porém, se o possuidor da mercadoria decidir não vendê-la, seja porque os preços estão

ruins ou porque simplesmente não queira, o possuidor do dinheiro não poderá transformá-lo em mercadoria. Se o possuidor de dinheiro, por sua vez, resolver não comprar as mercadorias que pretendia, seja porque os preços estão mais altos ou porque as tenha buscado em outros mercados, também o possuidor da mercadoria não poderá realizá-la em dinheiro. Dinheiro e mercadoria ficarão, assim, paralisados nas mãos de seus proprietários, interrompendo-se o processo de circulação. Se essa unidade das trocas se dissocia, estará colocada para a economia, então, uma possibilidade de crise. Se as trocas não se realizarem, interrompendo-se em dado momento, a produção também não se realizará e entrará em paralisia.

Os economistas, apegados a essas relações meramente formais da circulação, consideravam somente a impossibilidade da crise, pois, segundo eles, uma vez abstraído o dinheiro das trocas, estas se resumiriam a meros intercâmbios diretos de mercadoria contra mercadoria. Mas, como sabemos, nada se produz nem se troca na sociedade capitalista sem a intervenção do dinheiro e, faltando o dinheiro, todo o processo entra em colapso.

Marx pretende encontrar nas contradições reais da produção capitalista as raízes da crise econômica. Para ele, interessa encontrar uma explicação para a ocorrência das crises que se fundamenta nas características específicas do modo de produção capitalista. Nesse sentido, a economia vulgar e os apologetas do capitalismo não poderão nunca conceber a possibilidade das crises enquanto conceberem a sociedade capitalista abstratamente, como um modo de produção voltado diretamente para a satisfação das necessidades humanas e não para o enriquecimento privado. Para Marx, o processo de produção capitalista consiste essencialmente na produção de mais-valia e em sua permanente transformação em capital.

Ao negar e esconder que é a produção de mais-valia, e a sua constante reprodução em escalas sempre maiores, o fundamento e segredo mais oculto da sociedade burguesa, cai-se inevitavelmente na economia vulgar, na apologetica e no senso comum mais medíocre, pois se passa a acreditar que as aparências do sistema, ideologicamente elogiadas pela burguesia, correspondem à realidade.

A possibilidade real da ocorrência das crises está fundamentada na circunstância de que a produção capitalista não é uma simples produção de produtos, de bens ou de serviços, como ensina a economia vulgar. A possibilidade real das crises fundamenta-se na circunstância de que o regime capitalista também não tem como interesse final nem mesmo a simples produção

de mercadorias, mas sim a produção de valores de troca, de trabalho abstrato, de mais-valia. A produção de valores de uso na forma de mercadorias, o mercado e a satisfação das necessidades humanas são meros meios dois quais o capital se utiliza para a produção de valor e de mais-valia em escalas sempre mais elevadas.

A classe capitalista, em seu conjunto, possui, assim, a insaciável paixão pelo ganho. Pressionados por essa paixão incontrolável por dinheiro e mais-dinheiro e por arrancar o máximo de mais-valia da classe operária, todos os capitalistas individualmente se lançam à produção a todo vapor, inundando o mercado com suas mercadorias e ultrapassando os limites colocados pela demanda solvente. Sob esse impulso desmedido e descontrolado, os capitalistas em conjunto lançam seu regime de produção na hipertrofia da oferta acima dos limites de seu mercado consumidor com capacidade de pagamento. Acometido pela paixão insaciável por dinheiro, o corpo capitalista passa a produzir mercadoria e dinheiro em excesso e a inundar todas as veias da sociedade com esses produtos. A sociedade capitalista vê-se, então, abruptamente acometida por uma plethora de capital, entrando em colapso por causa de seus próprios impulsos e paixões desgovernados.

Surge, assim, uma produção em excesso de dinheiro e mercadoria que extrapola os limites da sociedade. A fatura, que em tempos mais remotos deveria ser vista como benção ou dádiva, é vista pela sociedade capitalista como maldição que precisa ser combatida. A superprodução se efetiva porque sob o impulso e instinto desmedidos dos capitalistas para a acumulação máxima de mais-valia as forças produtivas e a exploração da classe operária são desenvolvidas ao máximo, ultrapassando a capacidade de consumo da sociedade.

Para que a massa de mais-valia cresça constantemente, os capitalistas transformam em capital uma parte sempre crescente da mais-valia que lhes cabe na forma de renda. Isto é, transformam constantemente suas rendas destinadas ao consumo pessoal em capital destinado à produção. Isso eleva a capacidade produtiva da economia. Porém, ao transformar parte de sua mais-valia que lhe cabe como renda em capital, o capitalista restringe sua capacidade pessoal de consumo. A transformação da renda em capital ocorre porque, como vimos, a posse de riqueza e de produtos não constitui o objetivo final da produção capitalista, porque a sociedade capitalista tem como meta apenas a permanente apropriação de dinheiro em escalas sempre mais elevadas.

A transformação da renda em capital e em investimentos se realiza porque o capitalista não investe com o objetivo

de acumular para si riqueza na forma de mercadorias, porque nenhum capitalista produz com o propósito de consumir seus produtos. Seus produtos foram produzidos na forma mercadoria e precisam, por isso, ser convertidos em dinheiro, a meta absoluta da produção.

A economia vulgar, e com ela o jornalismo econômico, propaga que a oferta de mercadorias no mercado está determinada pela demanda e necessidade dos consumidores. Ou seja: que o volume da produção é sempre mais ou menos aproximado, ou igual, à demanda e segue essa finalidade. Ora, se esse preceito fosse mesmo verdadeiro nunca haveria crises de superprodução na sociedade capitalista, pois as necessidades totais da sociedade, especialmente as dos trabalhadores, são sempre maiores do que a oferta de produtos no mercado. E esses produtos, em sua maioria, não se destinam à satisfação dessas necessidades. Grande parte deles circula como mercadoria destinada à produção de mais mercadorias que, por sua vez, serão transformadas em mais dinheiro.

A medida da produção capitalista e de seu excesso não está, de forma alguma, determinada pelo tamanho das necessidades totais da sociedade. Não está determinada nem mesmo pelas necessidades relativas ou pela demanda solvente, aquela demanda que possui dinheiro no bolso capaz de pagar por essas necessidades. A medida da produção capitalista nunca esteve, nem jamais estará, limitada pelas necessidades sociais. Ela está limitada apenas pelo tamanho das forças produtivas instaladas capazes de criar mais-valia e pela paixão desmedida do capitalista por mais-dinheiro. De maneira alguma a medida da produção é dada por um critério racional, como defendem os economistas. A medida da produção capitalista, e de seu excesso no mercado, é dada pelo instinto desmedido e irracional do capitalista por sempre mais e mais dinheiro.

Não é o mercado de consumo com suas necessidades e extensão quem regula a produção e seu excesso. Ao contrário: as necessidades humanas e a extensão do mercado são reguladas pela escala de produção existente e pelo instinto incontrolável e desmedido de enriquecimento privado dos capitalistas. A crise, por isso, tem como fundamento mais oculto a irracionalidade do sistema capitalista. Em meio à fatura de riqueza vem a crise e, com ela, a miséria da sociedade e do trabalhador.

A superprodução capitalista se efetiva porque não são o mercado nem a demanda que ditam os limites da produção e da oferta, mas sim porque esses limites são regularmente rompidos pela ânsia coletiva dos capitalistas em acumularem o máximo de mais-valia. Os capitalistas, coletivamente acometidos pela paixão do ganho sem limites, lançam o corpo da

sociedade na hipertrofia da superprodução e na plethora de capital. Como a produção capitalista não tem em vista a satisfação das necessidades humanas ela se converte, então, numa produção pela produção, numa produção voltada para a acumulação de dinheiro em larga escala. Ou seja: numa produção cuja finalidade se encerra nela mesma.

A produção capitalista se torna uma produção pela própria produção porque seu principal mercado consumidor não são os homens, mas sim o mercado de meios de produção, de capital, de máquinas, prédios e matérias primas etc. Na medida em que a paixão desenfreada da classe capitalista desenvolve as forças produtivas do trabalho, se desenvolve também uma relativa diminuição do número de trabalhadores empregados e com capacidade de consumo. O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social—desenvolvimento destinado a saciar a fome incontável da classe capitalista por mais-dinheiro e nunca para saciar a fome verdadeira da sociedade—tem como resultado inevitável a diminuição da dependência do capital em relação ao trabalho vivo e a criação de um exército de trabalhadores desempregados cada vez mais vasto. Os aumentos de produtividade do trabalho são conseguidos à custa da utilização de capital na forma de maquinaria em substituição ao trabalho vivo dos operários. Os aumentos conseguidos na produção—que, repetimos, têm como finalidade a satisfação da gula irracional da classe capitalista por mais-dinheiro e nunca as necessidades da sociedade—provocam, por conseqüência, uma redução na capacidade de consumo efetivo do conjunto da classe operária.

A elevação da produção, através da transformação da renda em capital, carrega consigo, portanto, a contradição do aumento da produção por um lado e da queda do consumo no outro. Dessa forma, a elevação da produção vem acompanhada da redução do consumo da sociedade, tanto dos capitalistas quanto dos operários. O consumo da classe capitalista se reduz porque sua paixão por acumular o máximo de mais-valia faz que transfira continuamente para novos investimentos uma parte maior de sua mais valia que estava na forma de renda, reduzindo a parte destinada a seu consumo pessoal. O consumo da classe operária se reduz, assim, por dois motivos. Primeiro, porque grande parte dela é jogada para fora da fábrica no exército de trabalhadores desempregados e substituída pela maquinaria. Segundo, porque com a ampliação desse exército diminui a dependência dos capitalistas quanto ao trabalhador, pois agora se trabalha a qualquer preço. Assim, a sede insaciável da classe capitalista por mais-dinheiro faz rebaixar a capacidade de consumo total da sociedade, aumentando o fosso



Pátio de montadora abarrotado de veículos que não encontraram compradores.

entre produção e consumo e abrindo as portas para o dilúvio da superprodução. A superprodução se efetiva porque não são o mercado nem a demanda que ditam os limites da produção e da oferta, mas sim porque estes limites são regularmente rompidos pela paixão coletiva dos capitalistas em acumularem o máximo de mais-valia.

A produção capitalista orienta-se assim, para a produção de meios de produção de novo capital, de meios que possuem o objetivo único e exclusivo de explorar a classe trabalhadora e fazê-la produzir mais e mais mais-valia e não a produção de meios de subsistência para a humanidade. Dessa forma, a produção capitalista transforma suas indústrias no seu principal mercado consumidor. É uma produção para si mesma, do capital para o capital, das indústrias para atender a demanda das indústrias e não para atender a demanda da humanidade.

A superprodução de mercadorias e capital, porém, leva a sociedade à crise não apenas porque provoca a permanente expulsão da classe trabalhadora das relações de consumo, mas, ainda, porque leva a uma diminuição na massa absoluta de mais-valia a ser dividida entre todos os capitalistas que operam no mercado mundial, ou seja, porque leva a uma queda na taxa média de lucro. E com lucro em baixa, a classe capitalista

não consegue valorizar o capital ao nível esperado e entra em colapso.

A força de trabalho viva do operário empregado pela indústria é o único elemento do capital que o valoriza. Quanto maior a massa de trabalhadores empregados pelo conjunto da sociedade capitalista globalizada e quanto maior a taxa de exploração desses trabalhadores, maior será a massa de mais-valia global disponível para ser distribuída entre a multidão de capitalistas que operam no mercado mundial. Porém, como já vimos, a paixão desenfreada da classe capitalista por mais-dinheiro a leva a ampliar cada vez mais a escala da produção. Essa escala, por sua vez, é obtida mediante emprego de maquinaria mais eficiente e produtiva que a maquinaria anterior. Como sabemos, o emprego de maquinaria mais eficiente lança no desemprego grande parte da classe trabalhadora em todas as partes do mundo onde se produz a mais-valia global do capital. Com um menor número de trabalhadores empregados criando riqueza para o capitalista global, cai necessariamente a massa total de mais-valia a ser dividida entre a multidão de capitalistas espalhados pelo mercado mundial. Cada capitalista individualmente passa, então, a receber uma massa menor de mais-valia pelo capital investido no grande mercado mundial. Com massas e taxas



A destruição de capital na bolsa de valores é o primeiro sinal da crise.

menores de mais-valia, o mercado entra em crise, pois, como sabemos muito bem, nada na sociedade capitalista se produz se não fornecer lucro.

Dessa forma, para entendermos a dinâmica geral do sistema capitalista devemos imaginar o mercado mundial—com seus diferentes mercados e países—como sendo um único e mesmo empreendimento. Devemos também imaginar os diferentes capitalistas individuais—cada um deles operando em mercados e países distintos—como pertencendo a uma única e mesma classe social que se organiza para um empreendimento comum: o de explorar as forças produtivas do trabalho e da natureza em seu exclusivo favor. Nesse mega-empreendimento, cada capitalista individual participa como mero sócio e emprega nele todo o seu capital individual. Eles formam, em conjunto, uma sociedade cujo fim é a máxima valorização de seu capital. Essa máxima valorização é obtida, como já vimos, mediante a transformação da produção numa produção pela produção sem nenhuma consideração imediata pelas necessidades humanas, numa produção destinada à acumulação e à valorização do capital. Em seu conjunto, os capitalistas se lançam, então, a entupir todos os poros da sociedade com capital, mercadoria e dinheiro em excesso. Eles se lançam, ainda, a substituir o trabalho vivo do operário de fábrica pela maquinaria automatizada que, além de elevar a produtividade do trabalho e a massa da riqueza global, não gera mais-valia e nem consome a riqueza que produz. Eles mesmos reduzem seu consumo pessoal com a finalidade de ampliar cada vez mais a escala da produção mundial. Ou seja, essa paixão coletiva e insaciável da classe dos capitalistas globais por mais-valia se choca constantemente com seus próprios métodos de produção,

levando, com isso, a sociedade à crise e ao colapso.

É essa paixão coletiva e irracional da classe global dos capitalistas que está na base de todas as crises do capitalismo e especialmente desta mais recente. Ou seja, ao contrário da suposta racionalidade do sistema capitalista e de sua suposta eficiência em produzir a riqueza, é a irracionalidade da produção pela produção e do ganho sem limites que move a economia e os interesses de seus múltiplos e incontáveis sócios. É essa irracionalidade que explode e se põe à vista de toda a sociedade nos momentos de crise. É essa irracionalidade do sistema que devemos denunciar e combater. É, portanto, exatamente essa irracionalidade que os economistas e todos os lacaios da burguesia mundial que lucram com seus negócios pretendem esconder dos trabalhadores e da sociedade, com sua lenga-lenga de que a crise será algo passageiro e que o sistema será reabilitado pelas suas próprias forças internas. O capitalismo e a economia mundial não serão reabilitados como pensam os economistas porque, como procuramos mostrar, a tendência à produção pela produção e ao excesso de capital são características endôgenas do sistema, das quais ele não poderá jamais se desprender.

Do ponto de vista dos economistas, diversas operações poderiam ser desempenhadas pelo Estado para tirar a economia da crise. Entre as mais difundidas estão a do socorro ao mercado de crédito e aos capitalistas em processo de falência e, ainda, uma ampla planificação do mercado, pondo nele certa racionalidade, ausente entre os capitalistas individuais. Todas essas medidas são, contudo, superficiais e absolutamente incapazes de resolver a questão fundamental da crise: o excesso de

capital em circulação e a sua necessidade de ser destruído. A sociedade burguesa em crise sofre, desse modo, o infortúnio do excesso de capital, de progresso e de civilização. E esse excesso precisa ser destruído.

4. A saída do capital para a crise: destruição da sociedade e da classe operária

A solução para a superprodução implica inicialmente numa destruição daquilo que foi produzido em excesso. Mercadorias, dinheiro e capital excedentes devem ser destruídos. O sentido de destruição não é apenas físico, de destruir materialmente, mas também de destruição de suas massas de valores, de redução violenta dos preços das mercadorias ao nível da capacidade de consumo solvente da sociedade. Vimos que a crise eclode devido à irracionalidade do sistema capitalista. Agora, essa mesma irracionalidade terá que destruir grande parte da riqueza e das forças produtivas em atividade apenas para poder manter a sociedade como sociedade capitalista.

A primeira destruição de capital se inicia no mercado de títulos e ações. Títulos e ações em excesso precisam ser destruídos para salvar o organismo capitalista do colapso. A plethora de ações e títulos precisa ser estancada. É por isso que o primeiro sinal de crise começa pela bolsa de valores. É aqui que grande parte do capital começa a ser destruído. Esses capitais em excesso que vivem de juros e dificilmente penetram na esfera do capital produtivo devem ser destruídos. E serão certamente.

Segundo o jornalismo econômico, são esses capitais os grandes causadores e vilões das crises. Segundo esse jornalismo, a crise não é uma consequência da irracionalidade de todo o sistema, mas sim de apenas uma parte dele. Os economistas vulgares costumam dividir o capital em duas partes: uma boa—a produtiva que produz bens e empregos à sociedade—e outra ruim—que nada produz e vive como um parasita à custa do primeiro. Essa divisão simplista e superficial não consegue explicar, porém, qual a origem desse capital especulativo que nada produz e vive apenas de juros. É evidente que esse capital tem origem no primeiro—o chamado produtivo—e tem tanta ânsia por dinheiro quanto o outro. O chamado capital especulativo tem origem no excesso de capital na

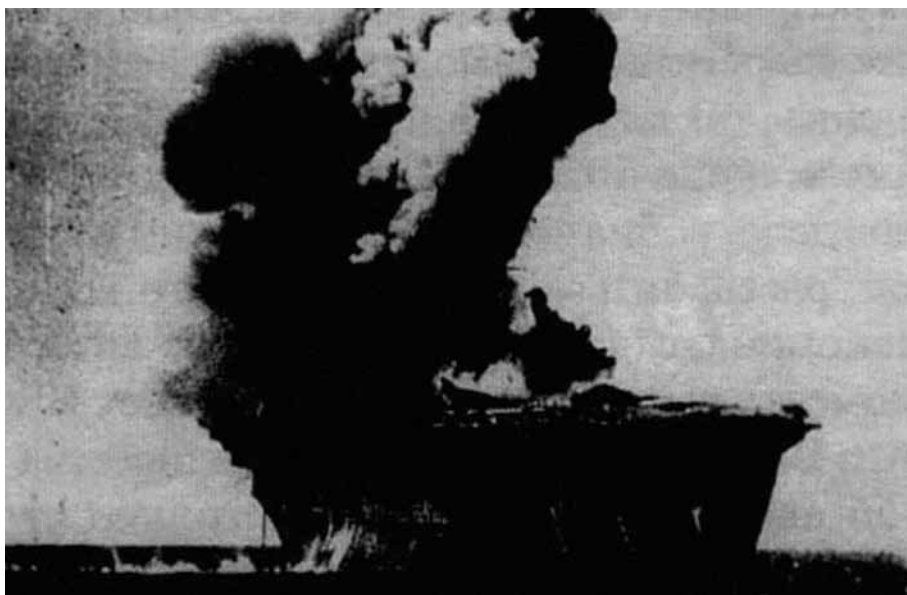


Fábrica abandonada em Detroit, EUA. Capital em excesso que precisa ser destruído para que a irracionalidade do sistema possa perdurar.

forma dinheiro gerado pelo chamado capital produtivo: é capital em excesso que não encontra aplicação produtiva e se desloca para o mercado de valores a fim de se valorizar tanto quanto qualquer outro. Essa divisão da classe capitalista entre capitalistas do bem, produtivos, que geram riqueza e emprego para a sociedade, e capitalistas do mal, que nada criam de riqueza e apenas se apropriam dela, além de ser uma divisão vulgar e superficial esconde do trabalhador que o patrão que o empregou na fábrica ou no comércio é tão responsável pelo colapso da sociedade quanto o capitalista especulador. Para desviar a atenção da sociedade e do trabalhador da irracionalidade coletiva do sistema, se condena apenas uma parte dele: a parte que vive de rendas e juros no mercado de títulos e ações.

Mas a plethora de capital não produz apenas dinheiro em excesso, ela produz também mercadorias além do necessário. Enquanto o mercado não conseguir pôr em circulação as mercadorias em excesso, novas mercadorias iguais a elas não poderão ocupar o seu lugar. Um excesso delas no mercado gera, portanto, paralisia na produção e, com ela, desemprego de trabalhadores e mais calamidade no meio da classe operária. Essa riqueza excedente na forma de mercadoria deverá, por isso, ser destruída para que novas mercadorias possam ser produzidas, voltando a circular no mercado.

Fábricas e maquinaria também são



Guerra: mais um mecanismo de destruição das forças produtivas que existem em excesso para o capital.

capital e, assim como a mercadoria e o dinheiro, são produzidas em excesso. Todo excesso, como temos visto, deve ser destruído para que a irracionalidade do sistema possa se reproduzir continuamente. Assim, ao lado da desvalorização dos mercados de títulos e de mercadorias em geral, segue-se a desvalorização do capital produtivo. Grandes fábricas em operação paralisam a produção, retardam ou suspendem novos investimentos e, com isso, desencadeiam uma crise ainda mais generalizada em toda a cadeia produtiva mundial. A falência de uma grande indústria arrasta, assim, atrás de si, a falência de muitas outras

que dependem dela para existir.

Grande parte do excesso de capital pode também ser destruída por mecanismos não econômicos, como as guerras. As guerras também ajudam a destruir capital em excesso, principalmente o dos capitalistas mais fracos e concorrentes dos capitalistas das nações mais fortes econômica e militarmente. A indústria da guerra, além de destruir capital excedente em massa e permitir a reconstrução da sociedade por novos capitais, ainda põe em atividade e salva da crise parte da indústria mundial que opera a seu serviço, como a indústria siderúrgica e a de tecnologia

de guerra. As crises, por isso, sempre são acompanhadas por guerras e destruição em massa de vidas humanas. Ou seja: para salvar o sistema de sua irracionalidade endógena os capitalistas se utilizam de medidas ainda mais irracionais. Para salvar seu sistema de vida em crise, os capitalistas não hesitam em se autodestruir em guerras e, com isso, arrastar grande parte da vida humana para a selvageria que eles próprios criaram.

5. A saída dos trabalhadores para a crise: revolução e socialismo

Os Economistas Clássicos acreditavam que as forças produtivas da sociedade capitalista eram regidas pelas mesmas leis que regiam os ciclos da natureza. Apesar das oscilações a curto prazo, a longo prazo a sociedade tenderia, como na natureza, para a harmonia e a prosperidade. Assim, se as forças produtivas fossem deixadas a seguir seu curso livremente, apesar das oscilações a curto prazo, a longo prazo a sociedade encontraria por si própria seu ponto de equilíbrio e ajustamento.

Após longos anos de desenvolvimento capitalista e com o esgotamento do sistema, essa crença acabou sendo negada pelos fatos. Depois de sucessivas e destruidoras crises, ela foi substituída pela crença keynesiana de que o Estado poderia salvar o capitalismo de suas contradições mortais. É verdade que Keynes acreditava que a longo prazo todo o sistema estaria acabado. Mas seus discípulos, que se espalharam rapidamente pelo mundo inteiro após a II Guerra Mundial, mais otimistas que o mestre, acreditavam que a intervenção consciente do Estado na economia poderia salvar o sistema do colapso. Mas, como temos visto, os fatos, que já haviam desmentido os Economistas Clássicos, desmentiram também seus críticos burgueses. Com a crise atual, o único grande investigador e crítico do capitalismo que continua em pé é Marx e sua monumental obra *O capital*. A única crítica que se mantém em pé em nossa época é a crítica da classe trabalhadora e da revolução socialista. Todas as outras críticas foram destruídas pela dinâmica autofágica do sistema.

Não cabe à classe trabalhadora em seu conjunto, a classe trabalhadora mundial, oferecer seu sangue e sua vida para salvar a irracionalidade coletiva da classe capitalista e a manutenção da exploração do homem pelo homem. A

classe trabalhadora já doa diariamente sua vida e suas energias para movimentar o sistema e garantir a loucura global do mercado capitalista. Não cabe a ela, por isso, aceitar reduções na jornada de trabalho acompanhadas de reduções de salários com a falsa promessa da manutenção do emprego. Não cabe a ela aceitar as demissões e a miséria que virão para salvar um sistema que sempre viveu da sua exploração e nunca se orientou para a satisfação de suas necessidades. Não cabe a ela, ainda, se colocar ao lado de suas burguesias nacionais na luta em defesa do protecionismo local. Não cabe a ela, muito menos, servir como “bucha de canhão” na guerra inter-capitalista pelo domínio do mercado mundial, que certamente virá.

Não cabe à classe trabalhadora oferecer planos de salvação do mercado capitalista e saídas para a crise. Cabe a ela, sim, a tarefa de concluir aquilo que a crise começou: a destruição do sistema capitalista e a reconstrução da sociedade sobre bases inteiramente novas e racionais, uma sociedade regida pelo princípio da propriedade coletiva dos meios de produção e da produção destinada ao pleno desenvolvimento e satisfação da vida humana. ■



OS *GRUNDRISSE* DE MARX:

Programa revolucionário e crítica ao reformismo

Fábio Sobral

Os *Grundrisse* de Marx representam a resposta a uma crise financeira que ameaçava tornar-se mundial. Marx esperava que a revolução que poderia destruir o capitalismo finalmente pudesse eclodir. Era urgente orientar a luta da classe operária para o combate e para a vitória, evitando os caminhos errados propostos por Proudhon e seus seguidores.

Os estudos de Marx sobre o funcionamento das sociedades e, principalmente, do funcionamento da sociedade capitalista permitiam uma apresentação de conjunto, uma análise das categorias sociais que delimitam o espaço próprio da sociedade do capital. Isto permitiu que ele se lançasse na ousada tarefa de construção de um programa que atingisse o núcleo fundamental da mudança a ser realizada por uma revolução operária.

Os *Grundrisse* apresentam-se como um dos marcos do pensamento humano na busca pela compreensão de seus caminhos. Ao lado da *Politéia*, da *Ética Nicomaquéia*, da *Cidade de Deus*, da *Crítica da Faculdade do Juízo*, da *Riqueza das Nações*, da *Fenomenologia do Espírito*, de *Assim Falava Zaratustra*, de *O capital*, os *Grundrisse* apresentam uma visão de seu tempo, um projeto de compreensão da totalidade de sua época.

Marx demonstra os princípios das sociedades anteriores ao capital, seus pressupostos, seus limites e dilemas. A dialética da comunidade dilacera-se pelo seu próprio desenvolvimento. Transparece a incapacidade de desenvolver a potencialidade do indivíduo, sob pena de decretar sua autodestruição. A coletividade esmaga o indivíduo, mas é, ao mesmo tempo, a riqueza da comunidade integrada. As contradições internas explodem em uma inumerável repetição de sociedades que se sucedem sem mudanças essenciais.

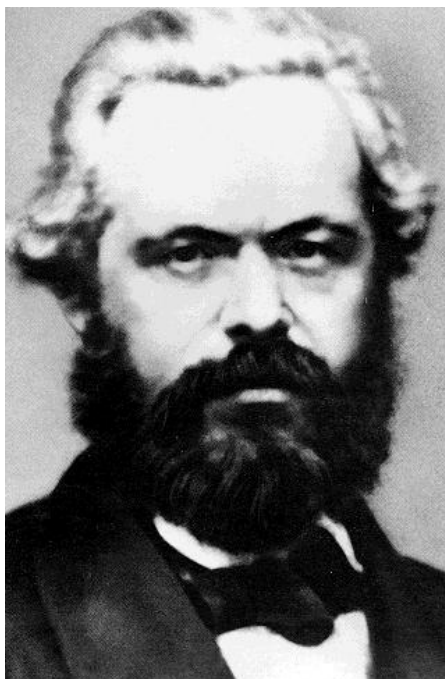
Tais sociedades são superadas pela forma do domínio do capital, da contraposição dos meios de produção concentrados em algumas mãos, dos objetos contrapostos aos indivíduos, da elevação de um objeto à condição de justificação social da existência: o dinheiro. Marx desvenda os mecanismos que permitem a dominação do indivíduo sobre a coletividade no capitalismo.

São apresentados os pressupostos da sociedade do capital, seus mecanismos de funcionamento e suas especificidades indissociáveis, aquilo que caracteriza e diferencia tais sociedades. Tais pressupostos são os fundamentos a serem extirpados para que a revolução possa vencer. A vitória passa a ser definida na capacidade de compreensão. A derrota seria a manutenção dos pilares de sustentação do capitalismo.

Marx se lança furiosamente à redação dos manuscritos que deveriam ser o programa para a revolução que se avizinhava. Tal urgência permite ousadias raramente esboçadas no restante da obra marxiana: a apresentação dos princípios do futuro, a percepção de uma sociedade baseada na forma coletiva de produção e de apropriação.

Dos princípios de combate ao capitalismo Marx propõe a positividade da sua substituição por uma sociedade de pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, da liberdade frente ao domínio objetificado do dinheiro e do capital.

A negatividade crítica frente ao capital permite o aparecimento de propostas de positividade revolucionária. A proposição distancia-se da utopia por ser esta a impossibilidade da mudança real. Utópica já não é a proposição, mas a não eliminação das categorias básicas que sustentam o capitalismo. A utopia é o desejo de eliminar as “injustiças” do capitalismo com a reforma das categorias específicas do capitalismo.



K. Marx no período em que escreveu os *Grundrisse*.



Friedrich Engels em 1956.



Roman Rosdolsky, estudioso dos *Grundrisse*.

Marx propõe concretamente a substituição do capitalismo por meio da eliminação do dinheiro, do trabalho assalariado e da mais-valia, do capital, do valor, do mercado e da mercadoria. Sua crítica dirige-se também aos que querem usar estas categorias para modificações sociais.

Essa é a leitura que apresentamos dos *Grundrisse*, a de uma obra programática para dirigir a revolução, construída sob a influência da luta política contra os proudhonistas e contra o capital.

A leitura clássica de Roman Rosdolsky propõe que os *Grundrisse* são parte de um plano de Marx para elaborar sua obra-prima: *O capital*. Marx teria alterado seu plano, tendo recolocado o texto de 1857-1858 como cadernos preparatórios a este.

Em nossa análise, consideramos que a obra de crítica da economia política de Marx apresenta a mesma interpretação dos pressupostos do capitalismo e a mesma característica de defesa da eliminação deste sistema. Mudam os períodos políticos e suas necessidades. Ora o chamado ao enfrentamento, ora a explicação paciente da necessidade de destruição do capitalismo. Textos com linguagens distintas para atender às premissas de cada momento, mas com uma unidade programática fundamental.

Talvez seja esta a marca distintiva dos *Grundrisse*, sua nítida apresentação dos fundamentos das sociedades anteriores ao capital, do capital e de uma sociedade que se propusesse a substituí-la. Talvez aí esteja a ironia de Riazanov ao nomear este texto de *Grundrisse* (fundamentos), a de apresentar a distância em que estava a sociedade soviética dos princípios postos por Marx para uma sociedade futura. Era preciso retornar a Marx: é esta a lição que deseja destacar Riazanov, é esta a sua ironia contra o domínio stalinista da Revolução Russa.

Roman Rosdolsky analisa os *Grundrisse* de Marx em seu trabalho *Génesis y Estructura de El Capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse)*. O título já é elucidativo sobre a definição de Rosdolsky para o trabalho de 1857-8, ele o compreende como parte do processo de elaboração de *O capital*.

O texto de Rosdolsky apresenta uma enorme relevância por ter trabalhado para resgatar os *Grundrisse* de seu esquecimento. Além disso, revela um profundo e cuidadoso tratamento da estrutura interna do projeto marxiano, de seus desdobramentos e do caminho trilhado por Marx para a criação da crítica da economia política.

Rosdolsky também identifica a profunda relação entre o texto marxiano e a *Lógica* de Hegel. Diz ele:

Quanto mais penetrava no tema, mais claramente compreendia o autor que somente haveria de roçar o problema mais importante e teoricamente mais interessante que oferecem os Grundrisse, sem poder tratá-lo com maior profundidade. E esse problema é a relação entre a obra marxiana e Hegel, e, em especial, com a Lógica deste autor.¹

A relação entre Marx e Hegel representa um dos temas fecundos destes manuscritos de 1857-8. Rosdolsky não o discute, mas pressente a sua natureza decisiva, estabelecendo inclusive uma diferença em relação a *O capital*. Tal argumento chega a surpreender na análise de Rosdolsky, pois as duas obras de Marx são apresentadas como partes integradas de planos para a elaboração da

obra deste. Diz Rosdolsky:

Pois assim como em O capital de Marx a influência de Hegel somente parece manifestar-se, à primeira vista, em algumas notas de pé de página, cabe assinalar aos Grundrisse como uma grande remissão a Hegel, e em especial a sua Ciência da Lógica, demonstrando a forma radicalmente materialista em que se reverteu a Hegel neste caso.²

É importante perceber a relevância atribuída por Rosdolsky à compreensão da dialética de Hegel, algo fundamental em sua investigação dos fundamentos do pensamento de Marx. Devemos lembrar que Rosdolsky em seu exílio buscava a compreensão destes fundamentos como clareza para a ação. A filosofia demonstra um papel a desempenhar no pensamento marxiano e marxista. Filosofia e economia estão interligadas nos *Grundrisse* em sua marca para definir o programa da revolução.

Os *Grundrisse* são o “fruto de quinze anos de estudos” de Marx, algo descrito por ele em uma carta a Lassalle citada por Rosdolsky. Transparece a continuidade dos estudos de Marx desde a sua juventude teórica, um estudo desenvolvido para a compreensão e orientação da luta política.

O contínuo acompanhamento do mecanismo econômico permitiu a Marx perceber que a crise de 1847 provocara a revolução de 1848. Os avanços revolucionários ou retomadas do reacionarismo são profundamente influenciados pelos desdobramentos do mercado mundial. Diz Marx:

...a crise do comércio mundial de 1847 havia sido a verdadeira mãe da revolução

1. ROSDOLSKY, Roman. *Génesis y Estructura de El Capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse)*. 6. ed. México: Siglo Veintiuno, 1989, p. 11.

2. Idem. pp. 13-14.

de fevereiro e março', a 'prosperidade industrial, que voltou a iniciar-se paulatinamente desde meados de 1848, e que alcançou seu pleno florescimento em 1849 e 1850', foi 'a força que reanimou a reação européia novamente fortalecida...'³

Crise econômica e revolução se entrelaçam em uma manifestação das contradições do próprio sistema capitalista. Tais contradições permitem pensar a realidade da transição a um sistema substituído ao domínio do capital. A crise é um momento de destruição e criação, destruição das forças produtivas concentradas sob o signo do capital, criação de capacidade de ação revolucionária das massas.

Marx precisa compreender o funcionamento do sistema para identificar os momentos de crise e os princípios históricos determinantes do capitalismo. Neste trabalho a economia revela-se central para a clareza. A economia é determinante por ser uma especificidade do capitalismo o domínio da realidade econômica da mercadoria sobre o conjunto das outras realidades.

Marx depara-se com a necessidade de ampliar seus estudos da realidade econômica, além disso, precisa entender as visões dos diversos representantes do movimento socialista sobre este campo da investigação; é aí que demarcam-se as diferenças incontornáveis. Não é possível aceitar, para Marx, a incompreensão nesta área. O erro neste campo significa a falha em entender a própria essência da realidade dominada pelo econômico. É por este motivo que Marx busca avaliar a visão de Proudhon. Ele pede a Engels sua visão sobre aquele. Diz Marx:

*Por outra parte — escreve Marx a Engels — tens que me comunicar finalmente teus pontos de vista sobre Proudhon. Me interessam tanto mais quanto que neste momento estou envolvido com a elaboração da economia.*⁴

Dois dos traços essenciais do trabalho teórico da maturidade se apresentam aqui: investigação econômica e análise das posições do movimento operário. Somente é possível uma posição que trace minimamente estes dois caminhos. Trata-se do ano de 1851, onde a reação européia dominava as ações políticas e restava aos revolucionários repensar seus métodos e seus objetivos.

Rosdolsky reconhece este estágio da elaboração de Marx e identifica em uma carta a Engels que "... agora queria limitar-se a um 'ajuste de contas' com a economia anterior e os siste-

mas socialistas"⁵. As duas tarefas estão interligadas e ocupam a mente de Marx. A leitura de Rosdolsky volta-se para o acompanhamento dos planos de elaboração da crítica da economia política, como podemos constatar quando ele diz que:

*Também isto já constituía uma modificação do plano juvenil de Marx, o qual — além da economia e a política — compreendia também uma crítica do direito, da moral e, sobretudo, da filosofia.*⁶

Não desejamos afirmar que a leitura de Rosdolsky é equivocada, apenas orientamos a nossa visão para outro aspecto que consideramos importante: a premente necessidade de Marx em compreender a economia e a política, partes fundamentais da sua própria capacidade de intervenção na realidade.

Rosdolsky volta a destacar a relevância desta abordagem que buscamos ao discorrer sobre um manuscrito perdido de 1851 em que Marx debate o livro de Proudhon *Idée Générale de la Révolution au XIX Siècle*. Somente a parte sobre "O Sistema Monetário Perfeito" teria restado. Marx já identifica a luta contra Proudhon com as visões sobre a moeda deste autor. Este será o ponto fulcral da redação dos *Grundrisse*, a idéia de que a moeda pode ser utilizada como uma forma de controle do sistema de produção de mercadorias, eliminando as distorções do mercado e corrigindo as injustiças sociais. Patenteia-se que o enfrentamento com os sistemas socialistas caminha para a compreensão de dois aspectos centrais: a compreensão científica do modo de produção capitalista e as propostas que podem ser derivadas desta análise.

O factível e não utópico de um movimento revolucionário origina-se de sua superação da realidade de domínio do capital. A manutenção e superação de um sistema devem ser compreendidas. Aí pode ocorrer o erro, aí podem ser decididas a vitória ou a derrota da luta revolucionária.

Apresentemos então uma das argumentações fundamentais para a nossa discussão, o fato de que os *Grundrisse* são elaborados como manifesto para a orientação de um possível estouro revolucionário decorrente da crise econômica de 1857. Para isso, é importante que citemos uma passagem de Rosdolsky. Diz este:

Resulta sumamente característico que a decisão de redigir os Grundrisse, e a pressa febril com que isso ocorreria (todo o enorme manuscrito foi concluído em 9 meses, entre julho de 1857 e março de 1858) se deveram especialmente



Proudhon, o irmão falso do movimento socialista.

*ao estouro da crise econômica de 1857. Essa crise encheu de elevadas esperanças ao 'partido dos dois homens na Inglaterra', como denominara aos dois amigos Gustav Mayer, o biógrafo de Engels, e por isso é natural que Marx quisesse levar ao papel quanto menos os traços fundamentais de sua teoria 'antes do dilúvio', quer dizer, antes do começo da esperada revolução européia.*⁷

Não há dúvidas de que Marx tinha em mente planos para a elaboração de sua ciência, chamada anteriormente de Ciência da História. O livro de Rosdolsky tem em mira esta compreensão, ainda que delimitada à crítica da economia política. Nossa investigação dirige-se para a conjuntura específica na elaboração dos *Grundrisse* e a oportunidade de perceber o conjunto da obra de Marx condensada em um único texto. Eis o centro de nossa análise: a oportunidade do "dilúvio" é percebida como uma oportunidade especial de travar a luta revolucionária e a atividade teórica é compreendida como decisiva.

As tarefas de Marx se confundem em elaboração de seu livro sobre a crítica da economia política e na resposta à luta revolucionária. Esta resposta tem três nuances, a compreensão dos fundamentos da realidade vigente, a crítica às propostas dos movimentos socialistas que não entendiam o funcionamento do sistema e a apresentação dos pressupostos para a construção de uma sociedade comunista.

Marx reconhece em uma carta a Engels somente dois destes tópicos. Esta carta de 18 de dezembro de 1857 é elucidativa. Diz Marx:

Eu trabalho de forma colossal, na maioria

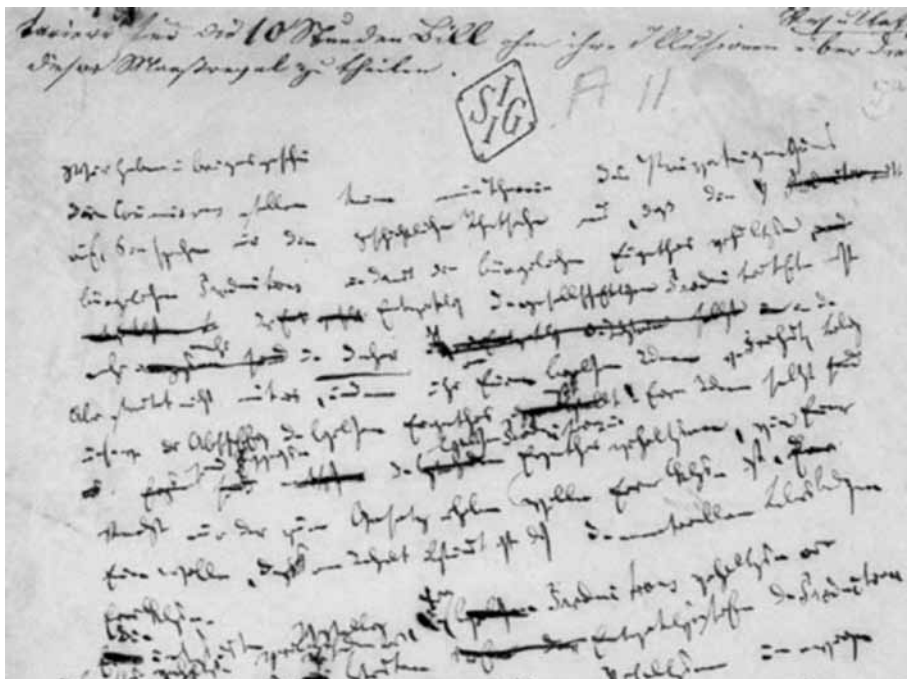
3. Idem. p. 28.

4. Idem. p. 29.

5. Idem. p. 30.

6. Idem. Ibidem (nota de rodapé 20).

7. Idem. p. 33-34.



Manuscrito de Marx do começo da década de 1850.

das vezes até as 4 da manhã. Porque o trabalho é duplo: 1) Elaborar os fundamentos da economia... 2) A crise atual.⁸

Pretendemos extrair algo além destes dois aspectos, a apresentação dos princípios do futuro comunismo. Vale ressaltar que há ainda a urgência, também determinada pela crise, em combater os princípios de sociedade futura dos proudhonistas. Marx não combate a idéia de estabelecer tais princípios, mas a de propostas que levassem à derrota do movimento operário. Rosdolsky identifica este fato ao dizer que:

Tão exterior como a esperança depositada no 'turbulento ano de 1858' parece à primeira vista o outro motivo que impulsionara Marx a redigir seus Grundrisse: sua aspiração a ajustar contas com o 'irmão falso' do movimento operário socialista, o proudhonismo.⁹

Rosdolsky acredita que os esforços de Marx para combater o proudhonismo contribuíram para “a formação da teoria marxiana do dinheiro”¹⁰. Percebemos a preocupação de Rosdolsky em identificar o caminho da obra marxiana. Porém, é importante compreender que as intenções de Marx não podem ser dissociadas posteriormente, a partir de um ponto de vista puramente externo, de uma visão global histórica. É preciso analisar as motivações do autor dos *Grundrisse* em seu momento. É neste aspecto que se aclara a necessidade de diferenciarse das visões do proudhonismo. Esta não é uma questão menor para Marx,

apesar de que:

a variante especificamente proudhoniana do socialismo não desempenha papel algum, e por isso nos deve parecer 'desproporcionado' o destaque de Marx a esse ponto de vista.¹¹

Para Marx a problemática não está ligada ao proudhonismo somente, mas às propostas que ele carregava, propostas que não rompiam com o modo de produção dominado pelo capital. Trata-se de criticar de forma conjunta o capitalismo e os que pretendiam modificar os seus sintomas mantendo as suas estruturas fundamentais. Diz Marx em uma carta a Weydemeyer em 01/02/1859:

Nestes dois capítulos se destroça, ao mesmo tempo, ao socialismo proudhoniano em seus fundamentos, atualmente em moda na França, que pretende deixar subsistir a produção privada, mas organizar o intercâmbio dos produtos privados, que quer a mercadoria, mas não quer o dinheiro. O comunismo deve desfazer-se antes de tudo desse irmão falso.¹²

Sociedades anteriores ao capital

A existência do trabalho assalariado e do capital está fundamentada no “trabalho livre” e na troca deste trabalho livre por dinheiro com o objetivo de “reproduzir e valorizar o dinheiro”. O trabalho se torna

valor de uso para o dinheiro, não para o “desfrute”. A liberdade do trabalho é dupla: liberdade pela perda dos meios de trabalho e dos materiais de trabalho. Como diz Marx:

... a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua realização... Portanto da completa cisão dos trabalhadores da terra como seu laboratório natural.¹³

A separação da posse ou da propriedade da terra é um mecanismo central para a distinção entre os modos de produção.

A condição de trabalhador que vende sua força de trabalho pressupõe o desaparecimento da possibilidade de trabalhar de forma independente do próprio dinheiro. O dinheiro torna-se o elemento que deve ser satisfeito, estabelecendo suas necessidades como mecanismo vivo e central da existência social. Tal existência é controlada para a reprodução do dinheiro e de sua expansão valorizada.

O valor de uso dos objetos existe de forma indireta para o indivíduo. O centro social é deslocado para o que é útil ao dinheiro, “... como valor de uso para ser consumido pelo dinheiro...”¹⁴. O indivíduo é acessório ao dinheiro e pode aparecer como trabalhador assalariado ao lado do capital. Trata-se de um novo princípio que substitui os princípios de formas anteriores ao capitalismo.

Nas formas que antecedem o modo de produção capitalista os fundamentos são erguidos em outras bases, como a produção para o valor de uso, a posse dos meios e materiais de trabalho, a manutenção do indivíduo e da comunidade à qual ele pertence como objetivo da produção e a existência de um indivíduo que trabalha, mas que não é unicamente trabalhador.

Desempenha a propriedade (ou posse) da terra um papel central para a distinção entre os modos anteriores ao capitalista, e para a distinção entre os indivíduos destes estágios e um indivíduo que é mero trabalhador e que serve para ser usufruto do dinheiro.

Entender as formações sociais ao longo da História permite entender avanços e retrocessos humanos. Para Marx as sociedades que antecedem o capitalismo não são simplesmente objeto de crítica. A complexa teia de relações que possuíam determinava formas peculiares da existência humana.

Da mesma maneira não é possível discutir a visão de Marx sobre os modos de produção de forma unilateral. Há princípios que são positivos e negativos para a construção de uma sociedade

8. MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Briefwechsel April 1856 bis Dezember 1857*. Text. Leipzig: Dietz, 1990, p. 221.

9. ROSDOLSKY, Op. cit., p. 34.

10. Idem. p. 35.

11. Idem. p. 35.

12. Idem. Ibidem (nota de rodapé 45).

13. MARX, *Ökonomische Manuskripte 1857/58*. Leipzig: Dietz, 1981. (MEGA). Teil 2. p. 378.

14. Idem. Ibidem.

futura: ao nosso ver, o tema principal dos *Grundrisse*. Porém, positivo e negativo devem ser entendidos de uma forma dialética, com uma articulação interna que precisa ser desvelada em sua própria exposição.

As críticas feitas a Marx por seus elogios ao capitalismo escondem esta compreensão dialética. Seus comentários sarcásticos aos períodos anteriores ao capitalismo, supostamente ressaltam a missão civilizadora do capitalismo. Esquecem os críticos de Marx das suas críticas radicais ao capitalismo (algo que não pode ser eludido). Apóiam-se, então, em uma suposta característica eurocêntrica do pensamento marxiano, que seria assim preconceituoso com os povos de formações sociais anteriores ao capitalismo.

A criação do trabalhador livre que existe no capitalismo é fruto de um desenvolvimento histórico que eliminou as formas anteriores de produção. As transformações ocorrem fundamentalmente na forma como os indivíduos se relacionam com suas condições de trabalho.

O domínio do capital

Um dos pontos basilares do modo de produção capitalista é o dinheiro em sua forma universal, e como expressão de relações que o produziram e o elevaram à condição de elemento dominante das relações sociais, a figura mais refinada de sutis abstrações produzidas no mercado.

No “Kapitel vom Geld” Marx começa a discutir que a crise inglesa de 1809-1811 é fruto do aumento do preço do ouro e não da taxa de conversibilidade dos papéis emitidos pelo sistema bancário em ouro. O problema não é a conversibilidade, mas que o próprio ouro variou de valor. Este era um ponto decisivo da diferenciação do argumento de Marx em confronto com a tese defendida pelo proudhonista Darimon. Este achava que a substituição do ouro por uma moeda-trabalho superaria as crises e as contradições do sistema. Isto permite a Marx explicitar o fundamento do dinheiro, afirmando que não é o ouro que produz as contradições, mas algo de maior profundidade: a própria medição abstrata em tempo de trabalho e a sua materialização em mercadorias.

Seriam o ouro e a prata mercadorias especiais e, por isso, deveriam ser substituídas em sua função de dinheiro por uma “igualdade” de todas as mercadorias, já não existindo supremacia entre elas: eis o argumento de Darimon. O incorreto seria haver um monopólio da figura monetária por parte do ouro. Que

todos os objetos se tornem moedas, o que importa é que sirvam como capital. Marx pergunta então: por que os metais preciosos adquirem tal diferença das demais mercadorias? Desponta a possibilidade de trazer à tona a natureza real do dinheiro e o porquê de sua configuração em um objeto concreto, com determinadas características, em um valor de uso específico.

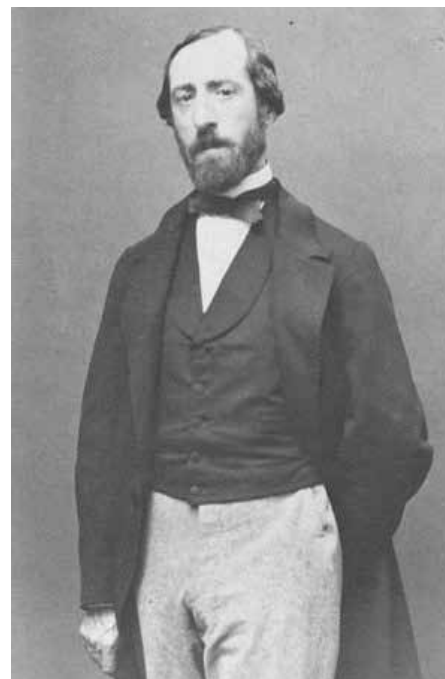
O preço do ouro, assim como o do trigo, varia em proporção à capacidade produtiva da sociedade para obtê-lo. Diz Marx:

Com ou sem moeda metálica ou de qualquer outra espécie, a nação se encontraria em uma crise que se estenderia não somente ao trigo, mas a todos os outros ramos de produção, já que não somente positivamente sua produtividade diminuiria e o preço de sua produção seria depreciado com respeito ao valor determinado pelos custos de produção normais, mas também todos os contratos, todas as obrigações etc., que repousam sobre os preços médios dos produtos... Independentemente do dinheiro, a nação se encontraria então ante uma crise geral.¹⁵

Segundo Marx, todas as “relações econômicas se apóiam sobre uma produtividade média de seu trabalho”. A base sobre a qual se ergue o organismo econômico da sociedade capitalista é a medição do trabalho em uma média abstrata. As crises não ocorrem pelo simples uso de um metal precioso como moeda, algo defendido por Darimon, mas pela própria natureza do sistema. Compreender a natureza do sistema permite entender suas contradições, e a superação destas somente é factível com a superação das engrenagens profundas que o movem.

Segundo Marx, para Proudhon “... somente os metais preciosos possuem um valor autêntico...”. Mas, ouro e prata são mercadorias e são regidos pela lei do valor, ou por sua produtividade média social. Depreciação de ouro e prata significa encarecimento do trigo. Também não adianta tentar afirmar que os metais preciosos em forma de moeda são fixados em medidas impressas em sua forma monetária, pois as medidas também são fixas para as características concretas de outros objetos. Ressalta aqui a importância da distinção estabelecida por Marx em *O capital* entre o valor de uso e o valor em sua diferença das medidas concretas e da medida abstrata do valor. Esta última não é uma medida fixa, mas social, estando sujeita às variações da produtividade social.

15. MARX, *Elementos Fundamentales Para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*. 16. ed. México: Siglo Veintiuno, 1989. (Biblioteca del Pensamiento Socialista). Vol. I, p. 53.



O discípulo de Proudhon, Alfred Darimon.

Marx identifica a crise, que é analisada por Darimon como sendo de origem monetária, como fruto do decréscimo da produtividade social em relação ao trigo. Para Marx: “A exportação de ouro não é a causa da crise do trigo, mas que, pelo contrário, a crise do trigo é a causa da exportação de ouro”¹⁶. Ouro e prata podem contribuir para agravar a crise, mas não para gerá-la.

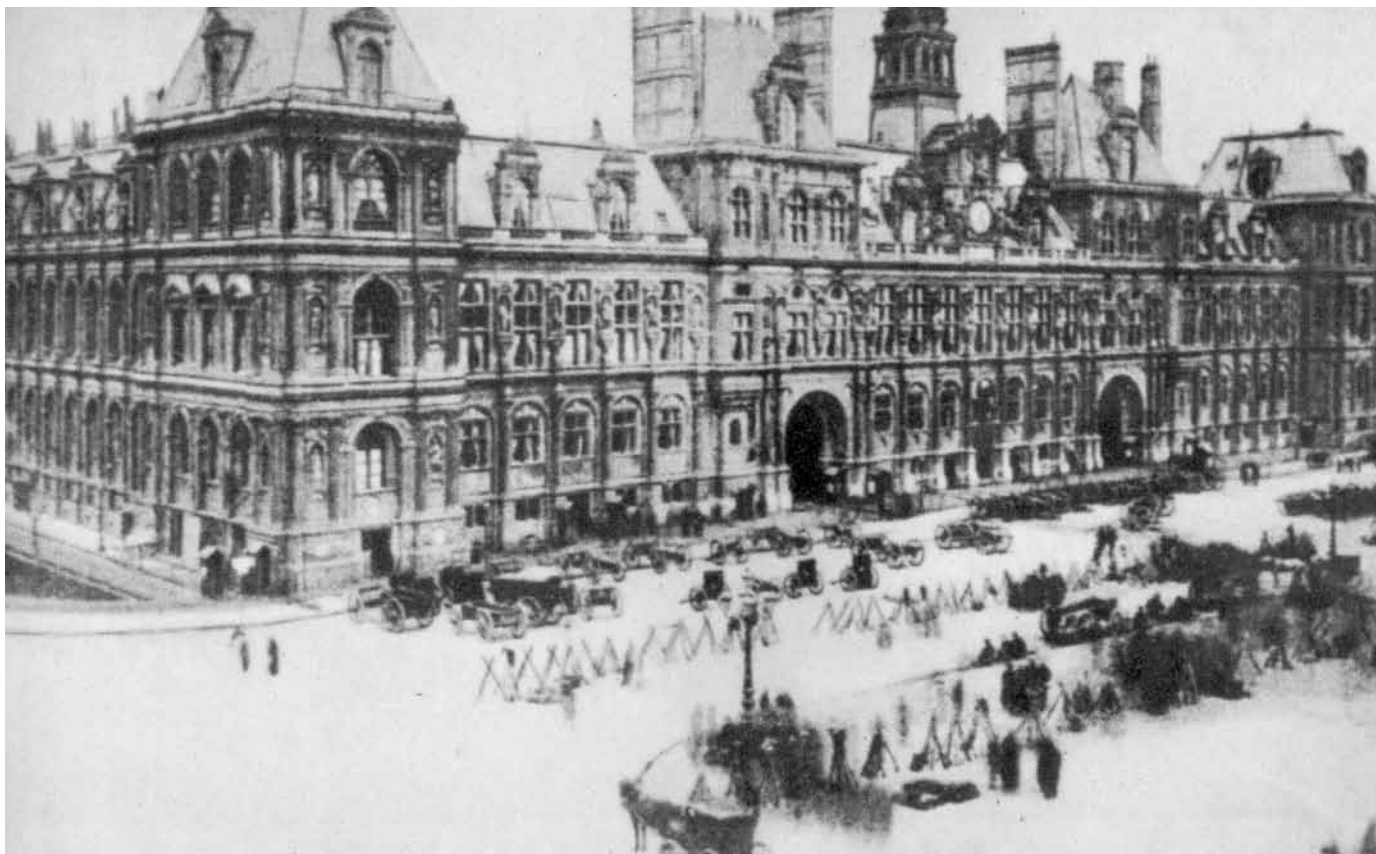
A crise pode ser expandida pela complexa relação entre os bilhetes de banco, ou papéis-moeda, e sua taxa de conversão em ouro. Surge o problema do dinheiro nominal e sua base real em ouro e prata. Os “bilhetes de banco” traduzem a conversibilidade destes em metal precioso. Muitas crises capitalistas estiveram relacionadas à ausência de lastro para garantir a conversibilidade, porém, os problemas decorrentes daí podem ser resolvidos sem que a natureza do sistema seja modificada, ou como diz Marx: “... sem abandonar esta mesma base social atual...”¹⁷

A depreciação da moeda em ouro não deixa de ocorrer por ser ela o “único valor autêntico”, mas por trazer em sua figura física a determinação quantitativa de seu valor. A moeda sempre expressará seu valor fixado de face, mas sua essência como dinheiro é oriunda da relação de valor. Esta é sujeita a movimentos contínuos, seja determinados por movimentos da demanda e da oferta, seja por variações de produtividade.

Porém, a depreciação implica necessariamente o seu oposto: a valorização, ou a conversibilidade implica a inconvertibilidade. A existência de uma relação monetária em que papéis podem ser convertidos em ouro, significa que este é o que garante a aceitação

16. Idem. p. 54.

17. Idem. p. 57.



Bem armada, a burguesia se prepara para enfrentar a classe trabalhadora em 1871, durante os eventos da Comuna de Paris.

universal de tais títulos, logo outras mercadorias estão excluídas desta conversibilidade universal, o dinheiro assumiu uma forma autônoma e dominante sobre o mercado. A cambiabilidade universal nunca chegou a existir, pois nos períodos de domínio do escambo a troca estava determinada pela aceitação mútua dos produtos que trocavam de mãos. Tal conversibilidade universal é estampada na forma particular de uma mercadoria que assume a natureza de dinheiro, logo de circulação universal. A existência de uma sociedade em que todos os produtos podem se tornar mercadorias exige a constituição de uma mercadoria particular que torna-se a expressão de uma comparação universal entre os produtos-mercadorias.

A comparação acima referida é uma comparação entre todos os níveis de produtividade média e de sua participação no tempo médio que a sociedade precisa para obtê-lo. O valor não será estabelecido pelo tempo requerido para a produção de um objeto específico, mas da força social geral que foi posta em ação na criação do produto. Como diz Marx: “O que determina o valor não é o tempo de trabalho incorporado nos produtos, mas o tempo de trabalho atualmente necessário”¹⁸. Isso significa que a cada avanço ou retrocesso no processo produtivo variará a medida social das mercadorias, independente do valor que contenham oriundo de suas respectivas criações. O próprio valor variará em proporção aos produtos que pode adquirir,

sendo esta uma manifestação da contínua evolução a produtividade do trabalho vivo, o que deprecia constantemente o trabalho objetivado nos produtos.

Essa apreciação leva-nos ao centro da polêmica entre Marx e a visão de Proudhon e seus seguidores: a natureza do valor; o que nos permite divisar a posição de Marx sobre o papel desempenhado pelo valor como sustentáculo do modo de produção capitalista. Diz ele:

*O valor (o valor real de troca) de todas as mercadorias (inclusive o trabalho) está determinado por seus custos de produção, em outros termos, pelo tempo de trabalho requerido para sua produção. O preço é este valor de troca expresso em dinheiro.*¹⁹

Os proudhonistas esperavam que a substituição do dinheiro metálico por uma moeda em trabalho pudesse eliminar as contínuas alterações de preço dos produtos, as valorizações e desvalorizações, a diferença entre valor real e nominal, entre preço e valor, sendo a própria supressão das contradições capitalistas, regulando e igualando demanda e oferta. Porém, valor e preço possuem diferenças que não são somente nominais.

O valor das mercadorias é um valor médio, um mecanismo de “abstração extrínseca”, que permite comparar as mercadorias em um intervalo de tempo. O preço é o valor expresso em dinheiro. A abstração é um mecanismo social

fruto de uma forma peculiar das relações humanas de produção. A capacidade de abstração proveniente do valor é o resultado de um longo desenvolvimento que criou a sociedade capitalista, não é um artifício que pode ser extirpado da sociedade sem que se mude as próprias bases do modo de produção.

Preço e valor se distinguem, o que explica as oscilações do valor de mercado. O preço é a negação do valor, mas não uma negação absoluta, e sim uma “negação da negação”. O valor é a média dos próprios preços das mercadorias em um determinado período de tempo. Já os preços são produtos da demanda e da oferta, e a raiz última da demanda e da oferta é estabelecida sobre os custos de produção. Ou seja, tempo de trabalho socialmente médio (ou custos de produção) determina demanda e oferta, que determinam preços, que determinam o valor. Eis a argumentação de Marx para provar que as contradições entre estas figuras do mercado não são desvios da rota, mas essências da própria relação capitalista.

O preço das mercadorias é constantemente superior ou inferior a seu valor, e o mesmo valor das mercadorias existe somente no up and down dos preços das mercadorias. Demanda e oferta determinam de modo constante os preços das mercadorias; nunca coincidem ou somente o fazem acidentalmente; mas os custos de produção por sua parte determinam as oscilações da demanda

18. Idem. p. 59.

19. Idem. p. 61.

A identificação imediata entre preço e valor com a supressão das crises de demanda e oferta, algo pretendido por Darimon com a sua proposta de um dinheiro-trabalho, com uma configuração monetária que expressasse, ao mesmo tempo, preços e valores, é desmantelada por Marx. O mecanismo da medição em tempo, ou de custos de produção, é o elemento que constrói todas essas categorias. A dependência de preço, valor, demanda e oferta é explicitada em relação à medição em tempo de trabalho. Todas essas categorias irão desembocar na expressão sonante do dinheiro; este é a manifestação fenomênica dos processos construídos pelo desenvolvimento e dominação do mercado sobre as formas de produção anteriores.

A existência do mercado em sua forma dominante exige a separação de uma das mercadorias para assumir a forma-dinheiro, tornando-se uma mercadoria especial, com a capacidade universal de comparação como seu monopólio. O dinheiro é a monopolização da representação do valor e da abstração realizada pelo mercado com os tempos de produção das mercadorias. A verdadeira sustentação do dinheiro é o valor. Por isso, a discussão sobre essência e aparência assume um papel destacado nos “Grundrisse”. O próprio mercado é a elevação da dicotomia entre real e abstrato, entre real e nominal, entre essência e aparência, à condição dominante. A dicotomia traduz-se em permanente luta e contradição. A marca central das manifestações do mercado é o conflito, a concorrência, a disputa e o combate conduzidos a um grau extremo. Esses sintomas não são desvios que possam ser habilmente evitados, mas fundamentos para a existência da sociedade de mercado. O conflito entre preços e valores é a face oculta da luta entre concorrentes e dos conflitos humanos dominados pela relação capitalista. Diz Marx:

A diferença entre preço e valor cria o requerimento de que os valores entendidos como preços sejam medidos com um padrão de medida distinto do seu próprio. O preço distinto do valor é necessariamente o preço monetário. Aqui se vê que a diferença nominal entre preço e valor é condicionada por sua diferença real.²¹

A diferença real entre preço e valor produz o dinheiro, que precisa ser a evolução de uma mercadoria em sua nova função de comparação das outras mercadorias. O dinheiro assume a figura de um valor distinto dos outros valores, assume uma autonomia frente aos valores

particulares, estabelece um domínio sobre as demais. O dinheiro é o desembocadouro da evolução da mercadoria. Porém, a relação entre dinheiro e mercadoria não é tranqüila. A passagem de um ao outro só é estabelecida pelos meandros do mercado, o que nem sempre ocorre. Os proudhonistas supunham poder eliminar as dificuldades de mercado preservando o próprio mercado através de uma outra moeda, mas a moeda e o mercado são intrinsecamente ligados. A existência de dinheiro, seja ele em que forma for, repõe as contradições e dilemas de mercado.

Da exposição das diferenças entre preço e valor, Marx passa a explicar o valor mesmo como categoria. O valor é a característica da mercadoria na troca. O valor permite que objetos de naturezas distintas possam ser comparados e trocados. Há uma capacidade universal dada pelo valor à mercadoria: a capacidade de participar da comunidade de valores, onde se extinguem as especificidades e se homogeneizam os objetos. Além dessa participação na capacidade universal de troca há uma capacidade particular da própria mercadoria, que é o seu valor específico, a sua comparação com a produção social geral, o seu percentual no conjunto do processo geral de produção.

O valor expressa uma dupla realidade: a “cambiabilidade” geral e a específica. A estrutura do mercado é centrada nessa duplicidade. O caráter universal das trocas é a essência do mercado. A participação nessa universalidade é a demonstração do domínio do valor como categoria social específica do capitalismo. Dessa participação universal deriva a possibilidade de participar de forma específica no produto social. Diz ele:

...valor é não somente o caráter intercambiável da mercadoria em geral, mas a intercambiabilidade específica de mercadoria. O valor é ao mesmo tempo o expoente da proporção em que uma mercadoria se troca por outra, e o expoente da proporção em que uma mercadoria foi já trocada, na produção, por outras mercadorias (tempo de trabalho materializado); ele é sua intercambiabilidade quantitativamente determinada.²²

A universalidade do mercado e da própria sociedade capitalista está interligada ao valor como categoria. O capitalismo estabelece a universalidade das relações humanas, mas como elementos do valor, daquela capacidade de troca universal. Ou seja, o universal é a mercadoria, ou o domínio da mercadoria sobre a sociedade.

As mercadorias são objetos qualitativamente distintos e incomparáveis,

porém o valor permite a comparação universal. As mercadorias adquirem socialmente a qualidade especial de poderem ser comparadas quantitativamente. Esta é uma qualidade não oriunda da natureza material dos objetos que se tornam mercadorias, mas nascida da especificidade social do modo de produção capitalista. Assim:

O valor é sua relação social, sua qualidade econômica... Como valor a mercadoria é ao mesmo tempo um equivalente de todas as outras mercadorias em uma determinada relação. Como valor a mercadoria é um equivalente; como equivalente, todas as suas qualidades naturais estão canceladas nela; a mercadoria não mantém já nenhuma relação qualitativa particular com as outras mercadorias; ela é tanto a medida universal como o representante universal, como o meio universal de troca de todas as outras mercadorias. Como valor ela é dinheiro...²³

O dinheiro é a manifestação de um equivalente sem qualidades, o universal quantitativo, a demonstração do valor como perda das qualidades; algo presente em todas as mercadorias, mas somente o dinheiro é o representante universal reconhecido, o meio universal de troca entre as mercadorias. O dinheiro aparece como mediador entre as mercadorias. Além disso, aparece como o próprio valor materializado, a medida de valor fisicamente presente, permitindo a rápida conversão mental do processo social de produção em quantidades.

O dinheiro não é algo externo ao mundo da mercadoria, ao contrário, insere-se em sua natureza mais profunda. Apesar de que, em diversos modos de produção o dinheiro esteve presente, apenas na formação social em que domina a produção capitalista ele assume o caráter de materialização da medida abstrata das mercadorias, o caráter de expressão universal do valor. Dinheiro e valor são estruturalmente ligados. Tal estruturação é uma especificidade do capitalismo, suporte de tal relação social e elemento diferenciador de outros modos de produção.

Os princípios para a superação do capitalismo

Discutiremos os princípios para a construção da sociedade comunista e teremos como referência que entramos em um terreno perigoso para a análise do pensamento marxiano. É preciso deixar nítida a linha que separa as propostas

20. Idem. p. 62

21. Idem. p. 65.

22. Idem. Ibidem.

23. Idem. p. 66.

de Marx do utopismo que ele desejava combater, como o proudhonista. Daí decorre a necessidade apresentada pelo próprio Marx de que suas conclusões eram oriundas de uma visão científica.

A elaboração científica de Marx é a construção da ciência histórica de crítica à economia política, mas não só, ela é uma direção para a revolução, definindo as categorias do capitalismo a serem eliminadas.

Trabalhamos com duas abordagens: a primeira trata de identificar os fundamentos que precisam ser destruídos, sob pena de não haver mudança real; a segunda apresenta passagens dos *Grundrisse* onde Marx trabalha a construção da sociedade futura.

A crítica ao capitalismo visava ao corolário da efetivação da sociedade comunista. Marx constrói os *Grundrisse* como obra programática, para além da demonstração científica do funcionamento da sociedade do capital. Transparece o combate aos princípios proudhonistas de reforma do capital. Está em jogo a direção da classe operária no combate contra a exploração. Não poderia haver erros que levassem ao desastre do movimento. Isso obriga Marx a condensar todas as suas descobertas em único escrito. Esse texto representa a condensação do conjunto da sua obra, trazendo todas as etapas da luta necessária à derrubada do capitalismo.

A proximidade da crise mundial permitiu que tivéssemos acesso a um verdadeiro manifesto por uma sociedade comunista, um manifesto por uma nova sociedade, “um manifesto social”. Os *Grundrisse* assemelham-se a um manifesto comunista, porém muito mais vasto, pois trazem a crítica social, a crítica política e a proposição de uma nova sociedade. Os *Grundrisse* concentram as características do *Manifesto Comunista* e d’*O capital*.

Trataremos agora das propostas de Marx em duas etapas, a negativa, mas que já indica o que deve ser modificado, e a positiva, que relata diretamente caminhos para a organização futura. Assim, dividiremos em dois tópicos este debate, para apresentar as faces negativa e positiva da mudança revolucionária.

A Negatividade e a Construção

Marx enfrentava o proudhonista Darimon e sua proposta de alteração da base monetária, a proposta do dinheiro em trabalho. Para combatê-la Marx analisa a ligação fundamental do dinheiro com o capital, a sua relação mútua, o dinheiro como desenvolvimento necessário das relações capitalistas. Ainda que o dinheiro tenha estado

presente em outras formações sociais o fez em uma condição subalterna.

O dinheiro é um dos princípios da sociedade capitalista, talvez o elemento mais visível dessa formação social. A proposição proudhonista de utilizá-lo e de reformá-lo foi asperamente combatida por Marx, por demonstrar o desconhecimento dos fundamentos desta sociedade. Darimon pretendia abolir a forma do dinheiro em ouro e prata para substituí-las por uma validade universal das mercadorias como dinheiro. Ou como diz Marx:

*...elevai todas as mercadorias ao monopólio que agora possuem exclusivamente o ouro e a prata. Aboli o dinheiro fazendo de cada mercadoria dinheiro e conferindo-lhes as propriedades específicas do dinheiro... O verdadeiro problema é o seguinte: o sistema burguês de troca não faz necessário um instrumento de troca específico? Não cria necessariamente um equivalente particular para todos os valores? Uma forma deste meio de troca ou deste equivalente pode ser mais manejável, mais adequada, e provocar menos inconvenientes que outras formas. Mas, os inconvenientes que derivam da própria existência de um meio específico de troca, de um equivalente particular e não obstante universal, se reproduziam em todas as formas, ainda que de maneira distinta.*²⁴

Marx argumenta que a própria existência do equivalente particular-universal traz em si uma manifestação de um princípio da sociedade capitalista: a forma burguesa do intercâmbio dos produtos. O sistema de trocas acaba por gerar a universalização da moeda. Logo, as trocas de mercadorias e a moeda, que é o desenvolvimento das trocas até sua universalização, devem ser abolidos. Esse é o primeiro dos tópicos de combate apresentados por Marx nos *Grundrisse*.

O primeiro ponto do programa marxiano dirige-se diretamente a seus opositores no movimento operário. A direção revolucionária deveria começar por destruir o capitalismo pela abolição do sistema de trocas e de sua categoria central: o dinheiro. Assim, está inaugurada a negatividade revolucionária, eis a abertura do programa da revolução da classe operária. Trata-se de uma distinção decisiva em relação às revoluções políticas democrático-burguesas de 1848. Com essa proposta Marx estabelece novos patamares para as lutas de classes, não a luta contra leis e regimes de governo específicos, mas a luta contra o sistema social, o “... abandonar esta mesma base social”.²⁵

A exploração já não é combatida apenas por seus efeitos. Marx desce aos seus sustentáculos e anuncia não somente a supressão das trocas e do dinheiro, mas a supressão dos preços, o que permite:

*... abolir o valor de troca. Assim, este problema [leva a abolir] a troca, em suas formas correspondentes à organização burguesa da sociedade. Foi visto desde o começo que os males da sociedade burguesa não se remediam mediante ‘transformações’ bancárias ou mediante a fundação de um ‘sistema monetário’ racional.*²⁶

Há um encadeamento das medidas programáticas de uma revolução comunista. Somente a erradicação do conjunto das categorias essenciais da sociedade capitalista permitiria a vitória. Mas, ainda não estão apresentadas todas as especificidades capitalistas a serem extirpadas. A troca leva ao dinheiro e aos preços, mas a base destes está descrita assim por Marx:

*O valor (o real valor de troca) de todas as mercadorias (inclusive o trabalho) está determinado por seus custos de produção, em outros termos, pelo tempo de trabalho requerido para sua produção. O preço é este valor de troca expresso em dinheiro.*²⁷

Chegamos a dois novos pontos programáticos para a revolução: a necessária abolição do valor e da medição dos produtos por meio do seu de trabalho para a determinação dos valores de troca. O valor deve ser eliminado em uma sociedade comunista. Além disso, o trabalho que dá a medida dos valores, o trabalho como fonte dos valores, precisa ser suprimido. Marx lida com conceitos que parecem imutáveis, mas que a sua investigação histórica demonstrou serem marcas específicas do capitalismo. O movimento operário da época tratava tais categorias como elemento natural e imutável de todas as formações sociais, algo derivado da própria economia política. Marx apresenta um programa e uma justificação da necessidade de eliminar esta “naturalidade” dos fundamentos do capitalismo.

Assim, Marx inicia a discussão sobre como a natureza real foi cancelada, ou melhor, submetida pela nova “natureza” social do capitalismo. Diz ele:

Como valor a mercadoria é um equivalente de todas as outras mercadorias em uma determinada relação. Como valor a mercadoria é um equivalente; como equivalente, todas suas qualidades naturais estão canceladas nela; a mercadoria

24. Idem. p. 50.

25. Idem. p. 57.

26. Idem. p. 58.

27. Idem. p. 61.



Marx elaborava sua obra em ritmo intenso, pois sabia que, em pouco tempo, diante da crise do capital, a classe trabalhadora se ergueria.

*não mantém já nenhuma relação qualitativa particular com as outras mercadorias; ela é tanto a medida universal como o representante universal, como o meio universal de troca de todas as outras mercadorias. Como valor ela é dinheiro.*²⁸

O valor é a universalização das medidas das mercadorias, a própria possibilidade de sua comparação para a troca. Do valor chegamos à mercadoria e ao dinheiro. Valor e dinheiro se ligam umbilicalmente. Não há mudança possível do dinheiro e de seus malefícios sem a eliminação do valor. Este é a “segunda natureza” que transforma os produtos em mercadorias, a manifestação do ocultamento das qualidades naturais e eternas dos produtos, e, conseqüentemente, a sua substituição por uma nova naturalidade: a natureza do valor, da troca, dos preços, do dinheiro, do mercado.

A abstração da natureza é uma exigência da categoria do valor, da sua essência de abstração social elevada ao controle das esferas da vida humana. A abstração torna-se a totalidade dominante da vida. Diz Marx:

Em cada instante, no cálculo, na contabilidade, etc., nós transformamos as mercadorias em signos de valor, as fixamos como simples valores de troca, fazendo abstração de sua matéria e de todas as suas qualidades naturais. No papel e mentalmente esta metamorfose se efetua por simples abstração; mas na

*troca real é necessária uma mediação real, um meio, para pôr em ação esta abstração.*²⁹

A abstração real domina a organização social capitalista. Tal abstração produz um meio para se apresentar de forma concreta aos olhos dos que realizam trocas de mercadorias. Esse meio é o dinheiro, a mediação abstrata que se torna concreta para representar o valor. Não há possibilidade de manter essa categoria em uma formação social que não precise expressar os objetos por meio da forma-mercadoria. O dinheiro passa a ser a forma suprema do valor dominante. Quando Marx fala em superar a abstração, ele está se referindo ao tema palpável da eliminação do dinheiro como representante do valor.

A abstração em Marx assume feições perceptíveis. Não se trata da construção de um conceito vazio, oriundo unicamente da concepção intelectual, mas, ao contrário, assume a forma direta de uma categoria econômica dominante e real. A crítica à abstração torna-se, então, ponto programático central de sua teoria, um elemento de destacada importância para a cisão do movimento operário em utopismo e revolução. O dinheiro passa a ser considerado o final de uma cadeia de abstrações e um elemento representativo da dominação do capital. Diz Marx:

(Um símbolo de tal tipo pressupõe um reconhecimento geral; não pode ser

*menos que um símbolo social e efetivamente não representa senão uma relação social). Este símbolo representa as partes alíquotas do tempo de trabalho, representa o valor de troca em partes alíquotas tais, que é capaz de expressar através de uma simples combinação aritmética todas as relações recíprocas dos valores de troca; este símbolo, este signo material do valor de troca, é um produto da troca mesma e não o colocar em ação de uma idéia a priori.*³⁰

O dinheiro é o símbolo da forma social específica que é o capitalismo. Ele foi produzido como símbolo geral pelo desenvolvimento das trocas. Proudhon e seus seguidores pensavam melhorá-lo para eliminar a injustiça social. Marx demonstra que esse símbolo pressupõe uma base social já voltada e marcada para a troca de mercadorias, ou seja, sua modificação não alteraria a sua forma de símbolo da existência social capitalista. A crítica à “idéia a priori” é a crítica ao utopismo, que pensa a partir de dois pressupostos: o primeiro é que a própria categoria dinheiro é fruto de uma criação do pensamento, algo como o mecanismo ideal de relacionamento entre os produtores, não entendendo a sua natureza histórica determinada; o segundo é que a criação das idéias não pode ocorrer sem referência à solução dos problemas em seus fundamentos reais, ou melhor, a proposição para uma sociedade que substitua o capitalismo deve ser advinda da crítica aos fundamentos do capital,

28. Idem. p. 66.

29. Idem. p. 67.

30. Idem. p. 69.

não podendo ser proposta uma saída que não elimine estes princípios capitalistas.

O dinheiro é a manifestação da separação entre necessidades humanas e necessidades do capital, pois ele é decorrente de uma dissolução real entre a natureza qualitativa dos bens e a natureza quantitativa em valor. Diz Marx:

*O valor de troca cindido das mercadorias mesmas e existente ele mesmo como uma mercadoria junto a elas, é: dinheiro. Todas as propriedades da mercadoria enquanto valor de troca se apresentam no dinheiro como um objeto distinto dela, como uma forma de existência social cindida de sua forma de existência natural.*³¹

Não há possibilidade de obter um “dinheiro natural”, é o que Marx está afirmando. O dinheiro é uma categoria advinda da cisão das qualidades naturais de um bem. Ele é a representação do conjunto de cisões existentes na sociedade capitalista, que é a sociedade da concorrência e do enfrentamento entre os indivíduos particularizados.

A dissociação entre as qualidades naturais e a natureza de valor das mercadorias é um dos fundamentos da sociedade capitalista, cabendo, portanto, a inclusão no programa revolucionário de um ponto específico para identificar esta relação. Podemos ver a forma como Marx trata este ponto quando ele afirma: “A finalidade do comércio não é diretamente o consumo, mas a aquisição de dinheiro, de valores de troca”³². Aqui mais uma parte da proposta global é exposta por Marx: a eliminação do comércio, já dita na necessidade de destruir a troca de mercadorias. Porém, é preciso designar claramente as tarefas, o que leva Marx a citar expressamente o comércio.

O valor produz o dinheiro, mas ele mesmo é a expressão do tempo de trabalho em sua forma abstrata. Esta abstração se dá pela existência da categoria força de trabalho. Diz Marx:

*Na determinação simples do dinheiro mesmo está implícito que pode existir como momento desenvolvido da produção somente ali onde existe o trabalho assalariado, e que ali, em lugar de dissolver a forma da sociedade, o dinheiro é mais uma condição de seu desenvolvimento e uma roda motriz para o desenvolvimento de todas as forças produtivas, materiais e espirituais.*³³

O dinheiro representa a dissolução das sociedades anteriores ao domínio do capital, mas para o capitalismo ele é a condição para a universalização das for-



Operários organizam largas barricadas em 1871, durante os eventos da Comuna de Paris.

ças produtivas humanas, que passam a existir em um cenário mundial, não mais localizado e restrito. O capitalismo é o desenvolvimento desta inter-relação humana, por meio do mercado. Porém, a parte que salta aos olhos é a ligação entre o desenvolvimento do dinheiro e a existência do trabalho assalariado.

Marx formula mais uma proposta: a eliminação do trabalho assalariado, por ser ele a condição do desenvolvimento do dinheiro. O trabalho assalariado é a identificação máxima da perda das condições de produção por uma parte da sociedade. Essa perda produziu uma parcela que precisa trabalhar para outros; eis o nascimento do capital, a face inversa do trabalho assalariado, mas complementar a ele. Eliminar o trabalho assalariado é condição para eliminar o capital, o valor, a mercadoria, a troca e

o dinheiro. São tarefas indissociáveis; são pilares do capitalismo. A sua manutenção implicaria em derrota de uma alternativa revolucionária. Trata-se de um conjunto de tarefas programáticas centrais.

Marx combate as visões que não propõem essas tarefas básicas. Diz ele:

O desejo de que o valor de troca não se desenvolva em capital, ou que o trabalho que produz valor de troca não se torne trabalho assalariado é tão piedoso como estúpido. O que distingue estes senhores dos apologistas burgueses é, por um lado, o esquecimento das contradições inseridas no sistema; pelo outro, o utopismo, o não compreender a diferença necessária entre a conformação real e a conformação ideal da sociedade burguesa e, daí, o querer cometer a vã empresa

31. Idem. p. 70.

32. Idem. p. 74.

33. Idem. p. 158.



*de realizar a expressão ideal desta sociedade, expressão que é tão somente a imagem reflexa de tal realidade.*³⁴

O utopismo aparece como a tentativa de eliminar as distorções do capitalismo, como se fossem apenas desvios de uma estrutura perfeita; esse é o utopismo, não a proposição de soluções para a implementação da sociedade comunista. O movimento comunista precisava diferenciar-se desses resquícios de luta pela liberdade burguesa, precisava assumir uma posição própria diante do sistema capitalista não para corrigi-lo, mas para erradicá-lo por completo.

Aqui o conceito de utopia é estabelecido em uma nova dimensão: a das propostas que não alteram o sistema, que apenas o recolocam em situação de

retomar os passos do desenvolvimento do capital. A idéia de utopia como o que pensa o ainda não-existente não está em jogo. Utopia é a ilusão de que o sistema pode ser adaptado e está baseado na tentativa de ainda cumprir o programa iluminista de uma sociedade racional organizada pelo mercado. Ambos os projetos, o revolucionário e o do utopismo, ligam-se a programas para a sociedade, um de alteração radical da forma de organização humana, o outro com a busca pela manutenção do sistema capitalista e a correção de suas possíveis “distorções”.

Porém, o capitalismo é a sociedade da dissolução e da dissociação, da abstração e do combate. Diz Marx que:

A produção de capitalistas e trabalhadores assalariados é então um produto

*fundamental do processo de valorização do capital. A economia usual, que somente tem em vista as coisas produzidas, se esquece disto por completo. Enquanto neste processo o trabalho objetivado é posto ao mesmo tempo como não-objetividade do trabalhador, como objetividade de uma subjetividade contraposta ao trabalhador, como propriedade de uma vontade alheia a ele, o capital é ao mesmo tempo necessariamente o capitalista e a idéia de alguns socialistas de que necessitamos do capital, mas não dos capitalistas, é inteiramente falsa.*³⁵

A eliminação do capital exige a eliminação do capitalista, mas a recíproca é verdadeira, não se pode eliminar o capitalista, como desejava parte do movimento socialista, sem eliminar o capital. Esse é um ponto que se demonstrou central para a luta da classe operária, basta recordar a questão do Leste Europeu. Tal tema se mostrou decisivo para a derrota sofrida pela luta operária no século XX.

O utopismo buscava formas híbridas de controle sobre o capital, o que acabou por desembocar na proposta global de emissão de bônus-horários controlados por um banco geral, que assumiria a tarefa de regular as relações mercantis, eliminar as distorções produzidas no mercado, definindo preços e quantidades. Marx vê o perigo que esta proposta contém, o imenso risco contido aí para o movimento operário. Sua crítica é clara e não propõe meios de conciliação; somente a demonstração do erro grosseiro aí contido levaria a uma correta direção das lutas de classes. O utopismo é a tentativa de gerir o capital de forma racional; a busca pelo controle das categorias básicas deste sistema, mas estas desenvolvem um movimento autônomo, uma existência que está acima do controle humano. Elas passam a dirigir a existência das pessoas, definindo um ritmo que é particular. Não há possibilidade de controle do capital e de suas categorias.

Passaremos a seguir a apresentar as propostas positivas de Marx para a sociedade comunista.

A Positividade Programática

Marx busca apresentar uma história humana a partir das formas de produção. Até o momento ocorreram três grandes estágios dessa história das formações sociais. São eles:

As relações de dependência pessoal...

34. Idem. p. 187.

35. Idem. p. 476.

são as primeiras formas sociais, nas quais a produtividade humana se desenvolve somente em um âmbito restrito e em lugares isolados. A independência pessoal fundada na dependência a respeito das coisas é a segunda forma importante na qual chega a constituir-se um sistema de metabolismo social geral, um sistema de relações universais, de necessidades universais e de capacidades universais. A livre individualidade, fundada no desenvolvimento universal dos indivíduos e na subordinação de sua produtividade coletiva, social, como patrimônio social, constitui o terceiro estágio. O segundo cria as condições do terceiro.³⁶

Aqui estão expostas as três etapas da história humana: a anterior ao capital, a dominada pelas coisas (capital, dinheiro, mercadoria) e a que superaria o capitalismo. Este permitiria criar as condições para a terceira fase. A universalização produzida pelo segundo, o desenvolvimento das capacidades e das necessidades e o rompimento dos estreitos limites anteriores preparariam as condições para a produção de uma nova sociedade. Esta não sairia da intuição genial de um indivíduo isolado, mas seria fruto da construção coletiva da humanidade por meio das lutas da classe operária, como única classe capaz de representar este projeto: o da sociedade comunista.

Na nova etapa da história humana a individualidade poderia se desenvolver sem estar premida pela subsistência podendo dirigir sua capacidade criativa para a área que desejasse e que permitisse o seu maior desabrochamento. Porém, as condições para o surgimento dessa “livre individualidade” estão determinadas por uma condição positiva e outra crítica, ou negativa. A condição crítica está definida na eliminação do trabalho assalariado, do capital, do valor e de seus desdobramentos. A condição positiva é o colocar a produtividade a serviço do “patrimônio social”, a produtividade não mais em contradição com outros indivíduos da sociedade, ou em oposição com a própria sociedade.

A individualidade não possui mais a característica de isolar-se em sociedade. Esse é um tema que ocupa o pensamento de Marx desde a sua juventude teórica, com a formulação do contraste entre o *citoyen* e o *bourgeois*. Na “Introdução” aos *Grundrisse* Marx discute o caráter do indivíduo no capitalismo, um indivíduo que somente pode isolar-se em sociedade. A sociedade comunista forneceria outra base ao indivíduo. Diz Marx:

A troca privada de todos os produtos do trabalho, das capacidades e das atividades, está em antítese tanto com a

*distribuição fundada nas relações de dominação e de sujeição... Dos indivíduos entre si... Como com a livre troca entre indivíduos associados sobre a base da apropriação e do controle comum dos meios de produção. (Esta última associação não tem nada de arbitrário: ela pressupõe o desenvolvimento de condições materiais e espirituais que não nos deteremos a analisar aqui).*³⁷

Marx trabalha abertamente com uma proposta de sociedade. A “livre troca” está no sentido de livre relacionamento social, não representando mais a troca privada, como está dito acima. As relações sociais passam do domínio pessoal (primeiro estágio humano) e do domínio da produção e apropriação privada (segundo estágio) para a posse e controle comuns dos meios de produção. Essa é a proposta fundamental de Marx, a essência do projeto comunista, a completa diferenciação em relação ao capitalismo e ao utopismo.

O desenvolvimento das condições materiais e espirituais envolve um conjunto de relações que desembocaria na crise capitalista e na revolução da classe operária. Ou como diz Marx:

*No mercado mundial, o nexo do indivíduo com o conjunto, mas ao mesmo tempo também a independência deste nexo a respeito dos próprios indivíduos, se desenvolveu a um nível tal que sua formação contém já, simultaneamente, a condição para sua superação. A equiparação em lugar da verdadeira comunidade e da verdadeira universalidade.*³⁸

A universalidade pela equiparação, pelo mecanismo do valor. É nesse ponto que Marx apresenta a idéia da verdadeira universalidade, da verdadeira comunidade, mas porque já está desenvolvida uma universalidade anterior pelo valor e pelo mercado mundial. O objetivo é a construção da universalidade dirigida para um indivíduo com feições novas, não mais isolado e em guerra contra tudo e todos.

Marx discute esta universalidade a ser suprimida para que possa ser construída a nova relação social. Afirma ele:

*O grau e a universalidade do desenvolvimento das faculdades, nas que se faz possível esta individualidade, supõem precisamente a produção baseada sobre o valor de troca, que cria, pela primeira vez, ao mesmo tempo a universalidade da alienação do indivíduo frente a si mesmo e aos demais, a universalidade e a multilateralidade de suas relações e de suas habilidades.*³⁹

Marx trabalha com a contradição produzida pelo valor de troca, que liberta as capacidades humanas de produção, mas que aliena essas capacidades de sua decisão comum e coletiva, colocando-as ao serviço dos possuidores do capital.

Aqui começa a transparecer a proposta coletiva de ação baseada em um programa comunista. Somente a luta coletiva da classe operária poderia superar a universalidade vazia, dominada pelo valor de troca. Diz Marx:

*...uma análise mais precisa dessas relações externas, dessas condições, mostra a impossibilidade por parte dos indivíduos de uma classe etc., de superar en masse tais relações e condições sem suprimi-las.*⁴⁰

A supressão é a tarefa, mas tal construção somente pode ser alcançada com a implementação da comunidade universal dirigida pela coletividade social. A substituição é decorrência da própria crise do sistema. Afirma Marx:

*O mercado mundial constitui o suposto, o suporte do conjunto. As crises representam então o sintoma geral da superação desse suposto, e o impulso à ascensão de uma nova forma histórica.*⁴¹

Eis a razão da pressa em redigir os *Grundrisse*: a crise era o sinal da possibilidade de construir uma sociedade livre das formas dominantes do capital. Uma crise do mercado mundial exigiria um programa novo para esta situação inusitada. Eram crises de uma universalidade abstrata; Marx as interpretava como o sinal de um rompimento definitivo com a dominação burguesa. Tal rompimento não poderia alcançar a classe operária despreparada e a preparação fundamental era determinada pela posse de um programa para a mudança social.

O surgimento de uma sociedade comunista estaria entre a situação social e econômica em crise e a capacidade de elaborar uma resposta a esta crise. Marx se propôs a produção desta resposta; os *Grundrisse* representam uma das respostas, paralelamente às outras produções da crítica da economia política marxiana. Porém, aquele texto tem o caráter de uma resposta à situação imediata de uma crise que prenunciava tornar-se generalizada. Temos a oportunidade de divisar a resposta programática de Marx sob a forma de manifesto: um “manifesto social”.

Em tal manifesto, Marx propôs elementos necessários à destruição do capitalismo e produziu algumas das mais abertas passagens de sua obra sobre a sociedade comunista a ser construída.

37. Idem. p. 86.

38. Idem. p. 89.

39. Idem. p. 90.

40. Idem. p. 93.

41. Idem. p. 163.

36. Idem. p. 85.

Ele inicia com a crítica à concepção proudhonista de um dinheiro universal, um elemento comum em que a diferença e as contradições entre preço e valor não existiriam. Mas para Marx se há uma identidade universal já não há necessidade do dinheiro. Ele afirma:

O trabalho do indivíduo, considerado no ato mesmo da produção, é o dinheiro com que compra imediatamente o produto, o objeto de sua atividade particular; mas se trata de um dinheiro particular que compra precisamente somente este determinado produto. Para ser imediatamente dinheiro geral, deveria ser desde o princípio não um trabalho particular, mas um trabalho geral, vale dizer, ser posto desde o começo como um elemento da produção geral. Em tal hipótese, no entanto, não seria a troca que lhe conferiria o caráter universal, mas que seria seu pressuposto caráter coletivo o que determinaria sua participação nos produtos. O caráter coletivo da produção converteria o produto desde o princípio em um produto coletivo, universal. A troca — a qual não seria uma troca de valores de troca, mas atividades determinadas por necessidades coletivas, por fins coletivos — incluiria desde o princípio a participação do indivíduo no mundo coletivo dos produtos.⁴²

Essa passagem é extraordinariamente rica em definir princípios da sociedade do modo de produção comunista, desde a superação da particularidade determinada pela propriedade privada. Seria a saída da dominação da categoria geral, mas que é a expressão do domínio da particularidade, da esfera privada, da propriedade privada sobre os meios de produção.

A proposta de Marx é a da substituição da particularidade dirigida pelo dinheiro pela característica universal determinada pela produção coletiva. O centro da luta comunista na erradicação dos traços de uma economia capitalista seria a propriedade coletiva mundial dos meios de produção. Como diz ele:

...está pressuposta uma produção coletiva, o caráter coletivo como base da produção. O trabalho do indivíduo é posto desde o início como trabalho social... Seu produto não é um valor de troca. O produto não deve ser antes convertido em uma forma particular para receber um caráter geral para o indivíduo.⁴³

Os produtos já são feitos diretamente para o consumo coletivo e pessoal, não havendo a mediação do mercado. A verdadeira mediação passa a ser a necessidade humana de consumo. Os princípios básicos da organização comunista

da sociedade são a produção e o consumo não mediados pelo mercado, mas já destinados pelas pessoas mesmas. Consumo e produção seriam determinados pela forma de participação na produção coletiva. Diz Marx:

Em lugar de uma divisão do trabalho, que se gera necessariamente na troca de valores de troca, haverá uma organização do trabalho que tem como consequência a porção que corresponde ao indivíduo no consumo coletivo... O caráter social da produção é pressuposto, e a participação no mundo dos produtos, no consumo, não é mediada pela troca de produtos de trabalho ou de trabalhos reciprocamente independentes. É mediado pelas condições sociais da produção dentro das quais opera o indivíduo.⁴⁴

O mercado e a mercadoria são substituídos pela participação direta de cada um na produção. O consumo fica relacionado à sua capacidade de colaborar com a produção social. Já não haveria disputas entre unidades de produção diferentes, pois o mercado teria desaparecido. A divisão do trabalho não seria dirigida pela posse dos meios de produção por proprietários privados, uma divisão que visa à posse do dinheiro, que obedece às “necessidades” do mercado. A divisão do trabalho seria decidida a partir de outros critérios, que envolveriam a satisfação humana, não apenas no consumo, mas na própria produção.

O campo do consumo não seria, como no capitalismo, a única esfera da expressão do indivíduo, um indivíduo isolado dos demais pela posse dos meios monetários para assegurar-lhe a satisfação. A produção, nesta sociedade nova, seria um dos campos da expressão da individualidade em sua forma criativa. A produção no capitalismo é, geralmente, o local do abandono do indivíduo aos ditames gerais do mercado. Na sociedade que a substituiria a produção seria ligada à expressão individual, permitindo a melhor colaboração produtiva.

Segundo Marx, a sociedade “avançaria a um nível mais alto”⁴⁵ com a eliminação do dinheiro e das categorias específicas do modo de produção capitalista. Diz ele:

Esta análise correta leva assim a pontos nos quais, prefigurando o movimento nascente do futuro, se insinua a abolição da forma presente das relações de produção. Se, por um lado, as fases pré-burguesas se apresentam como supostos puramente históricos, ou seja, abolidos, por outro as condições atuais da produção se apresentam como abolido-se a si mesmas e portanto como pondo os supostos históricos para um

novo ordenamento da sociedade.⁴⁶

As próprias categorias do capitalismo dominante entram em crise e permitem a construção do projeto revolucionário de sociedade. Marx busca compreender o momento da passagem para um novo sistema social, além de buscar apresentar, a partir da dissolução das categorias dirigidas para o dinheiro e o capital, as novas categorias da formação social a ser construída. Cabe um papel destacado à compreensão de quais categorias devem ser eliminadas e como substituí-las por novas, que correspondam a uma forma superior de vida social.

É preciso apresentar pelo pensamento categorias que derivem da dissolução das relações burguesas. Aqui o principal erro a temer é o não rompimento com o que é específico do capitalismo. Aqui se concentram as críticas de Marx nos *Grundrisse*. A proposição de categorias que orientem de forma geral a nova construção social é uma necessidade do movimento revolucionário, sob pena de não haver rompimento real. Diz Marx que:

...a forma mais extrema da alienação, na qual o trabalho, a atividade produtiva, aparece a respeito de suas próprias condições e seu próprio produto na relação do capital com o trabalho assalariado, é um ponto de passagem necessário e, por isso, contém em si, ainda quando em forma invertida, apoiada sobre a cabeça, a dissolução de todos os pressupostos limitados da produção e, ainda, produz e cria os pressupostos não condicionados da produção e, por isso, as condições materiais plenas para o desenvolvimento universal, total, das forças produtivas dos indivíduos.⁴⁷

A existência do trabalho dirigido pelo domínio do capital prepara os pressupostos da sociedade futura de duas formas: a primeira pela capacidade de compreender, ainda que só como proposta, os princípios do futuro; e a segunda, porque a manifestação da luta dos assalariados é que permitiria tornar real este programa de futuro. ■

42. Idem. pp. 99-100.

43. Idem. p. 100.

44. Idem. Ibidem.

45. Idem. p. 150.

46. Idem. p. 422.

47. Idem. p. 479.



Не для денег родившійся

Маяковскій

Нептун

O SUICÍDIO DE MAIAKÓVSKI*

Leon Trotsky

Mesmo Blok reconheceu em Maiakóvski um “enorme talento”. Pode ser dito, sem exagero, que existia em Maiakóvski reflexos de um gênio. Mas seu talento não era harmonioso. Afinal de contas, de quem poderíamos exigir harmonia artística nestas décadas de catástrofe, de abismo aberto entre duas épocas? Na obra de Maiakóvski, o cume mais elevado apresenta-se bruscamente ao lado do abismo mais profundo. Manifestações de gênio explodem ao lado de estrofes banais e, às vezes, mesmo de uma vulgaridade gritante.

Não é verdade que Maiakóvski era em primeiro lugar um revolucionário e, em segundo, um poeta, embora assim quisesse. De fato, Maiakóvski era antes de tudo um *poeta*, um artista que rejeitou o velho mundo sem romper definitivamente com ele. Somente após a revolução buscou nela apoio para si e, nesse sentido, obteve relativo sucesso; mas não se fundiu totalmente com ela por não a ter alcançado em seus anos de formação, em sua juventude.

Ao vermos a questão em sua amplitude, percebemos que Maiakóvski não era apenas o “cantor”, mas também a vítima da época de transformações que, embora criasse elementos para uma nova cultura com uma força sem precedentes, assim fazia muito mais lenta e contraditoriamente do que o necessário para o desenvolvimento harmonioso de um poeta individual ou de uma geração de poetas devotados à revolução. A ausência de harmonia interior fluía dessa mesma fonte e se expressava no estilo do poeta, na falta de suficiente disciplina verbal e de imagens mensuradas. A lava quente do pathos surge ao lado de uma atitude inapropriada de intimidade com a época e a classe, ou de uma brincadeira jocosa de mal gosto que o poeta parece erguer como uma barreira contra as feridas infligidas pelo mundo exterior.

Em muitos momentos isso pareceu ser falso não só artisticamente, como também psicologicamente. Mas não... Mesmo as cartas pré-suicídio têm o mesmo tom. É essa a decorrência da frase “o incidente foi encerrado”, com a qual o poeta resume a si próprio. Diríamos o seguinte: aquilo que em Heinrich Heine, o poeta romântico da modernidade, era lirismo e ironia (a ironia contra o lirismo, mas em defesa do lirismo), é em Maiakóvski, o “Futurista” da modernidade, uma mistura de pathos e vulgaridade (a vulgaridade contra o pathos, mas em sua defesa).

O relatório oficial sobre o suicídio se apressa em declarar, na linguagem do protocolo judicial apresentado pelo *Secretariado*¹, que o suicídio de Maiakóvski “não tem nenhuma relação com as atividades sociais e literárias do poeta”. Isso equivale a dizer que a morte deliberada de Maiakóvski não tem nenhuma relação com sua vida ou, ainda, que a sua vida não tem nenhuma relação com sua obra poético-revolucionária. Resumindo, a sua morte seria uma simples aventura fortuíta, para além dos registros policiais. Isso é falso, desnecessário e estúpido.

“O barco partiu-se com a rotina”, disse Maiakóvski em um poema sobre a sua vida íntima pouco antes do suicidarse. Isso significa que “a atividade social e literária” *deixou de elevá-lo suficientemente acima das águas rasas da vida cotidiana*—e não foi o suficiente para salvá-lo dos choques pessoais insuperáveis. Como é possível que digam: “Não tem nenhuma relação”?

A atual ideologia oficial da “literatura proletária” baseia-se—como vemos nas esferas artística e econômica—numa total falta de compreensão dos *ritmos e períodos de tempo* necessários para a

*Publicado no Boletim da Oposição de Esquerda Russa em maio de 1930.

1. Ou seja, apresentado por Stálin [Nota do tradutor].

maturação da cultura. A luta pela “cultura proletária”—algo na mesma ordem da “coletivização total” de todos os ganhos da humanidade no escopo de um Plano Quinquenal—tinha no início da revolução de outubro o caráter de idealismo utópico e, precisamente por isso, foi rejeitada por Lenin e pelo autor destas linhas.

Nos últimos anos, tal política tornou-se apenas um sistema de controle burocrático sobre a arte e um caminho para o seu empobrecimento. Os incompetentes da literatura burguesa, como Serafimovich, Gladkov e outros foram declarados os mestres clássicos dessa literatura pseudo-proletária. Simplórios como Averbakh foram consagrados os Belinskys da literatura “proletária” (!). A liderança máxima na esfera da escrita criativa é posta nas mãos de Molotov, a negação viva de tudo o que há de criativo na natureza humana. O principal assistente de Molotov—indo de mal a pior—é ninguém menos que Gusev, adepto de diversos assuntos, menos o artístico.

Tal seleção de personalidades segue de perto o passo da degeneração burocrática nas esferas oficiais da revolução. Molotov e Gusev elevaram além da literatura um Malashkin coletivo—o lirismo pornográfico de um bajulador “revolucionário”.

Os melhores representantes da juventude proletária—convocados para produzir os *elementos básicos* de uma nova literatura e cultura—foram colocados sob o comando de indivíduos que tomam a própria falta de cultura como medida para todas as coisas.

Sim, Maiakóvski foi mais corajoso e heróico que qualquer outro elemento da última geração da velha literatura russa. Mas, ainda assim, viu-se incapaz de ganhar a aceitação dessa literatura e, por isso, estreitou laços com a revolução. Assim o fez em sentido muito mais completo que qualquer outro. Porém, uma profunda cisão interior perdurou. Às contradições gerais da revolução—sempre penosas para a arte, que busca formas lapidadas—foi somada a degeneração dos últimos anos, dirigida pelos epígonos.

Pronto para servir à “época” mesmo no trabalho sujo da vida cotidiana, Maiakóvski não pôde deixar de ser repellido pelo domínio pseudo-revolucionário do oficialismo, ainda que não pudesse compreendê-lo teoricamente e, assim, encontrar o meio de superá-lo. O poeta, com direito, afirmou “não estar à venda”. Por longo tempo resistiu furiosamente à sua entrada na conselheiro administrativo de assim-chamada literatura proletária, chefiada por Averbach. Disso vieram suas repetidas tentativas de criar, sob o signo da LEF [Frente Esquerdistas das Artes], uma ordem de cruzados ensandecidos pela revolução proletária que a serviriam por consciência—e não por medo. Mas a LEF, é claro, não pôde impor seus

ritmos aos “cento e cinquenta milhões”. A dinâmica de idas e vindas das correntes da revolução é demasiadamente pesada e profunda para isso.

Em janeiro deste ano Maiakóvski, derrotado pela lógica da situação, cometeu violência contra si mesmo e, finalmente, entrou para a VAPP [Associação Geral de Escritores Proletários]. Isso aconteceu três meses antes de seu suicídio. Sua entrada na VAPP não lhe acrescentou nada e, provavelmente, lhe arrancou algo. Quando o poeta acertou as contas com as contradições do “dia-a-dia”, tanto o da vida privada quanto o da pública, e mandou seu “navio” para as profundezas, os representantes da literatura burocrática, aqueles que estão à venda, declararam que sua morte era “inconcebível, incompreensível”, mostrando não só que para eles o grande poeta Maiakóvski permanecera “inconcebível”, mas também que as contradições da época lhes eram “inconcebíveis”.

A Associação Geral de Escritores Proletários [VAPP], incapaz ideologicamente, foi erguida sobre uma série preliminar de golpes destrutivos desferidos contra agrupamentos literários vitais e genuinamente revolucionários. Obviamente, a associação não lhe forneceu qualquer fomento moral. Se, a partir da morte do maior poeta da Rússia Soviética, recebemos desse setor somente a resposta perplexa do oficialismo—“não tem nenhuma relação, nada em comum”—isso é muito pouco, muito pouco para a construção de uma nova cultura “no tempo mais curto possível”.

Maiakóvski não era e não poderia ser o precursor da “cultura proletária” pela mesma razão que não é possível construir o socialismo em um só país. Mas, nas batalhas da época de transição, era um lutador da palavra entre os mais corajosos e se tornou inquestionavelmente um precursor da literatura da nova sociedade. ■

Bilhete de suicídio de Maiakóvski

A todos

De minha morte não acusem ninguém, por favor, não façam fofocas. O defunto odiava isso.

Mãe, irmãs e companheiros, me desculpem, este não é o melhor método (não recomendo a ninguém), mas não tenho saída.

Lília, ame-me.

Ao governo: minha família são Lília Brik, minha mãe, minhas irmãs e Verônica Vitoldovna Polonskaia.

Caso torne a vida delas suportável, obrigado.

Os poemas inacabados entreguem aos Brik, eles saberão o que fazer.

Como dizem:

***‘caso encerrado,
O barco do amor partiu-se na rotina.
Acertei as contas com a vida
inútil a lista
de dores,
desgraças
e mágoas mútuas.’***

Felicidade para quem fica.

Vladimir Maiakóvski ■

O POETA DA REVOLUÇÃO

Alexandre Benoit

*e todo
este exército aguerrido,
vinte anos de combates,
não batido,
eu vos dão,
proletários do planeta,
cada folha
até a última letra.*

O poeta russo Vladimir Maiakóvski, que viveu durante a revolução bolchevique de 1917 na Rússia, foi um dos grandes artistas de seu tempo. Com versos e composições audaciosas, escreveu poemas próprios para a declamação em reuniões públicas, colocando abaixo as tradições literárias e a cultura burguesa. Sonhou fazer a nova arte futura, à altura da revolução que via acontecer.

Maiakóvski e sua geração deixaram os círculos acadêmicos, os museus e os cafés e foram às ruas, praças e fábricas dos grandes centros urbanos da Rússia soviética levar uma poesia completamente inovadora àqueles que lutavam dia-a-dia pela revolução. A geração de Maiakóvski acreditava que a revolução socialista, a derrubada da burguesia, abriria um novo campo para as artes. Maiakóvski, ao lado de poetas e artistas de vanguarda como A. Rodchenko, seguia a máxima “não há conteúdo revolucionário, sem forma revolucionária”. Assim, embora o poeta fosse recitar seus versos para os operários e soldados bolcheviques, recusava-se a aceitar as fórmulas poéticas já conhecidas, os esquemas e temas desgastados “ao gosto do público”. A revolução em curso, ou seja, um novo conteúdo que despontava no horizonte, exigia uma nova forma, novos padrões estéticos.

Da mesma maneira que buscava uma nova forma, queria que sua poesia não cantasse a vida apenas, mas que antes de tudo a transformasse. Assim, acreditava que sua poesia não seria apenas mais um estilo literário. Deveria ser, também, um novo modo de se fazer poesia, na medida em que seus versos deixariam de representar a vida, sendo eles mesmos um marco da nova vida.

Como conta Maiakóvski, logo cedo tomou contato com panfletos bolcheviques trazidos às escondidas por sua irmã mais velha. Naqueles pequenos textos subversivos encontrou pela primeira vez o que chamou de verdadeira poesia, animando-o a ingressar no partido de Lênin ainda com 15 anos.

Em seus primeiros poemas, de inspiração no futurismo de Marinetti, escreveu sobre acontecimentos urbanos, o dia-a-dia das metrópoles e sobre sua paixão pelas mulheres. Encantava-se verdadeiramente pela agitação dos grandes centros, a velocidade dos automóveis, a luz elétrica, a multidão que preenchia as ruas e fábricas de Petrogrado e Moscou. Essa poesia “urbana” e futurista já aparecia também como anti-burguesa, sobretudo ao recusar a vida acomodada e cheia de privilégios da burguesia. A partir de 1917, a explosão da revolução de outubro foi arrebatadora para Maiakóvski. Desde então, sua poesia foi se aproximando da luta revolucionária. Em seus versos, a metáfora, as imagens das letras, versos, rimas e estrofes, como soldados e destacamentos de um exército imaginário, um exército das artes, dão um pouco a idéia do que é a poesia de Maiakóvski.

*às parlengas poéticas estou
[acostumado,
eu ainda falo versos e não fatos.
porém
se eu falo
“A”
este “A”
é uma trombeta-alarma para a
[humanidade.
se eu falo
“B”
é uma nova bomba na batalha do
[homem.*



Maiakóvski suicida-se com um tiro no lado esquerdo do peito.

Para Leon Trotsky, Maiakóvski “não era apenas o ‘cantor’, mas também a vítima da época de transformações”. E como tal, assumiu o lado da revolução até as últimas consequências. O poeta nunca se rendeu. A seu modo, foi um incansável combatente da burocracia que crescia no interior do partido bolchevique e na administração do Estado soviético. Trotsky comenta que o poeta não tinha compreensão teórica do processo de contra-revolução que começava a surgir no interior do partido, sobretudo a partir da ascensão de Stálin, mas que, mesmo assim, foi um incansável combatente da burocracia e da contra-revolução.

Jakobson, célebre lingüista e amigo do poeta, comenta na mesma linha de Trotsky. Para Jakobson, o suicídio estava posto para Maiakóvski desde o início de sua poesia, pois sua grande obsessão era não ser envolvido pela vida cotidiana, rotineira e aburguesada ou burocrática. Assim como todos os grandes poetas, assim como o poeta francês Arthur Rimbaud que calou-se muito jovem, Maiakóvski preferia o silêncio a vir a ser um charlatão, um simples vendedor de versos ao gosto do público. Desse modo, ele não se rendeu a Stálin quando, após a morte de Lênin, este assumiu o controle do partido e da Rússia soviética.

Após a ascensão de Stálin, uma série de regras e normas foram sendo estabelecidas para a produção artística, os poetas e artistas de vanguarda começaram a sofrer todo tipo de censura e reprovação. Maiakóvski era chamado pelos burocratas stalinistas de “incompreensível” pois seus poemas não usavam as palavras e expressões já conhecidas pelo grande público.

O processo de contra-revolução repercutia em todas as esferas da sociedade. Enquanto na esfera política a oposição de esquerda, comandada por Trotsky, era perseguida e reprimida, leis de conduta, manuais e até mesmo uma única associação artística eram impostos aos poetas. A liberdade poética que se iniciou com a revolução era, agora, substituída pelo realismo socialista. Enquanto no campo político o “internacionalismo proletário” era substituído pela vulgar teoria do “socialismo em um só país” de Stálin, no campo das artes a arte de vanguarda, pela nova vida, pela revolução mundial, era substituída pelo discurso da “edificação da cultura proletária” (cf. *O Suicídio de Maiakóvski*, texto publicado neste número da *MAISVALIA*).

Maiakóvski preferiu o suicídio à colaboração com a censura oficial. Com um tiro no peito, deixou a vida em 1930. Em seus últimos poemas, Maiakóvski lançou seu exército das artes para um

combate incansável contra a burocratização e a censura estalinistas. Suas estrofes-canhões, suas rimas-bombas foram a artilharia pesada que despejou contra Stálin e sua camarilha. Ainda que tenha deixado a vida prematuramente, seu exército vive através dos séculos, inspirando legiões de jovens em todo o mundo. ■

A PLENOS PULMÕES*

Vladimir Maiakóvski

Caros
 camaradas
 futuros!
Revolvendo
 a merda fóssil
 de agora,
 perscrutando
estes dias escuros,
talvez
 perguntareis
 por mim.
Ora,
 começará
 vosso homem de ciência,
afagando os porquês
 num banho de sabença,
conta-se
 que outrora
 um férvido cantor
a água sem fervura
 combateu com fervor
Professor,
 jogue fora
 as lentes-bicicleta!
A mim cabe falar
 de mim
 de minha era.
Eu—incinerador,
 eu—sanitarista,
a revolução
 me convoca e me alista.
Troco pelo “front”
 a horticultura airosa
da poesia —
 fêmea caprichosa.
Ela ajardina o jardim
 virgem
 vargem
sombra
 alfombra.
“É assim o jardim de jasmim,
o jardim de jasmim do alfenim.”
Estes verte versos feito regador,
aquele os baba,
boca em babador, —
bonifrates encapelados,
 descabelados vates —



entendê-los,
 ao diabo!,
 quem há-de
Quarentena é inútil contra eles -
 mandolinam por detrás das paredes:
“Ta-ran-tin, ta-ran-tin,
 ta-ran-ten-n-n”
Triste honra,
 se de tais rosas
minha estátua se erigisse:
na praça
 escarra a tuberculose;
putas e rufiões
 numa ronda de sífilis.
Também a mim
 a propaganda
 cansa,
é tão fácil
 alinhar
 romanças, —
mas eu
 me dominava
 entretanto
e pisava
 a garganta do meu canto.
Escutai,
 camaradas futuros,
o agitador,
o cáustico caudilho,
o extintor
 dos melífluos enxurros:
por cima
 dos opúsculos líricos,
eu vos falo

 como um vivo aos vivos.
Chego a vós,
 à Comuna distante,
não como lessiênin,
 guitarriarcaico.
Mas através
 dos séculos em arco
sobre os poetas
 e sobre os governantes.
Meu verso chegará,
 não como a seta
lírico-amável,
 que persegue a caça.
Nem como
 ao numismata
 a moeda gasta,
nem como a luz
 das estrelas decrépitas.
Meu verso
 com labor
 rompe a mole dos anos,
e assoma
 a olho nu,
 palpável,
 bruto,
como a nossos dias
chega o aqueduto
levantado
 por escravos romanos.
No túmulo dos livros,
 versos como ossos,
se estas estrofes de aço
acaso descobrires,
vós as respeitareis,
 como quem vê destroços
de um arsenal antigo,
 mas terrível.
Ao ouvido
 não diz
 blandícias
 minha voz;
lóbulos de donzelas
 de cachos e bandós
não faço enrubescer
 com lascivos rondós.
Desdobro minhas páginas
 —tropas em parada,
e passo em revista
 o front das palavras.
Estrofes estacam
 chumbo-severas,
prontas para o triunfo
 ou para a morte.
Poemas-canhões, rígida coorte,
apontando
 as maiúsculas
 abertas.
Ei-la,
 a cavalaria do sarcasmo,
minha arma favorita,
 alerta para a luta.
Rimas em riste,
 sofreando o entusiasmo,
eriça
 suas lanças agudas.
E todo
 este exército aguerrido,
vinte anos de combates,
não batido,
eu vos dão,
 proletários do planeta,

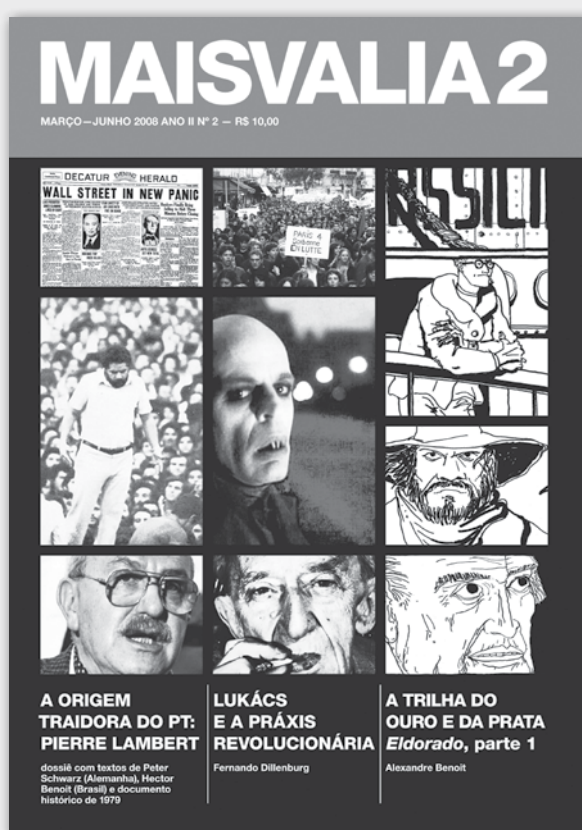
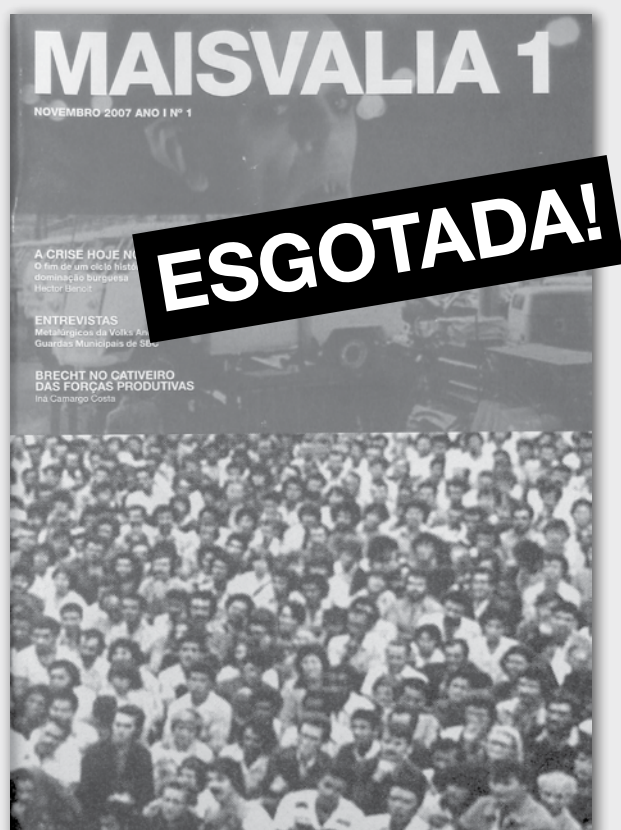
cada folha
 até a última letra.
 O inimigo
 da colossal
 classe obreira,
 é também
 meu inimigo
 figadal.
 Anos
 de servidão e de miséria
 comandavam
 nossa bandeira vermelha.
 Nós abríamos Marx
 volume após volume,
 janelas
 de nossa casa
 abertas amplamente,
 mas ainda sem ler
 saberíamos o rumo!
 onde combater,
 de que lado,
 em que frente.
 Dialética,
 não aprendemos com Hegel.
 Invadiu-nos os versos
 ao fragor das batalhas,
 quando,
 sob o nosso projétil,
 debandava o burguês
 que antes nos debandara.
 Que essa viúva desolada,
 —glória —
 se arraste
 após os gênios,
 merencória.
 Morre,
 meu verso,
 como um soldado
 anônimo
 na lufada do assalto.
 Cuspo
 sobre o bronze pesadíssimo,
 cuspo
 sobre o mármore viscoso.
 Partilhemos a glória, —
 entre nós todos, —
 o comum monumento:
 o socialismo,
 forjado
 na refrega
 e no fogo.
 Vindouros,
 varejai vossos léxicos:
 do Letes
 brotam letras como lixo —
 “tuberculose”,
 ”bloqueio”,
 ”meretrício”.
 Por vós,
 geração de saudáveis, —
 um poeta,
 com a língua dos cartazes,
 lambeu
 os escarros da tísia.
 A cauda dos anos
 faz-me agora
 um monstro,
 fossilcoleante.
 Camarada vida,
 vamos,
 para diante,

galopemos
 pelo quinquênio afora.
 Os versos
 para mim
 não deram rublos,
 nem mobílias
 de madeiras caras.
 Uma camisa
 lavada e clara,
 e basta, —
 para mim é tudo.
 Ao Comitê Central
 do futuro
 ofuscante,
 sobre a malta
 dos vates
 velhacos e falsários,
 apresento
 em lugar
 do registro partidário
 todos
 os cem tomos
 dos meus livros militantes.

dezembro 1929/janeiro 1930

(Tradução de Haroldo de Campos)
 Do livro “Maiakóvski - Poemas” /
 Editora Perspectiva, 1982.

Compre também os números anteriores da revista MAISVALIA



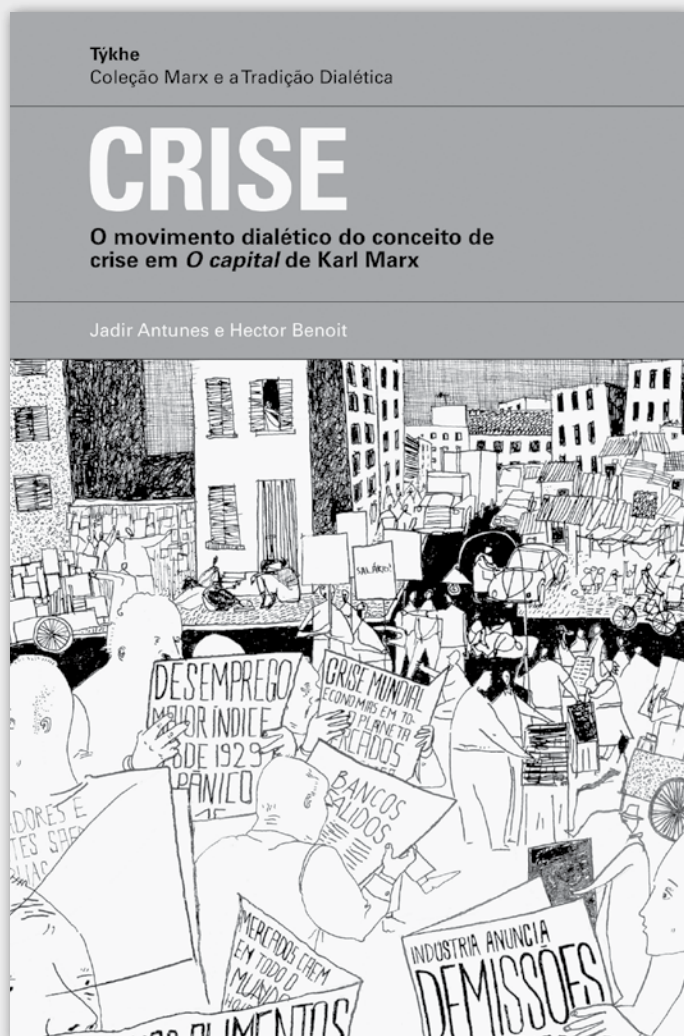
Promoção por tempo limitado: compre os três últimos números da revista pelo preço de duas.
Enviamos para todo o Brasil, faça seu pedido pelo site: www.maisvalia.org.

Editora Týkhe lança nova coleção: Marx e a Tradição Dialética

Como um aprofundamento da já reconhecida discussão promovida pela revista MAISVALIA a respeito do pensamento de Karl Marx, a editora Týkhe, com orgulho, lança agora sua nova coleção de livros—Marx e a Tradição Dialética.

Serão publicados clássicos do marxismo e da tradição filosófica ocidental, além de textos de autores contemporâneos. Os textos clássicos serão traduzidos diretamente do original, sendo sempre acompanhados de um comentário. Os

textos dos autores contemporâneos são baseados na obra do Marx da maturidade, tratando de temas atuais, como a crise econômica mundial, o programa da revolução socialista, entre outros.



O movimento dialético do conceito de crise em O capital de Karl Marx
Jadir Antunes e Hector Benoit

O livro *O movimento dialético do conceito de crise em O capital de Marx* é o resultado de anos e anos de estudo de *O capital*. Foram feitos seminários de *O Capital* desde 2003. Sobre tudo hoje, diante da mais aguda crise do capitalismo após 1929, *O capital* se afirma como a única elaboração teórica capaz de explicar as contradições do presente. Mais do que nunca, este livro é necessário e urgente.



O Programa de Transição
Leon Trotsky

O *Programa de Transição*, de Leon Trotsky, escrito em 1938, é ainda hoje uma grande contribuição a respeito do programa de ação dos trabalhadores para superar a crise da sociedade capitalista. A edição foi preparada cuidadosamente, com tradução direta do russo e comentários do Prof. Dr. Hector Benoit, atestando a atualidade do Programa e evidenciando seu caráter dialético. Publicamos conjuntamente o texto *Discussão dos membros do SWP com Crux (Trotsky) sobre o Programa de Transição*, onde o próprio Trotsky dá ênfase ao caráter dialético do programa.

www.maisvalia.org

ARTIGOS

EDITORIAL

Unidade total diante da agonia do capitalismo

DOSSIÊ CRISE: ENTREVISTAS SOBRE A LUTA CONTRA A CRISE E AS DEMISSÕES

AMSTED: “Foi revolta total”

Entrevista com trabalhador demitido da Amsted

EMBRAER: “É a nossa mão-de-obra que faz o lucro deles!”

Entrevista com metalúrgico da Embraer

GM: “Grandes transformações irão ocorrer”

Entrevista com Mancha, do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos

ARQUIVOS DO MARXISMO:

Lições do golpe de 1973 no Chile

Comitê Internacional da Quarta Internacional

O OUTUBRO ALEMÃO:

A revolução perdida de 1923

Peter Schwarz

BRASIL:

As contradições da produção do etanol por trás do discurso ecologicamente correto

Carlos Prado

MARX E A CRISE GLOBAL DO CAPITAL

Jadir Antunes

OS GRUNDRISSE DE MARX:

Programa revolucionário e crítica ao reformismo

Fábio Sobral

O SUICÍDIO DE MAIAKÓVSKI

Leon Trotsky

O POETA DA REVOLUÇÃO

Alexandre Benoit

A PLENOS PULMÕES

Vladimir Maiakóvski

www.maisvalia.org
assine a revista MAISVALIA!

MAISVALIA 5

R\$ 10,00

ISSN 1982676-1



9 771982 676002



05